

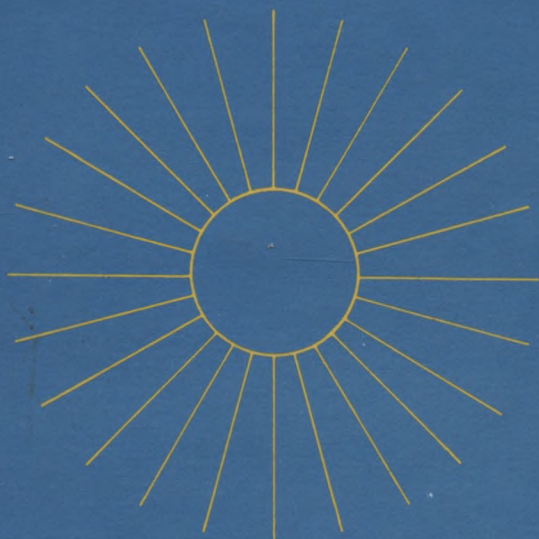
Sociedade e Estado

ISSN 0102-3792

VOLUME IV

NÚMERO 2

JULHO-DEZEMBRO 1989



DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

SOCIEDADE & ESTADO

Revista semestral do Departamento de Sociologia da UnB

Volume IV, n.º 2, julho/dezembro 1989

Impresso no Brasil
Sob responsabilidade do Departamento de Sociologia
da Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 Brasília – Distrito Federal

Copyright (c) 1989 by Departamento de Sociologia da Unb

É permitida a reprodução de artigos com a menção da fonte

Coordenação Geral

Maria Lucia Maciel
Elimar Pinheiro do Nascimento

Conselho Editorial

— Gabriel Cohn	Maria Brandão
— Maria Suzana Arrosa Soares	César Barreira
— Fernando Corrêa Dias	Walder de Góes
Silke Weber	Otávio Guilherme Velho
José Albertino Rodrigues	Gilberto Velho
Bernardo Sorj	Wanderley Guilherme dos Santos
Ivan Sérgio Freire de Souza	Hélgio Trindade

Pareceristas deste número

Cesar Barreira/UFCe	Mariza Peirano/UnB
Giuseppe Stacconi/UFPe	Nadia Araújo Castro/UFBA
Gustavo Ribeiro/UnB	Nazaré Wanderley/UNICAMP
João Gabriel Teixeira/UnB	Paola Cappeline/UFRJ
José Geraldo de Souza Jr./Unb	Vilma Figueiredo/UnB

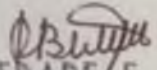
Publicado com o apoio do CNPq

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	3
Trama, Urdidura e Regulação: Um instrumento para as Ciências Sociais <i>Alain Lipietz</i>	5
Carências e Sujeitos Sociais: Uma estratégia para o seu des(en)cobri- mento	37
<i>Paulo Krischke</i>	
Alguns Impasses Teóricos na Análise do Sujeito Coletivo	59
<i>Christiane Girard Ferreira Nunes</i>	
Direito em Gramsci	69
<i>Ronaldo R. B. Poletti</i>	
Políticas de Formação de Recursos Humanos na Década de 70	81
<i>Maria Umbelina Caiafa Salgado</i>	
O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo	103
<i>José Vicente Tavares dos Santos</i>	

RESENHAS

Pierre Bourdieu — <i>La noblesse d'Etat. Grandes écoles et esprit de corps</i> . Por Bárbara Freitag	119
Carlos Benedito Martins — <i>Ensino Pago um retrato sem retoques</i> . (2.ª ed.). Por Maria Francisca Sales Pinheiro	128
Elizabeth Machado Duarte — <i>Reforma Agrária: entraves políticos e administrativos</i> . Por Maria Stela Grossi Porto	133
João Gabriel Lima Cruz Teixeira — <i>Os Metalúrgicos de Salvador</i> . Por Carlos Artur Campos	136


REVISTA SOCIEDADE E ESTADO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Departamento de Sociologia
ICC Norte B. 1-408
Campus Universitário - Asa Norte
70.910-900 - BRASÍLIA-DF
fone: 273-6571 - Fax 347-3663

ATTEST
SECRETARY

LEWIS AND CLARK
EXPEDITION
MAY 1804

APRESENTAÇÃO

As hegemonias intelectuais, assim como as modas, têm vantagens e desvantagens. Se de um lado permitem o mútuo reconhecimento, o diálogo, os sentimentos de pertencimento e de diferença, por outro lado, criam a cumplicidade, monopolizam o diálogo e inibem estranhezas. Se de um lado articulam inteligências diversas numa sintonia única, com código comum, problemáticas partilhadas, desencadeando, em áreas distintas, invenções similares, de outro lado (com o passar do tempo) dogmatizam-se, inibindo inteligências, obstaculando descobertas. A reprodução tende a impor-se sobre a invenção, o cotidiano sobre a aventura, a rotina sobre a criatividade.

Embora as reflexões acima pareçam nada ter com o artigo de Lipietz que abre o presente número de Sociedade e Estado, é pura aparência. "Trama, urdidura e regulação" constitui mais um esforço, plasticamente belo, de romper com a hegemonia estruturalista que dominou as ciências sociais nos anos 60/70, tanto na França quanto no Brasil. No fundamental, Lipietz recusa por ação à estrutura, pois, segundo ele, a contradição "está no interior da própria ação, entre seu aspecto rotineiro, coisificado, reprodutivo (...) e seu aspecto potencialmente divergente, inovador ... instituinte". Assim, entre um social estruturado em lugares pré-fixados e deterministas, e uma ação, sem estrutura, puramente individualizada, o pesquisador do Cepremap busca reconstituir a tensão fundamental do social que se encontra antes no binômio objetividade/representação conformador do próprio sujeito, pois é nele que esta tensão se situa, assumindo contornos diferenciados ao longo de sua história.

O belo e sugestivo esforço de Lipietz encontra afinidades nos dois artigos seguintes. O primeiro, de Krischke, analisa a noção de carência, amplamente utilizada na literatura sobre movimentos sociais urbanos. Para tanto parte de uma crítica ao "duplo legado hegeliano", presente de forma ofegante naquela literatura, que nos situa na encruzilhada entre a objetividade determinante e o voluntarismo normativo. Com isso seu valor heurístico é empobrecido, pois não é possível, sociologicamente, inferir da constatação das carências as mobilizações populares, como não é factível, epistemologicamente, reconhecer com clareza seu lugar. O reducionismo, que nos fixa entre o indivíduo e a estrutura, é o único desaguadouro deste falso dilema, sugerindo o autor uma atitude anti-reducionista. Segundo o atual coordenador de GT/ANPOCS - "Lutas Urbanas e cidadania", reconhecendo-se a irredutibilidade do micro e do macro é possível perceber as carências como mediações entre a sociedade e a política, o que permite entender como se transforma sua percepção em demanda efetiva, fonte das mobilizações e reivindicações populares. No segundo, Ferreira Nunes, centrando-se na problemática do sujeito percorre alguns limites que as visões marxista, culturalista e da pesquisa-participante impõem. Sem significar que

este reconhecimento implique recusa pura e simples, e muito menos substituição de uma antiga verdade por uma nova. Antes, segundo a doutoranda em sociologia da UnB, apontam para a importância da busca das especificidades do processo de constituição do sujeito, sempre pensado, assim, em sua historicidade.

Historicidade – termo comum aos três artigos precedentes, tão enfatizado hodiernamente por Touraine – é o móbil, não necessariamente explícito, dos artigos de Poletti e Salgado, utilizando espaços e enfoques absolutamente diferenciados. O diretor do Centro de Estudos do Direito Romano da UnB realiza um esforço, inédito no Brasil, de buscar em Gramsci, não a concepção do direito, exercício menor, mas a confirmação da tese da transmutações sofridas pelo direito público romano. De direito público em privado, de direito do Povo em direito do Estado, via os direitos bizantino e canônico atravessando a Idade Média até Napoleão. A essência do método é transmutada em código, imperando o formalismo. A crítica gramsciana, segundo Poletti, permite visualizar uma concepção mais abrangente de democracia através da recuperação das raízes mais profundas do direito público romano. O esforço (e objeto) de Salgado é completamente outro – o sistema nacional de formação de mão-de-obra (SNF-MO), instalado em 1974 entre nós e que, segundo a autora, objetivou, entre outros, o controle social e a modernização gerencial. O mais rico, porém, talvez não seja tanto o anúncio destes objetivos quanto a trama e a urdidura, como diria Lipietz, através do qual eles são obtidos.

Não seria talvez exagero afirmar que as idéias de historicidade e trama não estão ausentes do último trabalho de autoria de José Vicente Tavares dos Santos. Enfatizando as dimensões temporal e espacial o autor busca, em seu ensaio, entender o processo de criação das relações sociais que se encontra no interior do fenômeno da colonização rural no Brasil Meridional. Colonização percebida como resultante de um conjunto de conflitos e embates entre forças sociais múltiplas, notadamente o Estado, as classes dominantes e os camponeses. Personagens, evidentemente discutíveis, que o professor da UFRGS não teme utilizar.

Assim, o presente número se faz à luz da trama e da história, ou da história concebida como trama, cujo desdobramento, o futuro, é um habitante do mundo da incerteza, sempre algo a ser construído. Com determinações, sem dúvida, mas também profundas inovações. E com Gorbachev e a Perestroika poderia ser diferente? Os muros, de Berlim e do apartheid, desfazem-se ante nossos incrédulos olhos. E quem esperava encontrar a simples reprodução só tem encontrado, neste fim de século, invenção.

Elimar Pinheiro do Nascimento

TRAMA, URDIDURA E REGULAÇÃO: UM INSTRUMENTO PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS*

Alain Lipietz**

RESUMO

*Este trabalho procura fazer um balanço subjetivo de reflexões teóricas e de práticas pedagógicas que se servem da noção de "regulação". Depois de ressituar essa problemática no contexto intelectual francês dos últimos vinte anos, a regulação é apresentada, inicialmente, em referência aos conceitos de contradição e de crise, a partir de um exemplo literário (o relacionamento amoroso em *O Misanthropo*). Em seguida, a mesma discussão é proposta por intermédio do exemplo da acumulação capitalista e da produção social de espaços.*

Na França, as modas mudam. A bainha das saias sobe ou desce abaixo dos joelhos, a das calças se alarga como pata de elefante ou se estreita ao redor dos tornozelos. O mesmo acontece com as ciências sociais. Na época das minissaias e das patas de elefante, no fim da década de 60, reinava o estruturalismo. As ações, as antecipações dos agentes eram apenas o reflexo das exigências da reprodução de estruturas sociais. Nos anos 80, a moda do trajar tornou-se mais estrita e a metodologia social mais individualista (o que prova a relativa autonomia do sistema da moda). O individualismo metodológico impôs a idéia de que as estruturas eram apenas o efeito de composição dos projetos e das práticas dos agentes "racionalistas".

A derrocada da hegemonia estruturalista, em meados dos anos 70, não acarretou no entanto a consolidação de uma "corrente predominante individualista metodológica". Prenhez de uma velha tradição keynesiana e durkheimiana? A França intelectual não se atirou de corpo e alma no modelo importado — acompanhado de tudo o que isso supõe — dos países anglo-saxões pelos "novos economistas", "novos sociólogos" etc... Ela definiu. Permaneceram vivas, acho eu, embora dominadas pelo ruído de fundo individualista, correntes heterodoxas que desde cedo haviam guardado certa distância em relação aos excessos do estruturalismo. Essas correntes procuraram reintroduzir, no mun-

* Tradução de Estela dos Santos Abreu. Comunicação apresentada no "Colloque International sur la Théorie de la Régulation". Barcelona, 16-17 de junho de 1988.

** Economista, pesquisador do CEPREMAP, PARIS.

do das "estruturas sem agente", o fermento de instabilidade e de mudança que o possível desvio dos indivíduos ou dos subgrupos sociais representa, sem com isso cair num mundo de "agentes sem estrutura".

As abordagens econômicas em termos de "regimes de acumulação" e de "modo de regulação" decorrem dessa preocupação. O que se reteve desses trabalhos foram principalmente os resultados: análise do fordismo e de sua crise. Desejo aqui, enquanto "informador indígena", deter-me na pesquisa intelectual interessada em ultrapassar a estéril oposição "estruturalismo/individualismo". Tal contribuição será, portanto, deliberadamente subjetiva: uma espécie de introspecção, que não compromete os múltiplos pesquisadores que, como eu, contribuíram para essa corrente de reflexões.

Será tanto mais subjetiva por apoiar-se não somente numa experiência de pesquisa, mas também numa atividade pedagógica. Quando preparávamos um projeto de curta-metragem sobre a regulação (Lipietz, 1987), o realizador pediu que eu reproduzisse na frente dele as imagens que costumo rabiscar no papel quando estou pensando, ou as que faço na lousa quando estou explicando algo. De acordo com a experiência desse cineasta, entende-se assim muito melhor o pensamento de uma pessoa do que numa explanação, por mais didática que seja. Percebi então a importância paradigmática que inconscientemente eu atribuí a uma metáfora ocasional, utilizada em termos literários no relatório do CEPREMAP (1977): a da tecedura, da trama, da urdidura e dos cadilhos (às vezes substituída pela metáfora dos filetes de água por entre os pilares de uma ponte). Percebi que essa metáfora já estava latente em minha reflexão anterior sobre "a produção concorrencial e monopolista de espaço" (Lipietz, 1975). O modo como eu a usava no tratamento da relação "regime de acumulação/valores em processo" não era de fato muito diferente das discussões sobre a "mão invisível" de Adam Smith. Geógrafos como Hagerstand (1970) também haviam recorrido a isso, e ela tinha pontos comuns com o modo como certos sociólogos, como Pierre Bourdieu ou Anthony Giddens, procuravam romper o dilema "estruturas/agentes". No fundo, ela remetia a uma reflexão que eu havia travado há muito (Lipietz e Rouillault, 1972; Lipietz, 1973) sobre a natureza da realidade humana enquanto "sujeito objetivo" (Kosi, 1968). Abordagem dialética que remonta evidentemente a Spinoza (natureza naturante e natureza naturada) e mesmo até Heráclito, passando, é claro, por Karl Marx.

É a fecundidade dessa metáfora que eu gostaria de aqui apresentar de forma bem livre e subjetiva, isto é, sem grande aparato crítico. Muitos pesquisadores nela vão reconhecer, espero, seus próprios esquemas interiores e identificar sem dificuldade a presença dessa metáfora em vários autores.

Começarei por uma breve apresentação da atmosfera cultural na qual se desenvolveram as abordagens em termos de regulação. Depois, tratarei num nível "profundo" da representação "trama/urdidura". Enfim, apresentarei dois exemplos, um econômico e outro geográfico, de aplicação.

A regulação tem sua hora

Quando, em 1975-1976, Michel Aglietta organizou a discussão de sua tese (1974) durante um longo seminário que iria inspirar os estudos de uma equi-

pe do CEPREMAP (1977), a situação era, num domínio limitado mas importante da pesquisa francesa em ciências sociais, caracterizada pela dominação bem como pelo esgotamento de um estruturalismo-marxismo iniciado pela escola de Louis Althusser. É possível fazer o seguinte resumo de suas teses fundamentais (1):

A. A realidade social é um tecido, uma articulação de relações relativamente autônomas e específicas, que se sobredeterminam umas às outras (mesmo se algumas são mais fundamentais que outras): um <<todo sempre previamente dado, sobredeterminado, com predominância>>.

B. Cada uma dessas relações sociais se reproduz como resultado pela ação de seus "portadores" ("a estrutura existe como resultado") mas colocando os portadores em condições de reproduzi-la, independentemente da subjetividade deles. Jacques Rancière, que desde então mudou seu posicionamento, chegou a dizer, em **Ler o Capital**: "O fato de ser mistificado é o atributo essencial da função de sujeito".

A essas teses metodológicas fundamentais, a escola de Althusser associava, de modo mais ou menos contingente ou derivado, duas teses importantes para os economistas:

C. As próprias "forças produtivas" são a materialização de relações sociais de produção (tema desenvolvido por E. Balibar e C. Bettelheim).

D. O caráter contraditório das relações de troca é superficial e secundário (tema enfaticamente afirmado por Althusser e desenvolvido por Balibar).

Da fecundidade da tese A, não trataremos aqui. Ela protegeu a reflexão marxista francesa quanto às miragens da "totalidade expressiva", em que a política, a ideologia, a moda seriam o "reflexo" das estruturas econômicas fundamentais. O funcionalismo generalizado que se depreende, por exemplo, das abordagens alemãs "Kapitalogik" ficou relegado ao departamento dos acessórios da agitação-propaganda.

Também não trataremos da fecundidade da tese C, que tem pontos comuns com as dos "obreiristas" italianos, as dos "radicais" anglo-saxões e as dos "radicais" chineses. Rompendo com o determinismo tecnológico estaliniano, que é mais próximo da ideologia burguesa do século XIX do que do próprio Marx (apesar das ambigüidades de seu Prefácio de 1859 para a **Contribuição à Crítica da Economia Política**), ela está subjacente em todos os nossos trabalhos sobre a organização tayloriana do trabalho, sua crise e superação.

Em contrapartida, a tese B e a tese D, que no fundo é seu corolário e ilustração, constituem a "má vertente" do althusserianismo, o que o faz participar da hegemonia estruturalista de sua época que, de Claude Lévi-Strauss a Jacques Lacan, tentava cercar em todo lugar o "sujeito" e sua autonomia, sem dúvida como reação à moda precedente, o existencialismo e a filosofia da práxis. Ora, o individualismo, o subjetivismo do "capitão de indústria" por exemplo, acha sua primeira ilustração (e talvez seu determinante econômico) na existência de relações mercantis, na autonomia dos "trabalhos particulares, executados independentemente uns dos outros" e que procuram uma posterior validação social (capítulo I do **Capital!**). Jogando sobre o capítulo I o manto de Noé, Althusser censurava ao mesmo tempo o sujeito, a contradição e a relação mercantil. Desenvolvendo essa idéia, Etienne Balibar chegava à negação da exis-

tência de contradição estrutural na origem das crises: a estrutura tem vocação para perseverar no seu ser.

Daf até chegar a pensar que “tudo é feito para isso”, só falta um passo: o funcionalismo. Foi o que E. Terray (1977) explicou muito bem: <<Com frequência, foi reintroduzido, com a ajuda de considerações sobre a reprodução, todo o arsenal ultrapassado das interpretações funcionalistas: a reprodução é concebida como uma causa final da qual procede o conjunto das estruturas e das instituições analisadas (...). Para evitar esse engano, convém primeiro lembrar que a reprodução não poderia ser um objetivo: apenas um sujeito. Convém lembrar principalmente que o que é reproduzido é precisamente e antes de tudo uma contradição (...). Assim, colocar-se na perspectiva da reprodução é, no fundo, compreender como o próprio ciclo da produção e da distribuição aproxima constantemente os dois termos dessa contradição que é a relação de produção fundamental: dominantes e dominados, exploradores e explorados; como os primeiros tentam enfrentar as crises através das quais esta contradição poderia ser ultrapassada ou resolvida, e como os outros, ao contrário, obstinam-se, de forma mais ou menos consciente, em eliminar ou em fugir dessa contradição. A reprodução como um todo é ao mesmo tempo o desafio e o resultado desse confronto>>.

Retrospectivamente, é possível calcular que peso representou para essa ilusão funcionalista o longo período de crescimento fordiano sem crise – sem crise “na circulação”. “Circulacionismo” era então um insulto nas discussões entre marxistas (em particular na crítica de Rosa Luxemburg, mas também na análise das relações “centro-periferia”). O desejável era limitar-se à produção, às relações capital-trabalho.

A tese de Michel Aglietta conformava-se ao rito: somente ao fim de centenas de páginas dedicadas à análise da relação capital/trabalho – felizmente difratada em relação de organização do trabalho e relação de distribuição do valor agregado – é que aparecia a existência de capitais autônomos (2). Mas essa “difração” bastava para que aparecesse a **contradição** na reprodução dessa relação complexa, logo a possibilidade da crise e, portanto, o problema da **regulação**. Estava na hora: a crise do fordismo acabava de se manifestar.

Convém confessar que a introdução do termo /regulação/ não bastava de modo algum para eliminar as ambigüidades funcionalistas conotadas pelo termo /reprodução/. Nas primeiras formulações de Michel Aglietta, em certas publicações provenientes da pesquisa do CEPREMAP (1977), a “regulação” designava simplesmente “o que é necessário para que a reprodução funcione **mesmo assim**”. É evidente que, para explicar a crise, procurávamos explicar o que, antes, não estava em crise: o fordismo. O “modo de regulação” foi entregue à divulgação pública sob a forma do **resultado**, e não a partir de uma discussão prévia sobre o “mesmo assim”, sobre a contradição e a tendência à crise (que ele deve, como resultado instável, inibir): pode-se considerar como um “funcionalismo **a posteriori**” (3).

O fato é que o lugar já estava ocupado. A /regulação/ já estava devidamente afirmada na célebre definição de G. Canguilhem na **Encyclopedia Universalis**: <<A regulação é o ajustamento, de acordo com alguma regra ou normas, de uma pluralidade de movimentos ou de atos e de seus efeitos ou

produtos, cuja diversidade ou sucessão torna-os inicialmente estranhos uns aos outros>>.

<<Inicialmente estranhos...>>, <<de acordo com alguma regra...>> esta definição estava irremediavelmente prejudicada por dois desvios. Primeiro, os "movimentos" ou "atos" não eram percebidos como induzidos (em sua divergência) pela contradição de uma relação única. A seguir, essa definição fazia supor a existência de uma norma teleológica, de um finalismo que induzia automaticamente o funcionalismo. O "fim" do ajustamento aparecia como a causa de existência do aparelho regulador, cuja montagem podia ser confiada a um arquiteto humano ou divino. A teoria dos sistemas e a cibernética só deveriam realçar suas funções retroativas.

Até na versão cibernética, a "moda regulacionista" que se afirma nos anos 70 sob os auspícios de Atlan, Thom, Prigogine, Atli (4) representa um grande progresso em relação ao estruturalismo. Enquanto se desagrega o conjunto das representações, das identidades que se haviam afirmado durante a era fordista (o que eu chamaria hoje de "paradigma societal hegemônico". (Lipietz, 1986), novos movimentos sociais se afirmam e aparecem poder regenerar o sistema social. Alain Touraine (1978) pelo positivo, Régis Debray (1978) pelo negativo, teorizam sobre essa capacidade que têm os atores coletivos de modificar sistemas muito estáticos para levá-los a um novo equilíbrio. Para Jean-Pierre Dupuy (1977), "a autonomia dos atores" torna-se a condição de "estabilidade estrutural" da sociedade. Há nisso uma idéia fecunda, mas anunciadora de uma reviravolta que logo leva a um impasse quanto à rigidez das pesadas estruturas herdadas do passado, quanto à necessidade de estabelecer acordos institucionais para estabilizar as inovações. A dificuldade dos vários governos, seja de direita seja de esquerda, entre 1984 e 1986, para propor tais acordos capazes de regular um novo modelo de desenvolvimento, levará ao triunfo das ideologias liberais na sociedade e, no mínimo, facilitará o avanço do individualismo metodológico ou da "microsociologia" na área das ciências sociais (5).

Como já disse, este "avanço" não foi um triunfo total. Foi nesse mesmo período que os trabalhos da Ecole des Annales, em particular os de Georges Duby ou de Fernand Braudel, foram consagrados pelo público. Ora, esses trabalhos destacam a perenidade das estruturas pesadas, o peso das normas abatendo-se sobre o cotidiano, a estreiteza dos espaços de liberdade oferecidos à iniciativa dos indivíduos ou dos grupos. Assim também, o sucesso das obras da escola de Bourdieu nunca declinou: o grupo "Révolte Logique" (1984) chegou a falar do "império do sociólogo".

O caso desta última escola é especialmente interessante. De acordo com uma visão comum, a tese fundamental é bem próxima da de Althusser: as estratégias dos agentes, funções de um **habitus** que incorpora o estado atual da sociedade, só podem contribuir para a reprodução da estrutura do estado de coisas existente. Caricaturalmente: tal pai, tal filho, tais esperanças, tais ambições, tais resultados. Mas o problema consiste em saber que "poder" relativo se concede às estratégias e às estruturas!

É significativo que Bourdieu tenha sido sistematicamente criticado em duas frentes: como estruturalista, é claro, mas também como individualista me-

todo lógico e até como “espontaneísta” por Claude Lévi-Strauss (6)! De fato, o próprio aprofundamento dos conceitos de **habitus** e de estratégia levava a escola de Bourdieu a explorar os mesmos problemas tratados pela escola da regulação – e também por certos historiadores do *Annales* como Duby (7). O belo livro de Luc Boltanski (1982) mostra como, sobre a base de estruturas sociais em lenta transformação, o grupo dos “executivos” se auto-instituiu, de 1930 a 1950, para vir ocupar um lugar central na “sociedade salarial” (Aglietta e Brender, 1984) a qual devia ser a forma francesa do modelo fordista, e que ele ajudou a modelar (8).

Eis o contexto intelectual, formado de trocas recíprocas mais ou menos controladas, que alimentou minha reflexão teórica e pedagógica em torno do conceito de regulação.

A dialética e a tecedura

<< Os homens não sabem como o que varia permanece de acordo consigo. Há uma harmonia nas tensões opostas, como a do arco e da lira >>. A célebre frase de Heráclito é o ponto de partida do que nossa cultura chama de dialética, e a imagem do arco parece-me um bom apoio para qualquer explanação sobre o caráter contraditório das relações sociais. A dificuldade consiste evidentemente em dar um exemplo, sem primeiro ter tratado o próprio exemplo: relação mercantil, relação salarial. Uma atalho fácil é considerar o exemplo do relacionamento amoroso, coisa que os estudantes em geral já experimentaram. Caso lhes falte essa experiência, pode-se evocar o exemplo de **O Misanthropo** de Molière.

“Um” amor (um casal e sua história) é evidentemente uma relação social. Em duplo sentido: primeiro, é uma relação entre duas pessoas; segundo; forma-se de acordo com um modelo, um “padrão”, que é uma forma social reconhecida, pré-existente a qualquer casal determinado. A necessidade que têm os seres humanos de formarem casais é decerto muito antiga, mas a formalização desse casal como “amor” é bem recente (na França, ela se consolida nas classes médias do século XVII). Antes de tudo, é preciso que os indivíduos se percebam como sujeitos (o que é uma condição sobredeterminada pela totalidade das relações sociais), que eles ressintam uma falta que pode ser suprida pelo relacionamento amoroso: isso, eles aprendem pelo exemplo e pela cultura e, depois, pela experiência. A **disponibilidade** para estabelecer o relacionamento amoroso aparece assim como uma propriedade do indivíduo, mas que só se realiza enquanto relação interpessoal, social no primeiro sentido, e de acordo com um “padrão”, social no segundo sentido.

A exploração dessa “disponibilidade”, não muito diferente do **habitus** de Bourdieu, é o objeto da psicanálise, que tem muita dificuldade para separar o social do biológico. Vamos nos ater ao essencial, tal como foi formulado por Lorenzo da Ponte em **As bodas de Fígaro** pela boca de Querubim:

<< Vós que sabeis o que é o amor;
Mulheres, vede se o tenho no coração (...)
Procuro um bem fora de mim

Não sei quem o detém, não sei o que é (...)

E no entanto apraz-me definir assim > > .

Esta busca de um bem fora de si satisfaz-se mais ou menos na constituição do casal, ou no misticismo, ou na ambição, ou no trabalho etc... A existência social de casais enamorados não é absolutamente um efeito de composição de estratégias individuais de busca da felicidade. É uma invenção histórica. Mas, para **cada** indivíduo, a formação e a manutenção de um casal é mesmo o resultado de uma estratégia (mais ou menos cooperativa).

O encontro de duas pessoas que têm disponibilidades amorosas fornece, portanto, apenas o "material" de um amor, seus **apoios** biológicos ("träger", dizia Althusser). Mas é a relação amorosa que os constitui como amantes. Ninguém está preocupado em saber o que os enamorados retratados por Molière eram antes de se conhecerem. O que pode ser uma falha: voltaremos a esse ponto mais adiante.

Assim como os enamorados, também os amores não estão sós no mundo. Antes de analisar a relação social de amor, convém lembrar (tese A althusseriana) que ela é sobredeterminada por outras relações sociais. A começar, no caso de amores heterossexuais, por relações cujos apoios coincidem com os da relação amorosa, mas dos quais não poderiam ser somente reflexo ou ópio: as relações chamadas falocráticas ou de "sexagem" (Guillaumin, 1978). E, mais geralmente, o conjunto das relações patriarcais (sobretudo as relações que ligam os enamorados a seus pais). E, evidentemente, as relações sociais de produção e de distribuição de tipo mercantil, que codeterminam a independência econômica dos indivíduos. Assim como as relações jurídicas, que podem sobredeterminar muito as escolhas de tipo Hirshman: "**Voice, Exit, or Loyalty**".

Mas, o que é a relação amorosa? Uma relação em que cada um busca, no outro, a felicidade e a auto-realização. Com componentes variáveis de dom, de identificação, de fusão, mas que pressupõe e implica a autonomia dos dois parceiros. Em síntese, a relação amorosa **une** e **opõe** os amantes, já que a "fusão" dos dois é ao mesmo tempo meio e obstáculo para a "realização" individual de cada um. Como toda relação social, o relacionamento amoroso é uma **contradição**. Exatamente como a relação mercantil. As Igrejas e os sexólogos de boa vontade podem ficar apregoando que "é dando-se que se pode encontrar-se a si mesmo", assim como os economistas liberais repetem que da busca dos interesses privados resulta o bem-estar coletivo. Às vezes é verdade, mas nem sempre. Quando é verdade, estamos "em regime"; quando é falso, estamos "em crise".

Retomemos a imagem do arco. A contradição pode ser definida como uma relação que estabelece dois pólos, unindo-os e opondo-os.

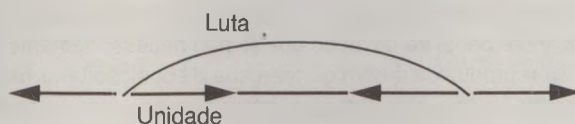


Figura 1: O Arco da contradição.

As contradições que aqui nos interessam são as relações sociais, inclusive o relacionamento amoroso. Toda relação social existente (em sobredeterminação) numa sociedade humana (quer se trate de um casal ou de uma nação) determina nessa sociedade um sistema de **lugares**, hierarquizado (capitalistas/assalariados) ou não (amantes, parceiros da troca mercantil). Esses lugares são complementares na relação que os define: vista sob esse ângulo, a relação é uma estrutura. Mas esses lugares preparam para os indivíduos que os ocupam um papel mais ou menos conforme com o que eles podem perceber como sendo seu interesse (por comparação sobretudo com os outros lugares da mesma relação, ou de outros lugares em outras relações, ou até de necessidades físicas). Se eles "não entram no jogo", ou se "mantêm seu lugar" procurando "melhorar o próprio jogo", os indivíduos em relação opõem-se necessariamente. Independente do fato de o jogo ser de soma positiva ou negativa! Até o dom é uma oposição (**potlatch** nas relações mercantis, dedicação exagerada nas relações amorosas).

Chamamos "disponibilidade" a capacidade de manter um papel e de procurar melhorar o próprio desempenho; identificamos essa disponibilidade com o **habitus** de Bourdieu. A partir daí, das duas uma: ou o prosseguimento do jogo — isto é, o vivido da relação através do tempo — leva à dissolução da relação, e fica difícil falar de relação social (no máximo, será uma interação fugaz), ou então leva à reprodução da relação, e é essa reprodução da unidade que nos dá a possibilidade de identificar uma relação. Pode-se assim representar a reprodução de uma relação no tempo, seja sob o ângulo da contradição, seja sob o ângulo dos lugares:

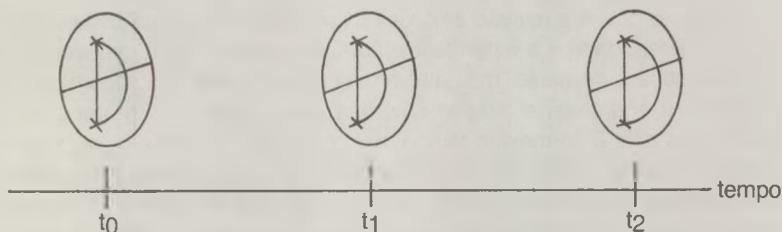


Figura 2: A estrutura no tempo.

Nas duas "casas" definidas pelo relacionamento amoroso, encontramos no seu lugar, no correr do tempo, Alceste e Célimène, Paulo e Virginia, Colin e Chloé. Mas, do ponto de vista dos indivíduos que ocupam esses lugares, as coisas são diferentes. Eles são atores de sua história de amor, desempenham um papel através do qual a relação e os lugares são reproduzidos. O que lhes permite manter esse papel de tal modo que (e não necessariamente "para que") sua relação seja reproduzida é com certeza sua disposição (seu **habitus**), mas também a percepção que eles têm das intenções do outro e, eventualmente, uma pressão social externa vivida como norma incorporada (em Marivaux) ou como instituição explícita (casamento). Logo, é necessário levar em conta:

1. a disposição, o **habitus**, o interesse, o desejo individual;
2. um espaço de representação da relação em que os agentes são envolvidos, eventualmente encaixado num dispositivo institucional.

No estágio em que estamos, é indiferente que a relação seja percebida como igualitária ou hierárquica, como consensual ou opressiva, que, no espaço de representação, uma relação de forças, real ou suposta, seja levada em conta. De qualquer forma, a reprodução da relação supõe um certo "acordo", consentido ou não, sobre a legitimidade de sua perpetuação. Como o mostrou Gramsci, até as relações de exploração implicam o consentimento dos dominados: uma "hegemonia reforçada de coerção". Um gravíssimo desvio do individualismo metodológico consiste em reduzir toda relação a um acordo entre indivíduos, à aceitação de uma norma comum. É evidente que isso existe, mas a ilusão está em reduzir toda relação a um acordo entre indivíduos com direitos iguais, por exemplo, entre cidadãos na cidade, entre parceiros de troca no mercado (9).

Segundo Tucídides, na guerra do Peloponeso, os atenienses, em desavença com a cidade de Melos que não queria participar da aliança contra Esparta, responderam aos habitantes que invocavam a lei divina para justificar o direito de permanecerem neutros: <<As leis só têm valor entre iguais. Entre forças desiguais é a força que decide>>. É claro que semelhante princípio de legitimação só pode funcionar caso a caso. Num império estabilizado, o reconhecimento da hegemonia deve materializar-se de uma outra maneira, mas a força permanece subjacente à legitimação. No caso da relação amorosa, a força está, por definição, ausente, mas o preço subjetivo da perda pesa sobre cada um como uma relação de força (tanto para Alceste como para Célimène).

Seja como for, a figura 1 assume agora outra proporção. Providos de seus **habitus** e da representação que eles se fazem de sua inserção numa socialidade (casal ou império), os agentes desenvolvem cada um a sua **estratégia**, de tal modo que o conjunto de sua **trajetórias** consegue, no decorrer do tempo, reconstituir a relação. Na figura 3, o **habitus** dos agentes é representado por um pequeno círculo e seu espaço de representação por um pequeno retângulo, uma "carta":

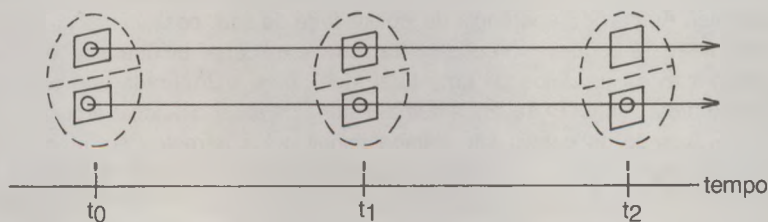


Figura 3: As trajetórias.

Fica bem claro que as figuras 2 e 3 são de certa forma duais entre si. Epistemologicamente é "quase" indiferente escrever:

– o amor que os une põe, de ato em ato, Alceste e Célimène no lugar de enamorados um do outro, apesar de suas diferenças de caráter e de suas brigas, até a crise final.

Ou:

– Alceste e Célimène são dois sujeitos que se seduzem, medem a cada momento se há interesse em continuar sua relação, e só a leitura da peça confere a suas histórias acopladas a aparência da narração de “um” amor finalmente infeliz.

De acordo com o ponto de vista, escolhe-se uma abordagem respectivamente estruturalista ou individualista. O que, a meu ver, é objetivo, “real”, é o fato de haver um entrelaçamento relativamente estável de comportamentos. Quanto a afirmar que a figura 2 ou a figura 3 é mais “real”, que uma dá “consistência” à outra, isso para mim depende apenas da “pertinência”: é uma propriedade do discurso, e não da realidade. Vamos introduzir, enfim a metáfora da tecedura de um cachecol.

O tecelão primeiro preparou os fios da **urdidura**, predispondo um sistema de lugares transversais análogo à figura 2. Depois, a lançadeira atravessou esses lugares, deixando atrás de si uma espécie de marca de sua trajetória, os fios da **trama**. Os **cadilhos**, por fim, ajudaram a lançadeira a ajustar-se, durante a trajetória, ao sistema de lugares da urdidura. Quando o tecido é retirado do bastidor, o que lhe dá consistência? Sem a urdidura, os fios da trama ficariam embaraçados. Sem a trama, os fios da urdidura ficariam pendurados.

Pode-se afirmar – e é minha tendência – que a urdidura (figura 2) dá a **forma**, e a trama dá a **matéria** da substância do tecido, à moda de Aristóteles. A tendência positivista afirma, ao contrário, (e aqui abandonamos a metáfora) que a única realidade observada é o conjunto das trajetórias da figura 3, que o sistema dos lugares e a estrutura (a forma) só existem na cabeça do teórico. No concreto de pensamento (segundo a terminologia de Althusser) que tenta reproduzir de modo esclarecedor o tecido social (10) é difícil, em compensação, esquecer que os atores pensaram mesmo que, com os outros, iam ajudar a tecer uma história de amor, ou a de uma empresa, ou a de um Estado, etc. E toda a estratégia deles é decorrente disso. Aliás, Célimène e Alceste são apenas seres fantasmagóricos (que podem coincidir com seres contingentes reais) que vêm dar corpo a um esquema: o de um amor particularmente contraditório (11).

Logo, vamos nos cingir ao critério de pertinência: é possível contar-se a história como se deseja, ela nunca será o real, e trata-se de contá-la o melhor possível. Apesar da aparência de legitimidade de seu “positivismo”, o individualismo acabará esquecendo que o “**habitus**” e a “carta” de que dispõem os indivíduos são os produtos de uma totalidade social estruturada que preexiste a suas ações. Ninguém se lança numa história de amor quando o amor ainda não existe, quando os casais são estabelecidos pelos parentes em função de estratégias reprodutivas (12). Ninguém procura vender-se como escravo quando a única relação de subordinação produtiva admissível é o trabalho assalariado. Além disso, só se pode fazer a corte a alguém que não nos ama se esse alguém nos dá alguma atenção, nem que seja de modo sádico (13). Junto da janela do narrador, a Lol V. Stein de Marguerite Duras não vive “um amor” (é Tatiana Karl que o vive). Da mesma forma, pode-se postular um emprego porque se sabe que o trabalho assalariado existe e, mesmo assim, continuar desempregado. Portanto, a análise do tecido social real deve partir da existência de formas sociais reconhecidas pelos agentes (mesmo se a teoria oferece uma

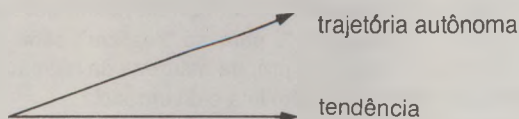
representação diferente da dos atores (14), deve descobrir as instituições que apóiam as formas desse tecido e indicar a disponibilidade de atores que garantam os papéis exigidos.

Mas, ultrapassam-se os limites da pertinência (na direção do estruturalismo) quando se reduz o **desempenho** dos atores a seu papel. Seria esquecer que cada um deles tem um **estilo** (15). Em outros termos, o "**habitus**" não é um programa que determina o indivíduo a conformar-se trivialmente com as necessidades da reprodução. O **habitus** é uma disponibilidade para representar o papel, mas de acordo com pontos de vista autônomos, e até para sair do papel quando surgirem a possibilidade e o interesse. Neste sentido, o **habitus** não reproduz apenas a realidade: ele a transforma e pode até gerá-la (16).

Essa recusa de reduzir os comportamentos e as intenções às exigências da estrutura é, como se sabe, o ponto de ruptura do materialismo "dialético" de Marx em relação ao materialismo "metafísico" de Feuerbach ("metafísico" denotando aqui a hipóstase de estruturas eternizadas): <<A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, que em consequência, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o educador também tem necessidade de ser educado (...) A coincidência da mudança de circunstâncias e da atividade humana ou automudança só pode ser considerada em compreendida racionalmente enquanto prática revolucionária>> (Illa. Tese sobre Feurbach, 1846).

Esse posicionamento, que fortaleceu a ruptura de Burdieu com o estruturalismo (1987:24), vem de longe e está nitidamente afirmado em toda a obra de Marx. Desde sua tese de filosofia sobre a **Diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro**, o jovem Marx identificou a queda retilínea como existência "relativa" do átomo, tal como ele é determinado "em si" por sua relação com o resto do espaço, e sua declinação como a manifestação de seu "para si": "O movimento da queda é o movimento da não-autonomia. (...) Para o átomo, a declinação é no seu âmago aquilo que pode lutar e resistir" (17).

Esse esquema de pensamento, a divergência possível em relação a uma tendência determinada pela totalidade, é a "declinação", o "cliname" de Lucrécia, do qual Michel Serres (1977) mostrou a similitude com o raciocínio diferencial. Para mim, seria este o esquema:



Encontra-se este esquema na célebre tese do **18 Brumário de Luís Bonaparte** (1852): <<Os homens fazem sua própria história, mas a partir de certas condições, herdadas do passado>>, ponto de partida reivindicado por Gidens (1984), quando ele procura, por sua vez, ultrapassar o dilema estruturalismo/individualismo. Para retomar nossa metáfora, os fios da trama teriam a

possibilidade de afastar-se do lugar predestinado na urdidura, deixando assim à mostra uns buracos ou fazendo franzidos no tecido! Eis por que há crises e aparece o problema da regulação...

Então, por que as trajetórias divergem? A resposta pode ser "E por que não?", se acreditarmos numa liberdade, mesmo infinitesimal, do ser humano (18). Pode-se também procurar para esse fato motivos positivos. São de dois tipos, de idêntica legitimidade teórica, variando de importância de caso para caso.

Primeiro, motivos externos à relação. Em um todo sobredeterminado, cada agente pertence a várias estruturas, é dotado de vários "**habitus**", pertence a várias "cidades", a várias "naturezas" como diriam Boltanski e Thevenot (1988), sendo que todas ajudam a definir seu "estilo". Logo, ele pode ser levado a contestar, e até denunciar, o lugar e o papel que lhe são atribuídos, em nome de outras normas e de outros interesses. Reciprocamente, a forma e a história de "uma" relação concreta dependem também dos estilos próprios dos agentes disponíveis e deve adaptar-se a eles tanto quanto fazer com que eles se adaptem. É por isso que "nunca ninguém se banha duas vezes no mesmo rio": não há dois amores semelhantes. Também não há dois operários especializados idênticos numa linha de montagem, já que esta forma particular de organização do trabalho está, por sua vez, suspensa à existência de uma mão-de-obra "convenientemente adestrada", quer se trate de mulheres, camponeses ou imigrantes, cada qual com sua história e, portanto, seu estilo (19). A variabilidade dos estilos dos agentes é, sem dúvida, o vetor mais direto da sobredeterminação recíproca das estruturas em que esses agentes estão co-presentes. Os amores entre **yuppies** não têm a mesma dimensão de dependência que os amores entre um burguês e uma "moça casadoira" sem profissão.

Igualmente importantes, e talvez mais (pois elas acarretam a "possibilidade" e até a "necessidade" de crises), são as causas internas de divergência das relações, as que decorrem do **caráter contraditório** da relação. Aliás, sob sua forma mais banal, a **diferença** dos termos em relação é a condição formal de operação das causas externas. Mas, estamos falando aqui da **oposição**, da **luta** que une os termos em relação. A definição sumária do relacionamento amoroso induz de imediato uma causa interna de divergência: cada um é inevitavelmente levado a reclamar que o outro não lhe oferece suficientemente aquilo que ele não tem. Por isso, a forma necessária da crise: a briga amorosa, recorrente de ato em ato em **O Misanthropo**, apesar do desejo de Alceste e da habilidade de Célimène. Enamorados, com certeza, cada um desejando o bem do outro, mas para se "encontrar", para se "realizar" cada um a si mesmo (20). No caso da relação salarial, a própria natureza da relação (extração/partilha do valor agregado) implica também luta e divergência.

A síntese das figuras 2 e 3 é, portanto, mais complexa do que parece à primeira vista. As trajetórias tendem a afastar-se das exigências da reprodução dos lugares, e esta é, pois, marcada por "reordenações", por "reajustamentos", que chamamos de "pequenas crises".

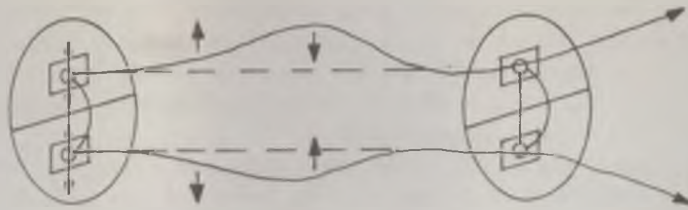


Figura 4: As pequenas crises

Nos primeiros atos de **O Misanthropo**, o **resultado** das brigas consiste em restabelecer a unidade do relacionamento amoroso. Convém observar que "unidade" e "luta", dois aspectos de uma relação contraditória, formam em si um par contraditório. Há uma **unidade** entre a "unidade" e a "luta", a luta mantém a unidade, a unidade mantém a luta. Alceste continua misantropo, Célimène continua faceira; a necessidade que um tem do outro para realizar a si próprio é mais forte, mas prepara novas divergências que acarretarão novas brigas. E essa unidade, pela qual "a unidade" (dos elementos em relação) é mantida apesar e até através de sua "luta", é o que o teórico dialético designa por **regulação**.

É possível medir aqui como essa concepção supera e engloba a de Canquilha. Enquanto indivíduos, Alceste e Célimène foram "inicialmente estranhos". Mas a regulação refere-se apenas a seu relacionamento enquanto enamorados; ela consegue aplainar e deter suas divergências. Essas divergências decorrem, em parte, do fato de seus "estilos", de suas "naturezas" já serem diferentes antes de os dois entrarem em relação (ele é "extra-mundano", ela é "mundana", para falar como Lucien Goldmann). Por outro lado, a acumulação das divergências surge do caráter sempre contraditório do relacionamento amoroso: é uma causa **interna** da relação que acarreta o problema da regulação. Além disso, o resultado desta não é uma "norma" ou "regra" transcendente: ela é imanente, é a própria unidade da relação. O amor deles é o que é, como resultado de suas contínuas brigas (21).

Surge aqui a questão que havíamos prudentemente evitado: o finalismo, o funcionalismo, a intencionalidade do **modo de regulação**: a briga. Pois é, depende. Já que a briga, de fato, "esgota as avenças", que ela tem por resultado o reestabelecimento da unidade, pode-se afirmar que ela tem essa função "**ex post**". Ela não a tem "**ex ante**": no Ato IV, Alceste parte para a briga com a intenção do rompimento (ele o havia declarado a Eliante). Mas, no íntimo, não estaria ele pensando que o que já deu certo uma vez (uma boa briga) vai dar certo de novo? Para Célimène, é evidente que a briga tem por objetivo restabelecer a unidade, é um confronto previsto e programado, o preço a pagar para conservar Alceste, enquanto ela continua fazendo charme. Mas muitos enamorados podem transpor o limiar da **institucionalização** do modo de regulação: psicoterapia do casal, separações regulares, etc. Nota-se neste último exemplo que as modas de regulação podem variar: as separações intermitentes podem preencher a função das brigas regulares (**Exit or Voice, as usual**). O resul-

tado (a permanência do casal) pode ficar imanente, pode ele também ser institucionalizado: é o casamento (**Loyalty...**). Toda instituição é uma forma pela qual os agentes abandonam de modo "provisoriamente definitivo" a liberdade de interromper seu relacionamento ou de alterar-lhe seriamente a forma. O que não desfaz em nada seu caráter contraditório.

Vamos chamar de **grande crise** justamente os momentos em que os acordos institucionalizados anteriormente bem como seu modo de regulação não conseguem mais manter a reprodução da relação (ou do sistema de relações): a "luta" supera a "unidade". Para nossos heróis, a grande crise surge no Ato V. Célimène fez demais, Alceste falou demais. <<Não dá para continuar como antes>>: a corda do arco quebrou. O tecido se rasga.

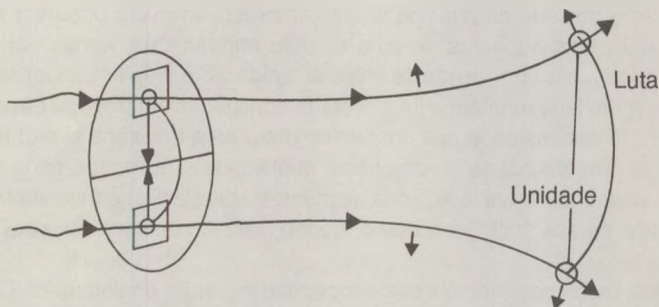


Figura 5: A grande crise.

Três saídas são possíveis:

1. ou os atores se separam, sua trajetória não se inscreve mais na mesma história. É a "crise final";
2. ou eles estabelecem um outro relacionamento. "Vamos continuar amigos";
3. ou então restabelecem a mesma relação, com outro acordo institucionalizado, com outro modo de regulação.

Célimène propõe a terceira solução: o casamento. Alceste procura negociar: sim, mas no seu deserto. "Renunciar ao mundo? assusta-se Célimène. Tudo acabado. Alceste escolhe a primeira solução. Cena emocionante e bem dialética! Nesta grande crise, como nas pequenas, as causas externas (manifestas) não devem esconder as causas internas. Se o amor se rompe, é certamente porque Alceste e Célimène "eram inicialmente muito estranhos" (diria Canguilhem), porque sua "natureza" era bem diversa (extra-mundana para um, mundana para o outro) e acabou por tornar impossível todo acordo ou compromisso (diriam Boltanski e Thévenot). Está certo, mas seria ingênuo parar por aí. Célimène não tinha dito tudo. Alceste "aproveitou a ocasião". Como a Princesa de Clèves que recusa a mão do duque de Nemours quando seu desejo torna-se legítimo, Alceste escolhe o deserto, prefere reconhecer a impossibilidade do amor absoluto (<<Para que encontreis tudo em mim, como eu tudo em vós>>). Prefere a carência ao compromisso institucionalizado, ao arranjo, ao relativo (22).

Cuidado! Essa contradição interna do relacionamento amoroso, que leva necessariamente a grandes crises (não necessariamente finais) só é percebida pelo crítico literário, pelo psicanalista, pelo sociólogo. O teórico (ou o dramaturgo que compõe a partir do modelo "as dificuldades do amor") analisa a "fisiologia" do relacionamento, seus esquemas "internos" "profundos", "esotéricos" (23). Analisa o relacionamento em si mesmo, suas contradições, independentemente do "estilo" dos agentes. O que não significa que ele tenha o dever nem mesmo o direito de fazer abstração do seguinte: para que haja relação, é preciso que os agentes a queiram (ou a ela se conformem), é preciso que a mantenham, que nela se mantenham. O defeito do estruturalismo está no fato de ele ignorar os agentes, como se houvessem amores, guerras, relações de troca, relações salariais, sem estratégias amorosas, sem projetos bélicos, sem candidatos a emprego, sem mercadores: como se simples fantasmas ocupassem os "lugares" (24). Uma relação genérica, tanto quanto a realização particular dessa relação, só existe como abstração ou atualização de práticas, e essas práticas só existem se houver necessidade transformada em projetos e em práticas.

Tanto para Alceste como para Célimène, não há um relacionamento amoroso que se reproduz. Há sentimentos amorosos que se desdobram em tática e em estratégia. Alceste quer que Célimène seja dele e que seja como ele (embora seja provável que, se ela fosse como ele, ele não a quisesse mais). Célimène quer conservar Alceste, não quer que ele seja como ela mas quer continuar sendo o que é. Essas estratégias se mostram compatíveis durante quatro atos (à custa de brigas reguladoras) mas depois demonstram não mais agüentar "em regime". Enquanto dura a história de amor, o misantropo procura ser "intramundano" e, não muito habilmente, observa assim mesmo uma certa "prudência". Com a ajuda dos amigos Philinte e Eliante, ele faz "assim mesmo" esforços elogiáveis para não injuriar imediatamente Oronte (af a grande crise é imediata) e para não perder de modo definitivo Célimène. Ele tenta de certa forma "fazer o jogo", seguir o mapa, aplicar os códigos da vida mundana e da conquista amorosa, enfim, conformar-se com "regras de superfície", "exteriores", "exotéricas", os códigos mundanos e galantes (25). O cômico está no fato de que sua natureza o impede de manter-se assim, mas ele conhece o código e, apesar de detestá-lo, procura segui-lo. O problema é que a combinação do código e de seu estilo leva-o por uma trajetória bem divergente em relação ao mundo. Para Alceste, como para Célimène, a crise não provém do fato de que, estruturalmente, não há amor feliz. Ela surge porque cada um, por seu lado, "fez demais".

Como na dualidade da urdidura e da trama, essa história pode ser lida de dois modos. Num nível profundo: um amor na pulsão cíclica da unidade e da luta, na dialética da fusão e da autonomia. Num nível superficial: a relação externa entre duas estratégias independentes. As brigas são o modo de ajustamento dessas estratégias num "regime" amoroso. Mas chega o momento em que as apostas, as esperanças, as reservas, as práticas de cada um se mostram irremediavelmente incompatíveis. O amor tem de transformar-se ou desaparecer.

Valores em processo e regime de acumulação

Voltemos agora brevemente a esses conceitos e à dualidade "trama/urdi-

dura", tal como foram utilizados pela primeira vez nas análises em termos de regulação, isto é, no relatório CEPREMAP (1977), e mais ou menos na forma como os estudei em (1979a, 1983a). Isso ajudará a esclarecer a ligação entre esses estudos econômicos e as considerações epistemológicas que precedem.

Relendo **O Capital**, Etienne Balibar tinha amplamente enfatizado quanto a circulação das mercadorias entre capitalistas e proletários redundava numa reprodução da estrutura da relação salarial. As condições da relação (e da circulação que ela induz) aparecem de fato como idênticas ao resultado:

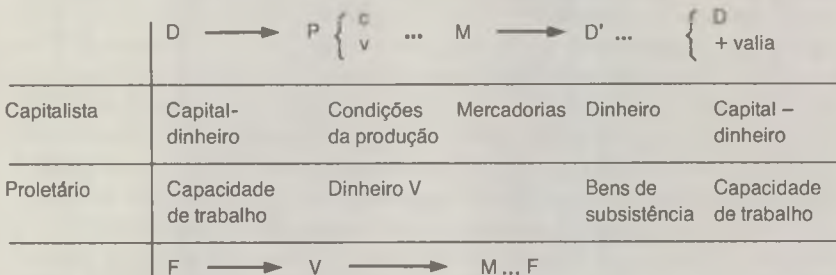


Figura 6. A reprodução da relação salarial

Pode-se reconhecer aqui a superposição das figuras 2 e 3. Dessas figuras, os althusserianos retiveram essencialmente a dimensão "vertical" (o sistema dos lugares). Basta de fato considerar o gráfico "de frente" (isto é, com a flecha do tempo voltada para si) e não longitudinalmente (com o tempo da esquerda para a direita) para obter o famoso duplo molinete da reprodução (26):

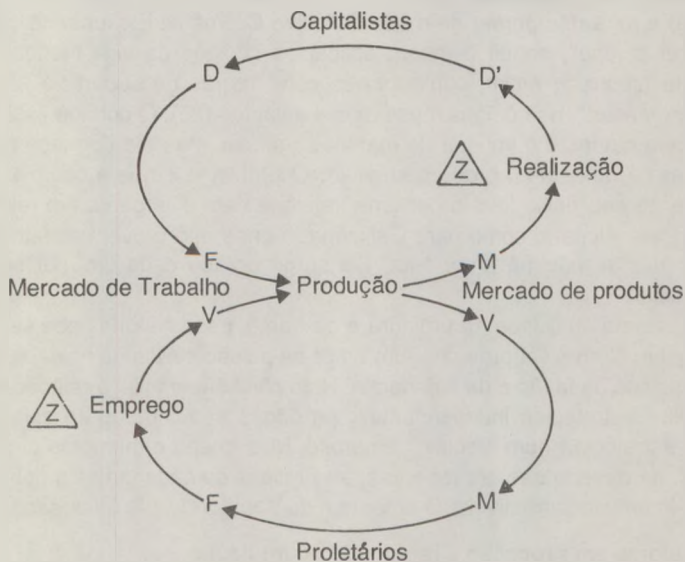


Figura 7. O "duplo molinete".

Vista sob esse ângulo, a reprodução aparece de fato como “não contraditória”. Todo o trabalho dos “regulacionistas” pode então ser entendido como um tríplice esforço:

- * mostrar que a reprodução capitalista “não acontece à toa”,
- * mostrar por que, durante longos períodos de tempo, ela continua “mesmo assim”,
- * mostrar por que, ao fim de certo tempo, surge uma grande crise.

Hoje, essas coisas são sabidas. Primeiro, a simples realidade da relação mercantil, a incerteza do produtor capitalista quanto à validade social da mercadoria oferecida, introduz uma dissimetria radical entre mercadoria e dinheiro: o dinheiro é um equivalente geral “incondicional” da mercadoria; ao contrário, a realização da mercadoria em dinheiro é um “salto mortal”, indicado na figura 7 pelo sinal Z “curva perigosa”. O fluxo de mercadorias que sai pelo arco nordeste do esquema deve estar corretamente proporcionado (em volume e em valor) à demanda que aparece no arco sudeste, bem como nos arcos não representados, em particular o arco “acumulação-investimento” (compra de bens de produção pelo capitalista), e com todas as outras complicações trazidas ao tecido sócio-econômico pela presença do Estado, de outras classes sociais etc. A incerteza a esse respeito constitui a “possibilidade formal” das crises. Sua necessidade aparece com a própria acumulação, que tende a aumentar o fluxo que sai a nordeste, enquanto contém o crescimento do arco sudeste. Essa contradição está no âmago da relação salarial. Pode ser resumida numa frase: ou a taxa de exploração é forte demais e há a ameaça de uma crise de superprodução, ou é fraca demais, e a ameaça é de sub-investimento. Essa taxa é função, por um lado, das relações da distribuição (das normas de consumo) e, por outro, das transformações na produção (das normas de produção), e em particular dos lucros de produtividade e das mudanças na composição orgânica dos capitais.

Chama-se **regime de acumulação** o modo de transformação conjunta e compatível das normas de produção e de consumo. Esse regime pode ser descrito como o dado iterativo da produção das seções ou dos ramos produtivos e da demanda correspondente: o que se chama esquema de reprodução ou estrutura macroeconômica. Mostramos que o regime “fordista” podia ser descrito como um paralelismo do crescimento da produtividade, da norma de consumo dos assalariados, da composição do capital. Em outros termos, ele segue um esquema de reprodução intensiva com ampliação do consumo salarial, de tal forma que crescem paralelamente o volume do produto líquido das seções I e II, relativo ao número de assalariados produtivos. Esse regime de acumulação é, portanto, uma forma de trama possível para a reprodução capitalista:

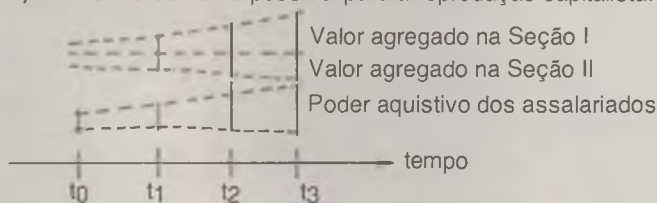
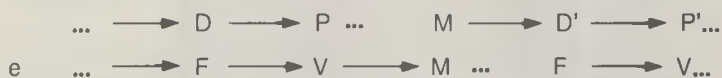


Figura 8: O regime de acumulação como trama

Mas, voltemos à figura 6. Trata-se de levar a sério a dimensão longitudinal desse gráfico. Pode-se considerar os agentes (capitalistas e proletários) como os proprietários de “valores em processo”, isto é, de “fluxo” de valores de formas genéricas respectivas:



Esse conceito de “valores em processo” que se metamorfoseiam de forma em forma é introduzido desde o capítulo III de **O Capital** e longamente desenvolvido através de todo o livro II. Esses milhões de fluxos individuais constituem a trama da realidade econômica: a “vaga” dos valores em processo. Na “vida de todos os dias” (Alltagsleben) eles são a **única** realidade positiva. No caso dos capitais, Marx estende a metáfora têxtil e chega até a falar da estrutura de fios composta de três fiapos torcidos: os ciclos do capital Dinheiro, Mercadoria e Produtivo (Livro II).

No interior desse fluxo, os valores em processo trocam suas formas, como se percebe na figura 7 de duplo molinete, quando ela se desenvolve no tempo:

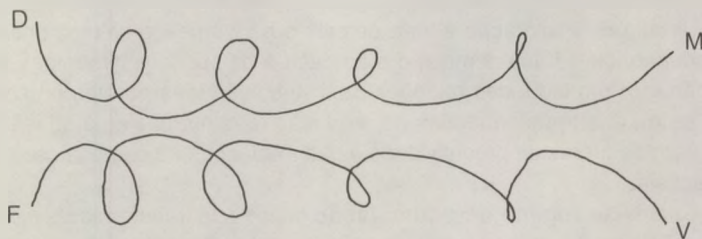


Figura 9. O fluxo dos valores em processo.

Na realidade, as duas espirais dessa figura são compostas de miríades de espirais individuais: o fluxo. **Ex post**, quando o regime de acumulação está estabilizado, esse fluxo, em sua estrutura, deve coincidir exatamente com as proporções repetidamente descritas pelo esquema de reprodução.

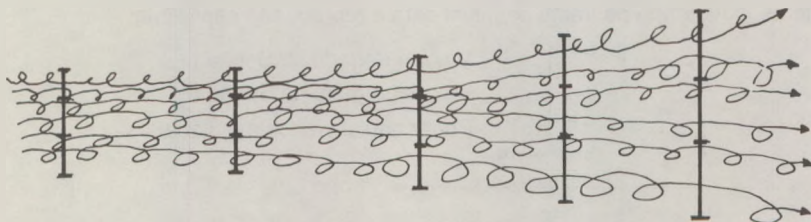


Figura 10. Valores em processo e esquema de reprodução.

As famosas igualdades marxianas dos esquemas de reprodução do Livro II não expressam nada além dessa dualidade. É ainda necessário conhecer a medida instantânea de cada um desses fluxos, ou seja, conhecer as leis que governam esses fluxos em valor nominal, expresso em moeda. Essas leis de formação dos salários e preços em moeda são as "conexões externas": elas regulam as normas de troca entre os fluxos considerados como independentes. Conhecendo esses preços normais e fazendo intervir seus **Habitus** de assalariados e de capitalistas, os agentes devem conduzir seu valor em processo de forma que o regime de acumulação seja respeitado. Pode-se interpretar o problema geral da transformação dos valores em preços de produção como o estudo das condições nas quais as conexões externas (leis que fixam o salário e os preços de produção) podem ser compatíveis com as proporções iterativas do regime de acumulação em valor (27).

Essa possibilidade não implica nenhuma garantia de bom término. Basta que as leis de formação do salário e do lucro nominais não estejam adaptadas à evolução das normas de produção para que apareçam desequilíbrios. O fluxo dos valores em processo parece então "extravasar" o crescimento em valor do esquema de reprodução ou, ao inverso, mostra-se inferior ao crescimento potencial. No tecido econômico, surgem franzidos ou buracos: é a inflação ou a superprodução. Aparece assim o problema da adaptação do fluxo ao regime, da trama à urdidura. Tal adaptação é o efeito do modo de regulação em vigor, que representa, na metáfora da tecedura, o papel dos cadilhos ou ... da "mão invisível" de Adam Smith.

Todo o esforço dos trabalhos de economia em termos de regulação, e em particular do relatório CEPREMAP (1977) e de suas seqüências, consistiu em mostrar que essa "mão invisível" não era o mecanismo trans-histórico da concorrência pura e perfeita. O modo de regulação (que inclui, entre outras, as formas de determinação dos salários diretos e indiretos, de concorrência e de coordenação inter-empresas, de gestão da moeda) muda com o tempo; logo, as formas de crescimento e de autopilotagem dos valores em processo também. Como o próprio regime de acumulação se transforma, grandes crises podem surgir da inadequação do modo de regulação. Essas grandes crises (como a crise atual, ou a dos anos 30) não devem ser confundidas com as "pequenas crises" cíclicas que são a forma da ação de regulação nos modos chamados "concorrenciais" (28). Quanto à "intencionalidade" da instauração de um modo de regulação adaptado, como a "regulação monopolista" para o regime fordista, pudemos mostrar que historicamente tratava-se quase sempre de "achados" que, no correr do tempo, puderam ser **conscientemente** consolidados, pelos teóricos "Keynesianos" da regulação fordiana, pelos sindicatos reformistas e pelos governos desejosos de preservar o consenso social.

Inversamente, compreender como a grande crise do fordismo, por exemplo, foi-se delineando, como o "tecido" se rasgou, implica um duplo trabalho. Por um lado, num nível profundo, pode-se observar a deformação progressiva da estrutura macroeconômica: diminuição dos lucros de produtividade, maior peso na composição orgânica, internacionalização crescente. Por outro lado, num nível "exotérico", procura-se mostrar como os atores sócio-econômicos em suas lutas para "modificar o dado", no interior mesmo da lógica do modelo de desen-

volvimento, bem como nos esforços para transformar esse modelo em nome de uma "natureza" incompatível com ele, "acumularam as divergências". Os sindicatos procuraram tornar cada vez mais automáticos os aumentos de salário, consolidar as conquistas do Estado-Providência: ofensivas internas ao modelo. mas os assalariados resistiram cada vez mais às formas alienantes de organização do trabalho fordista. Para barrar essas tendências, os empresários procuraram ampliar as escalas de produção, acelerar a automatização (estratégia interna da lógica fordiana) mas também deslocar a produção para países com modo de regulação mais favorável ao lucro, contornar a legislação social pela "dualização" do mercado de trabalho: forma de denúncia pela fuga (**exit..**) dos comprometimentos institucionalizados fordianos.

O resultado dessas estratégias divergentes é conhecido. O essencial é compreender que não se trata de modo algum de um lamentável enfraquecimento do consenso que um pouco de boa vontade teria podido contemporizar. A contradição era interna ao próprio regime.

O tecido do espaço-tempo

Depois do amor e da acumulação capitalista, abordamos um terceiro domínio: a geografia humana. Mudamos assim de cultura: referimo-nos à geografia crítica anglo-saxônica, da qual existe um excelente **corpus** epistemológico na coletânea de D. Gregory e J. Urry (1985). Essa geografia crítica situa-se na confluência de duas correntes metodológicas: o "realismo teórico" (Sayer, 1985) e a "teoria da estruturação" (Giddens, 1985). A dificuldade de diálogo entre as culturas decorrente da barreira lingüística, dos conhecimentos de segunda mão, das traduções imprecisas leva a algumas incompreensões que só são superadas de fato na excelente contribuição de Ed Soja (1985). Apesar das rituais críticas ao althusserianismo, nem sempre pertinentes, não se percebe, em relação à "sobredeterminação" althusseriana, o que traz de novo o "realismo teórico", segundo o qual os objetos teriam "forças causais" provenientes de sua estrutura interna, as quais só se atualizariam segundo suas articulações contextuais contingentes (29). Igualmente, não se percebe qual a diferença entre o "estruturalismo construtivista" de Bourdieu e a "teoria da estruturação" de Giddens, o que, aliás, a maioria dos autores da coletânea (em particular Walker, 1985) reconhece ser a mesma coisa.

O que deve chamar nossa atenção é o uso direto da metáfora trama-urdi-dura. Para a geografia crítica, o iniciador dessa metáfora é Hagerstrand (1970), que Giddens (1985) e Gregory (1985) discutem. A "geografia espaço-tempo" de Hagerstrand apresenta-se como uma micro-sócio-geografia, baseada numa "coreografia" rotineira das trajetórias individuais de agentes submetidos às contingências de sua materialidade espaço-temporal. Essas trajetórias reúnem-se em feixes (**bundles**), em "estações" nas quais elas interagem. A projeção dessas trajetórias sobre o espaço-plano produz a estruturação do espaço.

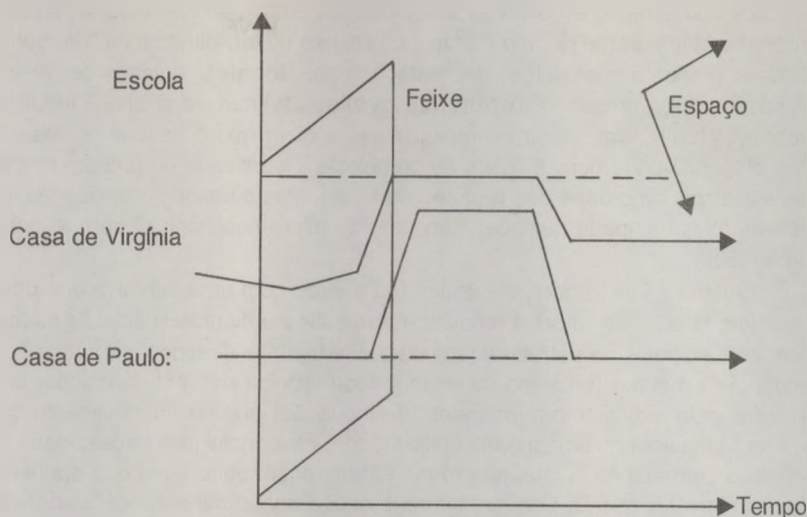


Figura 11. A coreografia de Hagerstrand

Tomemos o exemplo de dois jovens da aldeia (Paulo e Virgínia) que vão à escola diariamente. Encontra-se de novo a "trama" das trajetórias estruturada por (e estruturando) a "urdidura": o sistema das "estações" da aldeia (figura 11). Pode-se até colocar esse esquema em "pequenas crises". Paulo convida Virgínia para gazetejar aula no bosque B; os mexericos logo fazem com que o diabrete e sua Cinderela retornem a suas trajetórias normais (figura 12). Denúncia e sanção são as formas mais primitivas da regulação social. Mas a divergência pode desenvolver-se até chegar à grande crise: ou os apaixonados ficam noivos e saem da escola ou vão para o colégio interno.

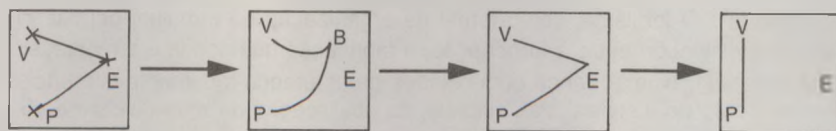


Figura 12. Divergência, pequena e grande crise coreográfica.

percebe-se o caráter operatório da "geografia espaço-temporal" de Hagerstrand e como pode ela levar a métodos de projeção urbanísticos como, por exemplo, a concepção de um sistema de transporte (Matzner, Rusch, 1976). Giddens destaca, no entanto, as fraquezas dessa geografia. Ela ignora a ori-

gem dos "projetos" que guiam as trajetórias, ou então são eles induzidos pelas próprias estações que já "são dadas", e recai-se no totalitarismo da "urdidura". Giddens propõe a substituição das estações por "**locales**" dotados de "disponibilidade para a presença" (**presence availability**) que ele analisa à moda de Goffman (1959). Em nosso exemplo, pode-se dizer que o bosque representa uma disponibilidade para a "caça às borboletas", atualizada ou não em função das iniciativas amorosas dos rapazes da aldeia. Mas o bosque preexiste às iniciativas, o que impede qualquer "fundamento micro-sociológico" para a localização (30).

Quanto a D. Gregory, ele critica (de acordo com uma temática que deve ser agora familiar ao leitor) a tendência a reduzir a urdidura espacial às necessidades funcionais da estrutura capitalista. Ele também é reticente em relação à tendência simétrica (baseada na instabilidade crônica das estruturas, provocadas pelo movimento permanente de inovação) que vê no movimento dos fios da trama apenas uma meada embaraçada. Ele conclui pela necessidade de pensar a contradição, a luta, na própria estruturação: outro tema que conhecemos, tanto mais que D. Gregory introduz aqui a noção sartriana de **serialidade**, que Hägerstrand, segundo ele, não teria superado. A "serialidade" (oposta ao estado de "grupos em fusão": Sartre, 1960) é o estado dos indivíduos comportando-se como os átomos determinados de Demócrito, privados de "clima", incapazes de projeto coletivo que modifique as estruturas. Cuidado, pois, para não identificar "urdidura" com necessidade, nem "trama" com liberdade! Voltaremos a isso na conclusão.

Por enquanto, gostaria de tratar ainda de dois exemplos extraídos de meus trabalhos, que podem esclarecer, em outros domínios da geografia humana, a distinção trama-urdidura e a questão da regulação.

O primeiro exemplo é a questão regional ou, antes, a inter-regionalidade, assunto sobre o qual mantenho com Doreen Massey um diálogo tão episódico quanto cordial. Numa intervenção inicial (1974a, retomado em 1977), eu definia primeiro as regiões francesas em si mesmas, sua genealogia, a história das relações sociais **internas** que lhes haviam modelado a "personalidade" (para empregar os termos de Vidal de la Blache), e as haviam dotado de disponibilidades diferenciadas em relação às formas de divisão do trabalho que iriam caracterizar, depois de 1945, o que eu na época ainda não chamava de "fordismo à francesa". O fordismo, como forma de organização do trabalho, permite de fato uma disjunção entre a concepção, a fabricação qualificada e a montagem desqualificada. Numa França com bolsões de empregos fortemente diferenciados do ponto de vista salarial, sindical, da qualificação da mão-de-obra e dos mercados, havia a grande tentação de distribuir os circuitos dos ramos produtivos por três tipos de bolsões de mão-de-obra, de acordo com a tripartição fordista. E foi o que aconteceu, quer as próprias regiões tenham "chamado" os empregos industriais, quer a DATAR tenha guiado as escolhas das grandes empresas (problema de regulação que não será tratado aqui). Chegamos, pois, a definir três tipos de regiões estabelecidos relacionalmente pela estrutura do circuito do ramo certas regiões, de acordo com o "estilo" herdado, vindo assumir os "papéis" definidos nessa estrutura. Tipicamente, I: a Ile de France; II: o Norte-Pas de Calais; III: o grande Oeste.

D. Massey (1978) logo apontou a ambigüidade entre a abordagem segundo a trama e a abordagem segundo a urdidura: <<As regiões em Lipietz ora aparecem definidas em si mesmas, em sua genealogia, ora definidas por seu lugar sincrônico no seio da divisão inter-regional do trabalho>>. Para essa autora, a segunda alternativa era a única possível, contanto que não se simplificasse demais a "urdidura" dessa estrutura, que se reconhecesse (o que me parecia correto) a existência de uma pluralidade de formas de organização do trabalho, variáveis de ramo para ramo e até diversas no seio de cada ramo, combinando-se de modo contingente para explicar o destino de cada região por acumulação de "camadas geológicas" (**layers**). Ela aplicava esse método em seu livro (Massey & Meegan, 1982) no qual eu logo percebia (1983c) uma tendência a reduzir a geografia à organização industrial. Eu perguntava: como explicar os sucessos contrastados das regiões diante das reestruturações industriais, se não forem levadas em conta a personalidade, a disponibilidade das regiões, herdadas das "camadas" geneologicamente acumuladas? Uma região cuja indústria é considerada decadente pode reverter-se mobilizando seu "recurso humano" (como a Rhur), ou pode evoluir no sentido de ter indústrias desqualificadas (como o Norte, em certos casos), ou ainda tornar-se marginalizada (como a Lorena). Isso vai depender de muitos fatores, mas antes de tudo da formação de um bloco regional renovador (Lipietz, 1985b)...

D. Massey (1985) admite nitidamente essa crítica e chega, depois de um balanço histórico da geografia industrial (muito parecido com o resumo da oscilação "**structure/agency**" da primeira parte deste texto!), a afirmar a importância das realidades espaciais preexistentes no processo das reestruturações inter-regionais. <<**The unique is back on the agenda**>>, eis de novo a personalidade regional de Vidal de la Brache!

Tentei mostrar (1985a) que, no caso das relações econômicas internacionais, a autonomia das trajetórias nacionais é ainda maior (do que no caso das relações inter-regionais) quanto à estrutura da totalidade. À estrutura clássica "centro/periferia", como à ortodoxia da Nova Divisão Internacional do Trabalho inspirada na tripartição fordista (Froebel, Heinrichs, Kreyes, 1980), é preciso opor a noção de uma "configuração internacional" (forma muito enfraquecida de "urdidura") na qual aparecem vagas regularidades nas transferências (de populações, de mercadorias, de saberes, de capitais) entre regimes de acumulação nacionais autônomos (fazendo aqui o papel da "trama"). Tentei até estudar quais poderiam ser as formas de regulação dessa dualidade trama/urdidura e de suas crises: acordos comerciais, firmas transnacionais, crédito internacional, etc.

Mas, gostaria de tratar a questão da regulação espacial através de um último exemplo: a transformação dos bairros urbanos. Num primeiro trabalho de inspiração muito estruturalista sobre a renda fundiária (1974b), eu tinha como pressuposto a existência de uma "urdidura": a Divisão Econômico-Social do Espaço (aqui os operários, lá os pequenos burgueses, adiante o terciário superior, e assim por diante). Essa D.E.S.E. é reproduzida e transformada pela prática dos promotores imobiliários. Mas o que devem eles construir em tal lugar? Eu mostrava que o mecanismo dos preços do solo, tal como resultam da

D.E.S.E. **preexistente** (o "tributo fundiário diferencial exógeno"), obrigava o promotor a reproduzir o uso social do bairro ou, no máximo, a difundir por proximidade um uso "superior" nos bairros próximos, porém, anteriormente menos cotados. Mas, o que dizer das grandes operações urbanísticas que mudam repentinamente o uso social de um bairro ou que, no mínimo, se organizam em função de uma programação a longo prazo, que coordena vários atores (privados e públicos)? No caso, as rendas (chamadas "diferenciais intensivos endógenas") devem ser partilhadas entre os agentes, em função do produto de um espaço projetado: os agentes internalizam o resultado de sua cooperação futura e dividem entre si os frutos da transformação obtida. Num artigo ulterior (1975), eu denominava respectivamente "concorrencial" e "monopolista" essas duas formas de reprodução-transformação do espaço, sem dispor ainda do termo "regulação" (31).

Em outras palavras, o binômio "concorrencial/monopolista" remete a duas modalidades de que os agentes da "trama" dispõem para regular suas relações numa urdidura que se deforma no decorrer de sua própria prática. Seja porque a "urdidura" é percebida como "já dada", e então a "carta" de seu espaço de representação (no caso, o preço do terreno) permite a cada um tomar decisões "racionais" que contribuem para reproduzir a estrutura ou para deformá-la marginalmente. Seja porque a "carta" antecipa as macro-transformações da urdidura suscetíveis de serem realizadas por suas próprias ações explicitamente coordenadas, esse espaço projetado coletivo tornando-se a paisagem econômica dos projetos individuais. As metáforas espaço-temporais (e que outra coisa é a da tecedura?) fecham-se assim sobre si mesmas...

À guisa de conclusão

É possível resumir o que foi dito até aqui do seguinte modo: há dois pontos de vista sobre o processo social que decorre com certa regularidade. Primeiro, pode ele ser expresso como reprodução do decurso de uma relação, ou de um complexo de relações sobredeterminadas umas pelas outras. Em seguida, pode ser compreendido como a justaposição e a interação das trajetórias individuais de agentes (ou de grupos) que procuram seu próprio objetivo em função de uma representação das conseqüências dessa interação. Aqui é indiferente que tal representação seja adequada, ou que a coerência de suas ações seja um efeito perverso em relação a seus objetivos conscientes. Também é indiferente que as relações sejam hierárquicas (opondo dominantes e dominados) ou igualitárias.

Enquanto tudo se passa bem (que o fenômeno se reproduz "em regime"), as duas interpretações são duais entre si. Os projetos e os constrangimentos dos agentes são o produto de um **habitus** e de um espaço de representação induzidos pela própria reprodução da estrutura. Mas a estrutura não passa de uma conceitualização da compatibilidade observada das trajetórias individuais. A metáfora da urdidura (a reprodução das relações) e da trama (as trajetórias individuais) que concorrem para dar consistência a um tecido procura fazer perceber esta dualidade.

O caso só se torna interessante porque os agentes "encenados" (mis en

scène) pelas relações têm capacidade, e até tendência, a divergir em suas ações relativamente às exigências da reprodução social. Essas divergências são resolvidas por um modo de regulação, a não ser que se acumulem até uma "grande crise". As pequenas crises ("na" regulação) ajudam a deformar a estrutura até a grande crise.

A existência de divergências e de crises não leva absolutamente a desmerecer, umas em benefício das outras, as estruturas ou as ações. Pelo contrário, ela destaca a autonomia, a irredutibilidade, a "realidade" dos dois aspectos. Não haveria divergência sem estrutura (de fato só haveria um caos). Não haveria estrutura sem ação rotineira ou sem acordo de base (voluntário ou imposto). É preciso ainda levar em conta a autonomia, e até a possível individualização dos agentes. Tanto mais que admitimos que poderiam ser "agentes" indivíduos ou grupos.

A **individualização** de agentes que têm um "papel", no "lugar" definido pela estrutura, mas segundo um "estilo" próprio, provoca um primeiro grupo de problemas. Uma relação pode definir um sistema de lugares individualizados "em si": apaixonados, classes sociais, regiões. Mas a capacidade desses "indivíduos" para agirem "por si mesmos" é problemática. Quando essa individualidade é coletiva, quer se trate de uma classe, de uma grande empresa ou de uma região, aparece evidentemente o problema da agregação, da "consciência coletiva" (que teorias tão diversas quanto a da delegação, do agente mandatário e do bloco hegemônico procuram explicar). Mas, quando "o indivíduo" é um indivíduo humano, a "cisão do sujeito" (**Ichspaltung**), tão cara à psicanálise, traz tantos problemas quanto a agregação à apreensão desse indivíduo como sujeito. Alceste está dividido entre seu eu misantropo e seu eu apaixonado. Em suma, as relações contraditórias opõem, em seus pólos, **nós** de contradições. O regime de acumulação nacional é uma contradição que se reproduz no tempo, mas pode ser considerado, no âmbito da configuração mundial, como uma individualidade em relação contraditória com outras do mesmo gênero. O "estilo" próprio dos agentes é o produto desses nós de relações que os definem, no interior como no exterior de si mesmos.

Com efeito, um indivíduo não é uma classe ou uma nação, mas também não são eles redutíveis a átomos suscetíveis de individualismo racional ("você não sabe o que quer!") É possível invocar a organização hierarquizada do real. Mas, então, surge a questão das "causas internas" e das "causas externas": deve-se achar que um assalariado é uma contradição viva sobredeterminada exteriormente por sua relação a um capital, ou que é um lugar na relação salarial, marcado por um "estilo" herdado de determinações exteriores? Relativismo que só se resolve com referência ao critério de pertinência: retraça-se a história da vida de Ali, filho de marabu, operário da Citroën, ou dá-se atenção à gestão do pessoal?

Esse primeiro grupo de perguntas tinha como finalidade primordial lembrar a importância da noção de "sobredeterminação". Como os "atores" pertencem a múltiplas relações, ou são eles mesmos um agregado de relações, entram na relação que os define sob um certo ângulo, com uma "individualidade" previamente dada, que se **modifica** com a entrada deles (e sua permanência) nessa relação (o apaixonado atrabiliário, a Inglaterra imperial, a classe operária femi-

nina), mas que também confere a forma concreta específica da relação, que pode modificá-la, transformá-la: as profissões liberais, ao entrar no regime assalariado, modificaram-lhe as normas.

Uma vez admitida a individualidade, o que dizer da autonomia dos agentes em relação a seu papel? A resposta fácil, e em geral pertinente, consiste em invocar o que, da individualidade, não é definido pela relação: a participação numa "natureza" diferente, a sobredeterminação por outras relações. Os jovens recusam o taylorismo porque têm outros centros de interesse. Célimène não ouve Alceste porque ela se sente bem no seu salão. A resposta inversa, igualmente pertinente, invoca a própria contradição da relação e a irredutível aspiração dos indivíduos à liberdade: o taylorismo é uma negação da dignidade humana (e talvez da eficiência produtiva), o amor não pode justificar a supressão de uma personalidade (nem sobreviver-lhe). No entanto, os comportamentos adequados às relações em geral prevalecem, senão o mundo seria um caos. E, quando eles prevalecem, a dualidade trama-urdidura identifica as ações e as estruturas, que só se distinguem pelo ponto de vista metodológico: longitudinal (diacrônico) ou transversal (sincrônico).

Chega-se assim a um ponto fundamental: no nível mais profundo, a contradição **não está** entre a estrutura e as ações. Ela está no interior da própria ação, entre seu aspecto rotineiro, coisificado, reprodutivo (e então, por dualidade, logo temos a estrutura) e seu aspecto potencialmente divergente, inovador, autônomo, generativo, revolucionário talvez, ou pelo menos instituinte. É a contradição tal como a viam Lucrécia e Epicuro em sua idéia de um "cliname", Karl Marx nas **Teses sobre Feuerbach**, Karel Kosik na dialética do "sujeito objetivo", Jean-Paul Sartre na **Teoria dos Conjuntos Práticos**, ou Pierre Bourdieu na definição do "estruturalismo construtivista" (32).

Nos últimos anos de vida, não sei mais quando nem onde, Fernand Braudel explicava que o peso das rotinas mais longínquas do passado marcava nosso presente como o aluvião do Amazonas mancha o oceano a centenas de quilômetros de seu estuário. Na história que estabelecem sobre condições existentes, herdadas do passado, os seres humanos talvez só tenham direito a um "cliname", a cinco por cento de liberdade (ou menos!) contra noventa e cinco por cento de necessidade. Mas são esses cinco por cento que suscitam e criam novas formas sociais. Talvez as melhores.

NOTAS

- 1) Refiro-me aqui apenas às teses ontológicas, e não as teses epistemológicas, e atendo-me ao althusserianismo "clássico", o de **Ler o Capital** (Althusser e outro, 1965). Para uma discussão acurada, ver Lipietz e Rouilleault (1972) e Lipietz (1973, 1979a).
- 2) Em seqüência ao seminário mencionado, o livro de Aglietta (1976) concedia o primeiro lugar à relação mercantil, que devia assumir importância crescente em seus trabalhos.
- 3) Dediquei longas páginas de meu livro (1979a) para deixar clara nossa concepção da regulação do funcionalismo e para fundamentar a regulação so-

bre a dialética. Na segunda edição de seu livro (1976), Michiel Aglietta assim como Boyer (1987) confirmam sua adesão a esta crítica ao funcionalismo.

Cabe aqui uma observação: é preciso alertar os alunos contra o funcionalismo, a crença de que o **resultado** de um mecanismo ou de uma instituição é a **causa** de sua existência. Mas, no estágio da pesquisa, quando por exemplo desmonta-se um aparelho desconhecido, é conveniente formular as duas perguntas básicas do funcionalismo: << 1 – Como tudo isto funciona? 2 – E isto aqui serve para quê?>>

4) Ver, por exemplo, o Organum da **Encyclopaedia Universalis**.

5) Ver M. Guillaume (org.) 1987.

6) J. Rancière, em sua contribuição em **L'empire du sociologue**, reduz simplesmente a sociologia de Bourdieu ao que foi sua própria posição em **Ler o Capital**: <<O sentido prático (dos agentes) é sempre a astúcia da razão... O sistema reproduz sua existência porque é desconhecido >>. Ora, o "sentido prático", o "**habitus**", a "estratégia" segundo Bourdieu, que reintroduzem o agente, a ação, a prática, procedem, segundo C. Lévi-Strauss, de uma crítica do estruturalismo <<que se encontra em qualquer lugar e que se inspira de uma espontaneísmo e de um subjetivismo em moda>>. (cf. Bourdieu, 1987: 77-78).

7) Se Luc Boltanski, em **Les cadres**, explora todas as potencialidades geradoras e até transformadoras contidas no conceito de **habitus**, contra uma visão mecanicista da reprodução, nem por isso esquece as relações de exploração (no sentido marxista do termo) subjacente às "lutas de classificação", como uma geologia subjacente a uma geomorfologia. Infelizmente, seus trabalhos mais recentes (Boltanski e Thevenot, 1987), por mais hábeis, sugestivos e "operatórios" que sejam, parecem-se mais voltados para uma abordagem exclusivamente "exterior" (exotérica) das relações sociais, logo, individualista; voltaremos a esse ponto. Essa mesma evolução (conforme à evolução geral) também pode ser notada em Aglietta e Orléan (1982) com quem expus minhas divergências nos textos (1983, b).

9) Em seu trabalho inovador, Boltanski e Thevenot (1987) assumem também a tarefa de superar o dilema "individualismo/coletivismo metodológico" e, mais precisamente, de tratar o <<problema – central nas ciências sociais – da possibilidade de acordo entre os membros de uma sociedade, empenhando-se em levar a sério a questão da legitimidade, sem abandoná-la em proveito de uma explicação pela contingência, pela tapeação ou pela força>> (p. X). Constróem eles assim uma gramática das formas de acordo repertoriadas na teoria política ou nos manuais de bom comportamento. Esses acordos correspondem a "cidades", a "naturezas". Nas primeiras páginas, observa-se com exatidão que a forma cidade não é a única possível (existem "cosmos", "caos", que ignoram a "comum humanidade" de seres iguais em direitos que chegam a um acordo sobre uma ordem social). Mas, no correr das páginas, essas reservas vão sendo esquecidas. A condição do "comércio dos homens" toma definitivamente a forma de acordo inter-individual. Na prática, retorna-se a uma variante de individualismo metodológico que esvazia o sentido de conflito intrínseco às relações sociais, em recuo relativamente à intenção de Bourdieu (1987: 55)

de estudar "as situações reais em que a submissão consensual realiza-se no e pelo conflito".

10) Cabe aqui uma referência à epistemologia. Apesar de suas deferências rituais às críticas de Lenine contra o empírico-criticismo, Althusser não confundia o concreto real e o concreto de pensamento, não pensava que as relações abstratas estivessem presentes no interior da realidade empírica, mergulhadas na ganga das contingências. Porém, o estruturalismo sugere a **existência** de estruturas fundamentais, ocultas, mais **reais** do que o comportamento mistificado dos agentes que elas "colocam em cena". Critiquei (1985a e b, 1987b) os perigos desse "realismo do conceito", inclusive em nossas próprias formulações conceituais, tais como <<fordismo>>, <<fordismo periférico>>.

11) Nosso exemplo teatral introduz complicações, pois o teatro é uma cascata de interpretações. A partir de um esquema narrativo profundo, bastante semelhante desde **O Misanthropo** até **E o Vento Levou**, os autores conferem às personagens (que ocupam os lugares) caracteres bem diversos. Os diretores e os artistas, por sua vez, interpretam esses caracteres com o estilo que lhes é próprio. Pode-se objetar, como os especialistas da narrativa, que as narrações literárias têm estruturas e leis de movimento próprias, diferentes daquelas da realidade social. Temos de admitir que, se a vida não é um romance, o teatro de Molière é a própria vida.

12) Não acontece apenas nas sociedades baseadas na linhagem e segmentárias analisadas pelos africanistas, mas também na nobreza francesa da Idade Média (Duby, 1988) e até entre os camponeses do Béarn. **O Misanthropo** constitui uma considerável revolução cultural no sentido de o relacionamento amoroso aparecer "sociologicamente puro", independente das relações de linhagem que se encontram ainda no centro do teatro clássico e só desaparecerão com Marivaux (ver Lipietz, 1988).

13) <<Bastariam teus olhos para disso te convencer.

Se teus olhos por um momento pudessem me olhar>> (Racine, **Fedra**, II, 5).

14) Sobre a importância da codagem intelectual das relações sociais, o que Bourdieu (197: 93, 164) chama "efeito de teoria", ver Lipietz (1985b).

15) A distinção entre /lugar/, /papel/ e /estilo/ deve muito a longas e frutíferas discussões com Jane Jenson. Chamar-se-á "estilo" a maneira, própria a um ator, de desempenhar seu papel. Esse caráter próprio não é inteiramente determinado pela relação, mas pela experiência e pelas outras "naturezas" das quais participa o ator.

16) <<Por que não ter dito hábito? O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, mais reprodutivo que produtivo. Ora, eu queria insistir na idéia de que o **habitus** é algo poderosamente gerador. O **habitus** é um produto dos condicionamentos mas fazendo-a passar por uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que "reproduzamos" as condições sociais de nossa própria produção, mas de modo relativamente imprevisível, de tal forma que não se pode passar simples e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos>> (Bourdieu, 1986: 134).

17) K. Marx, **Différence de la philosophie de la nature chez Démo-**

crite et Epicure, tradução, introdução e notas de J. Ponnier, Bordeaux, Ducros, 1970, p. 243.

18) Mesmo nas sociedades "frias", as acusações ou a suspeita de "bruxaria" ou de "possessão" por um demônio (que é preciso exorcizar) são manifestações contra a aparição de desvios por vezes microscópicos (ver a minúscula revolta de uma jovem no filme **Remparts d'argile** de Bertucelli e Duvigaud).

19) Robert Linhart, em **L'établi** (1978) tem consciência disso assim que encontra seus companheiros de fábrica fora da linha de montagem. Mas mostra também que não é qualquer um que pode agüentar o trabalho na linha de montagem e que ela não foi feita para qualquer um. Pode-se ir mais além: na economia capitalista em que se dispõe de trabalhadores qualificados e prontos a se "comprometerem", não é "eficiente", do ponto de vista capitalista, abusar demais do taylorismo.

20) A expressão "realizar-se", tirada de uma psicologia que pode ser considerada caduca, é empregada aqui de propósito com referência à "realização", a validação das mercadorias na troca.

21) Motivo pelo qual convém usar com prudência a metáfora do "jogo". Como observa Bourdieu (1987: 82), nem todas as **regularidades** sociais (imanes) são "regras do jogo" (transcendentes), mesmo se existem "leis" (consuetudinárias ou jurídicas). Para que não haja uma transcendência das regras e, em consequência, para que não se dê aos agentes a possibilidade de modificar progressivamente a regra do jogo durante o próprio jogo, Bowles e Gintis (1986) falam de 'jogo recorrente'. O inconveniente é que se pode então colocar num mesmo plano o que procuramos distinguir como "relação", "regime", "modo de regulação" e "trajetórias", chegando assim a não mais entender como a divergência em relação a um regime pode levar a uma crise, nem por que aparece um problema de regulação. Pode-se imaginar, por exemplo, que Alceste se atire nos braços de Eliante desde a primeira briga, ou que Célimène, aborrecida, "deixe de lado" Alceste: mas não será mais a mesma história, nem o mesmo regime amoroso, talvez nem mais a mesma relação.

22) Segundo seu conceito não-dialético de acordo, Boltanski e Thevenot (1987, cap. 4) não podem explicar o aparecimento de "desavenças" e o "cancelamento" dos acordos a não ser pela possibilidade de os agentes participarem de diversas "naturezas". Neste ponto, eles coincidem com E. Balibar que, em **Ler o Capital**, só conseguia explicar as crises pelo jogo de relações externas umas às outras. O individualismo metodológico "conflitual" de Aglietta e Orléan (1982), pelo contrário, tem o mérito de inscrever a contradição e a necessidade das crises (e da regulação) no âmago de cada relação. Para isso, inspiram-se nas teorias de René Girard sobre "a violência e o sagrado". O problema é que R. Girard costuma generalizar abusivamente suas pesquisas (1961) sobre o tratamento literário da relação amorosa, tal como a descreve Da Ponte (<<Procuro um bem fora de mim, não sei quem o detém, nem sei o que é>>). Se aplicado à economia, tal princípio pode funcionar quanto à especulação nos títulos financeiros, mas para além disso...

23) A distinção, fundamental embora desconhecida na obra de Marx, entre esotérico e exotérico, é a base de meu livro (1983a).

24) <<O erro intelectualista e teoricista que sempre ameaça a ciência so-

cial, o erro estruturalista, que consiste em afirmar: "Sei melhor que o indígena aquilo que ele é">> (Bourdieu, 1987: 114).

25) A sociologia, como a economia, **deve** expressar esse mundo "exotérico", aquele do vivido dos agentes (é, por exemplo, o objeto do livro III de **O Capital**). É um mundo no qual cada agente percebe os outros agentes, que ocupam outros lugares na mesma relação, em "exterioridade", como elementos de um espaço de representação com os quais ele vai "interagir". Esse mundo tem suas leis manifestas, que é preciso repertoriar, mas sem esquecer seu vínculo de dependência dual com o esotérico. <A sociologia é uma ciência esotérica mas que tem um aspecto exotérico>> (Bourdieu 1987: 68). Por isso, ha um certo prazer, a tentação de flertar (como fiz durante a análise de **O Misanthropo**) com a terminologia de Boltanski e Thevenot. Minha impressão é que a terminologia do exotérico usada por eles não se refere a nenhuma sociologia esotérica.

26) Trata-se, é claro, de um esquema que abstrai os arcos "intercapitalistas" acumulação-investimento, bem como outras relações sociais articuladas à reprodução da relação salarial (por exemplo, o patriarcado no nível M...F).

27) Pode-se demonstrar que sob normas de produção constantes, o dado dos comportamentos e das leis exotéricas (no caso: equalização das taxas de lucro entre ramos, constância da taxa de partilha do valor agregado), o regime de acumulação e o sistema de preços são determinados simultaneamente (Lipietz, 1979b). Esta demonstração combina o teorema de Frobenius com o teorema do ponto fixo de Brouwer: logo, é um simples teorema **de existência**, e não de estabilidade!

28) Na quarta parte desta comunicação, veremos por que propus esse par de termos "concorrencial/monopolista" no intuito de distinguir dois grandes tipos de modos de regulação. Terminologia não muito feliz.

29) Assim, Urry (1985: 27) critica Althusser por ter este ignorado que as estruturas só têm efeito através de sua interdependência e que é "a contingent matter as to the degree to which their respective causal powers (= mais ou menos a causalidade estrutural de Althusser) are expressed within particular events". Ignorância da sobredeterminação tanto mais mordaz que em seu artigo em **Pour Marx** (1985), <<Contradiction et surdétermination>>, o próprio Althusser falava de textos geopolíticos de Mao Tse Tung! De fato, o "realismo teórico" é tão semelhante ao althusserianismo de **Pour Marx**, que fica sujeito às mesmas críticas. Já D. Massey (1985), ao concluir, preocupa-se que a economia (=as estruturas) esteja condenada a ficar com a parte da necessidade, e a geografia (= sobredeterminação com a parte da contingência.) Prosseguindo a crítica deste neo-estruturalismo (mesmo respeitador da sobredeterminação), Saunders e Williams (1986) af detectam um "neo-conservatismo": do althusserianismo ao realismo teórico, só se teriam reintroduzido os agentes (**agency**) na estrutura para submeter seus atos ao determinismo das "forças causais", temperado por uma contingência entregue ao empirismo, esquecendo como de costume a autonomia, os projetos dos agentes...

30) A cena da caça às borboletas preexiste também como enredo antes de qualquer interação (ver P. Faure e G. Brassens). De modo mais geral, a estruturação do espaço, "sempre previamente dada", é um obstáculo intransponível

para o individualismo metodológico (ver Lipietz, 1977, cap. 5).

31) Essas formas de transformação urbana revelaram-se, porém, bem mais complexas e ambíguas do que eu pensava. Ver, por exemplo, Kaszynski (1982), Somekg (1987).

32) Sua definição do estruturalismo construtivista (1987, p. 147 seg.) é permeada por uma antropologia teórica implícita, bastante próxima de todos esses autores, que H. Rouilleault e eu (1972) havíamos procurado outrora poder mobilizar contra Althusser, para pensar a ação transformadora das massa na história, sem perder as conquistas do estruturalismo. O estudo da sociedade como reprodução ou ação rotineira – rotineirizada – surge assim como parcialmente legítima, por exemplo, num quadro acadêmico (um “momento necessário da pesquisa” diz Bourdieu). A outra vertente – subjetiva – da prática requer, ao inverso, da parte do teórico uma participação ou, no mínimo, uma “simpatia” (no sentido etimológico) com as práticas sociais transformadoras (cf. Lipietz, 1973, 1977a: Introdução).

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Em atenção ao caráter internacional do “Colloque International sur la théorie de la Regulation”, de Barcelona, forneci sempre que possível as referências das traduções de meus trabalhos. Infelizmente não pude fazer o mesmo para os outros autores.

ABSTRACT

*This article aims at a subjective review of theoretical reflections and pedagogic practices which make use of the notion of “regulation”. After replacing the problem in the french intelectual context of the last twenty years, regulation is first presented in reference to the concepts of contradiction and crisis, based on a literary example (the amorous relationship in **Le Misanthrope**). Finally, the same discussion is proposed through the example of capitalistic accumulation and the social production of space.*

RESUME

Cet article cherche a dresser un bilan subjectif de reflections théoriques et de pratiques pédagogiques qui se servent de la notion de “regulation”. Après avoir replacé cette problématique dans le contexte intellectuel français des vingt dernières années, la régulation est d’abord présentée par rapport aux concepts de contradiction et de crise, a partir d’un exemple littéraire (les relations amoureuses du **Misanthrope**). Ensuite, la même discussion est proposée par l’intermédiaire de l’exemple de l’accumulation capitaliste et de la production sociale des espaces.



CARÊNCIAS E SUJEITOS SOCIAIS: UMA ESTRATÉGIA PARA O SEU DES(EN)COBRIMENTO

Paulo J. Krischke*

RESUMO

A preocupação com o questionamento dos postulados e quadros teóricos fundamentais da sociologia urbana gera uma reflexão teórica e metodológica a partir do tema das **carências**, considerando alguns pontos centrais da abordagem marxista e do que se convencionou chamar "individualismo metodológico". A opção do autor é de analisar as carências como mediações históricas ou "microfundamentos" da sociedade, para evitar a recaída na problemática do "legado hegeliano" que contrapõe o "objetivismo" determinista e o "normativismo" voluntarista.

Introdução

Parodiando os termos do Manifesto Comunista de 1847, hoje é possível dizer que também neste país "ronda um fantasma", atemorizador dos poderosos e bem-pensantes do nosso tempo – embora aqui não reivindique mais a bandeira única proletária-comunista (por razões diversas, algumas das quais logo veremos). Este fantasma, que tem sido exorcizado mais com as armas do intelecto que da violência aberta (já que a "violência estrutural" continua eficaz, como nos lembra Galtung, 1987) é a reaparição do sujeito revolucionário – ou seja, de setores sociais empenhados em negar a lógica do sistema capitalista e, portanto, em transformar radicalmente a sociedade no sentido do socialismo. Mas este fantasma, ao contrário da previsão histórica do Manifesto cumprida em 1848, não prepara hoje a sua reencarnação em confrontos diretos e guerras civis. Antes, realiza conquistas moleculares e experiências parciais acumulativas, em que exercita a sua autoconstrução como sujeito social que antecipa o futuro, face à historicidade das carências insatisfeitas por esta sociedade.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, e pesquisador do CNPQ. Este trabalho foi apresentado em 1988 na UFSC, e a grupos de trabalho da AN-POCS e da ALAS (Montevideu). O autor agradece críticas e comentários recebidos, principalmente dos seguintes colegas (sem responsabilizá-los pelo conteúdo do texto: Ilse Scherrer-Warren, Eduardo Viola, Selvino Ashmann, Ana Clara Ribeiro, Luis Antonio Machado, Edison Nunes, Irllys Barreira, Horacio Machón, Sergio Zermeño e Benjamín Arditi.

A linguagem panfletária foi acima conscientemente assumida, para confrontar abertamente a ideologia da ordem que impregna a atividade científica – cujas armas intelectuais dirige precisamente para negar a existência de sujeitos históricos coletivos e a historicidade das carências sociais, entre os setores subordinados. Mas é necessário, e também conveniente, abordar o nosso tema dentro dos cânones reconhecidos do trabalho científico, pois a conjuntura de reemergência deste tema é também ocasião em que se reformulam, no país, tanto o quadro da transição política como os marcos de interpretação da sociedade.

É assim que os estudos de sociologia urbana enfrentam hoje no Brasil um período de questionamento de seus postulados e quadros teóricos fundamentais, que tem a ver com a própria emergência e canalização das reivindicações sociais nos marcos institucionais da “Nova República”. Por um lado, as classes sociais subordinadas e os movimentos sociais urbanos parecem buscar construir novas formas de identidade, de organização e de interação com o Estado – que eram antes impossíveis (ou menos significativas) no contexto autoritário do regime militar.¹ Por sua parte, o regime atual de transição tem ensaiado iniciativas de políticas públicas na área social, que aparecem como inovadoras e com escassos precedentes nos padrões anteriores de intervenção social do Estado no Brasil.² Ademais, estas manifestações conjunturais salientam traços estruturais e da formação social histórica, anteriormente pouco considerados pelos estudos das classes, da estratificação e sua relação com a política, na sociedade brasileira.³ Não é portanto casual que, tentando acompanhar e interpretar o desenrolar desses fatos, as ciências sociais realizem um processo de revisão teórico-prático, que apenas iniciou em anos recentes e que, no caso dos estudos sobre movimentos sociais urbanos, ganhou, inclusive, o alcance de uma avaliação do que se convencionou chamar seu “paradigma” central.⁴

Pretendemos participar aqui deste processo de revisão teórico-prático, esclarecendo alguns aspectos de um tema central das pesquisas sobre os movimentos sociais urbanos, que é o tema das **carências**. A importância estratégica deste tema está em que ele não se esgota em si mesmo, mas remete a todo um campo problemático de relações e interações sociais, que o definem e constituem historicamente. Daí a necessidade de um deciframento teórico-prático do conceito de carências e do campo sócio-histórico em que se constitui – deciframento cuja relevância queremos deixar estabelecida nesta contribuição. Além disso, um suposto que queremos inicialmente esclarecer neste trabalho, é que a historicidade das carências sociais constitui um suporte metodológico fundamental para o reconhecimento de sujeitos históricos coletivos. Esclarecimento metodológico que implica a retomada e reinterpretção de alguns pontos centrais da abordagem marxista (na linha do que se está atualmente debatendo na Europa e nos Estados Unidos, acerca do “individualismo metodológico”).

Preliminarmente, convém advertir que trataremos de evitar duas tendências complementares, muito usuais nos debates sobre as carências: a quantificação e a abstração. Em primeiro lugar, não trataremos de dados quantitativos sobre as carências, não porque sejam inúteis ou sem importância (na verdade os existentes sobre o Brasil são aterradores, ou talvez “terroristas” – para usar a expressão de Lefebvre noutro contexto; 1972-182), mas apenas porque ne-

cessitamos de uma definição preliminar, mais clara, consistente, desideologizada (se possível), mas principalmente **qualitativa**, do que entendemos por carências. E, em segundo lugar, trataremos de evitar as definições abstratas das carências (dos tratados sistemáticos, nas formulações ortodoxas das várias correntes) – principalmente as da área do planejamento sócio-econômico.⁵ Novamente aqui, sem retirar importância a essas definições, queremos entender a questão das carências como instância concreta de mediação, que articula um campo de relações e significados, histórica e socialmente construído – onde encontram sua importância inclusive essas mesmas conhecidas definições gerais. Assim, por exemplo: uma abordagem como as que comumente reduzem as carências à sua dimensão quantitativa tende também a reduzir a política a um “mercado” de troca de “equivalentes” (políticas sociais + vantagens eleitorais) e o planejamento “abstrato” a uma pretensa “neutralidade”, espécie de “astúcia da razão” (de Estado). São históricas, portanto, as razões propriamente teórico-práticas que remetem à necessidade deste estudo, como logo trataremos de mostrar.

Por isso, seria necessário revisar aquelas concepções clássicas, que situam as carências básicas exclusiva ou principalmente sobre este terreno, digamos, “objetivo” do nível de renda – mas também “abstrato”, da política entendida como mercado de “troca de equivalentes”. É interessante observar nesta altura que tanto Marx como J. S. Mill refutaram, por caminhos diferentes, a superficialidade dessas concepções, e denunciaram também a sua injustiça.⁶ Mas é notório que tanto o marxismo ortodoxo como outras correntes atuais do pensamento sociológico têm incorrido nesta redução utilitarista da prática social. Aqui, talvez mais ainda que em outras dimensões da atual transição política brasileira, é necessário restaurar o caráter ambíguo e aberto à inovação da **práxis**. No campo da sociologia urbana é Henri Lefebvre (1979:41) quem mais tem contribuído nessa direção (embora pouco eco tenha encontrado no Brasil):

“Tanto no social como no homem tudo é ato e obra (...) supõe a passagem pela ação – a **praxis** – do possível ao real, e dá lugar à iniciativa. Toda possibilidade abre dois caminhos: o de uma alienação maior e o de uma desalienação. A desalienação é atingida pela luta consciente (...) Por toda parte o homem social inventa e cria; por toda a parte ele é vítima de suas obras”.⁷

É a partir desta postura de questionamento e abertura que orientaremos a nossa indagação, tanto sobre a práxis como sobre a teoria das carências. Consideraremos, portanto, a noção de carência em alguns exemplos do pensamento social clássico e contemporâneo buscando superar o “objetivismo” e “abstracionismo” que têm falseado esta e outras noções em voga na atividade sociológica, tentando restabelecer parâmetros mais profundos para a necessária utilização teórico-prática do conceito. Num primeiro momento, buscaremos as raízes do “objetivismo” no paradoxo com que Hegel enfrentou a questão das carências na sociedade moderna – com poderosa influência sobre o pensamento social posterior, inclusive o marxista. A seguir, veremos as possíveis

relações entre os dilemas diagnosticados por alguns autores na bibliografia brasileira sobre os movimentos sociais urbanos e o "duplo legado hegeliano". Finalmente, examinaremos uma estratégia de pesquisa para o des(en)cobrimiento das carências e dos sujeitos sociais, considerando a discussão atual do marxismo com o individualismo metodológico. Cabe salientar também o caráter provisório deste trabalho, como notas preliminares de uma pesquisa em andamento.

O Paradoxo Hegeliano das Carências

É comum encontrar nos bairros populares explicações tautológicas para as carências, que remetem às próprias vítimas as origens dos seus males: "Aqui falta tudo porque ninguém se interessa"; "Somos desunidos porque falta organização"; "Cada um trata de si e não liga para os outros"; "Caberia às autoridades resolver, mas ninguém pede", etc.⁸ O grão de verdade acaso existente nestas constatações de senso comum recebe reforço e validação da cultura dominante, que consagra a passividade e dependência social frente ao mercado e à ordem política – demiurgos socialmente instituídos para assignar a cada indivíduo (mediante iniciativa deste) a satisfação de suas necessidades no mundo das mercadorias.⁹

Hegel foi o primeiro pensador a assinalar uma inconsistência deste mundo liberal, entendida como uma incongruência entre as responsabilidades crescentes de intervenção social do Estado e o caráter potencialmente interminável das carências suscitadas pelo mercado. É necessário reconstituir o percurso que realiza, para compreender o caráter paradoxal que atribui às carências – muito mais complexo que o admitido pelo liberalismo, ou pelos demais seguidores mecanicistas/deterministas do "objetivismo" das carências. Devo salientar aqui que não se trata de dar conta, neste trabalho, do conjunto da abordagem hegeliana, nem mesmo dos pontos centrais de sua obra sobre a "Filosofia do Direito", mas apenas daqueles relacionados com o tema das carências, nos termos paradoxais em que nela se apresenta. Estes termos, por sua vez, depõem a favor de sua obra, pois expressam o reconhecimento manifesto pelo autor de uma limitação não superada por sua abordagem.

Em primeiro lugar, Hegel reconhece na "Filosofia do Direito", que as carências humanas (que fundamentam o "sistema de necessidades", segundo ele constitutivo da sociedade civil) não são simplesmente "naturais" como queriam os utilitaristas, mas "uma conjunção de necessidades imediatas ou naturais com necessidades mentais formadas por idéias":

"Já que estas últimas, por sua universalidade, tornam-se preponderantes, este momento social tem um aspecto libertador, isto é, a necessidade estritamente natural da carência é obscurecida e o homem ocupa-se com sua própria opinião, de fato com uma opinião universal, e com uma necessidade por ele apenas construída, em lugar de com uma necessidade exterior, contingência interna ou mero capricho". (1971, §194:128).¹⁰

Um comentarista extremamente simpático a Hegel, que é Avineri (1979:145), afirma que "é precisamente este aspecto libertador do homem",

como não limitado em suas necessidades pelas determinações naturais, “que conduz a sociedade humana à busca sem fim das mercadorias”, concluindo que “esta é a interna inquietação da sociedade civil”.

Quais as características desta “origem mental” das necessidades? No parágrafo anterior da mesma obra Hegel explica:

“(O momento social das necessidades) envolve diretamente a demanda por igualdade de satisfação com os demais. A necessidade desta igualdade e da emulação, que é a igualação de cada um com os demais, bem como a outra necessidade também presente aqui, do particular afirmar-se de algum modo diferente, tornam-se fonte frutífera da multiplicação das necessidades e sua expressão”. (Ibid. § 193:128).

Assim, segundo Hegel, a busca socialmente induzida, tanto da igualdade como da diferença, está nas origens da objetivação=alienação, que se estabelece no mercado – não dependendo, portanto, apenas dos mecanismos estritamente materiais da atividade econômica. Vemos aí como Hegel se distancia explicitamente dos pensadores utilitaristas, ao identificar no “sistema de necessidades” uma ordem socialmente construída (ou seja, “artificial”, e não inerente a uma suposta “natureza humana”), ao mesmo tempo em que aponta para os seus resultados negativos. Pois esta busca, socialmente construída, de desejos individuais ilimitados, cria também, segundo Hegel, o seu oposto necessário, que é a pobreza. A sociedade moderna não apenas cria “novos desejos sem fim”: “a carência e a destituição são também desmedidas”. A busca ilimitada da riqueza alimenta a raridade:

“Nestes contrastes e sua complexidade, a sociedade civil oferece um espetáculo de extravagância e carência, bem como a degeneração física e ética comum a ambas”. (Ibid. §1985:123).

Portanto, ao contrário do que faziam os economistas políticos clássicos (como Smith e Stewart, que Hegel utiliza) a pobreza não é tratada como fenômeno residual, mas como inerente às condições de apropriação do capitalismo.¹¹

Assim, o caráter crescente e objetivo da insatisfação das carências não apenas decorre dos limites impostos pelo direito de propriedade (que Hegel reconhece), mas da própria divisão social do trabalho que, de uma lado, faz expandir a economia no crescimento do consumo (e, portanto, na criação permanente de carências adicionais) e, de outro lado, restringe o acesso da população à satisfação dessas carências, por oferecer oportunidades limitadas e insuficientes de trabalho.¹²

É por isto que Avineri (1979:148) afirma que “para Hegel a pauperização e alienação da sociedade não são incidentes, mas endêmicas”. Saliencia ademais que “Hegel ocupa-se em demonstrar que todas as políticas corretivas, encaminhadas para superar a pobreza na sociedade moderna, tendem a ser inúteis e até contraproducentes”. E conclui que:

“O ponto extraordinário, da discussão de Hegel sobre esses problemas sociais na “Filosofia do Direito” é que, numa análise que tenta demonstrar como a sociedade moderna, na sua estrutura diferenciada, é capaz de superar seus problemas através de mediações, o único problema que permanece em aberto e não solucionado, segundo admite o próprio Hegel, é o problema da pobreza”.¹³

É certo, porém, que o pessimismo de Hegel quanto ao crescimento ilimitado das carências tinha duas razões histórico/teóricas muito específicas: em primeiro lugar, apoiava-se nas características da economia e da sociedade de seu tempo, nos incios do capitalismo industrial competitivo – com sua tendência às crises cíclicas de superprodução e subconsumo, entendidas como a ameaça de um “estado estacionário” (Dobb, 1973:87-90 e 135-136) que a economia clássica fora até então incapaz de equacionar (mas que outras correntes posteriores, como o keynesianismo, tratariam de enfrentar com relativo êxito). Além disso, tal pessimismo denotava também, e principalmente, uma preocupação central com a capacidade de integração ético-política do Estado moderno – grandiosa ambição intelectual do projeto de Hegel, que se via ameaçada por esse fenômeno de “marginalidade estrutural”, das carências e da pobreza, decorrente do caráter individualista e desregrado do “sistema de necessidades” (Cf. Bloch, 1977:243 e seguintes). nas próprias palavras de Hegel:

“Quando o padrão de vida de uma grande massa do povo cai abaixo de certo nível de subsistência – nível regulado automaticamente como necessário para cada membro da sociedade – e quando há a conseqüente perda de sentido do que é certo e do que é errado, da honestidade e do respeito próprio, que leva cada homem a insistir em manter-se por seu próprio trabalho, o resultado é a criação de uma *ralé* (*Pöbel*) de miseráveis”. (Ibid. §244:15).

E adiante acrescenta:

“A pobreza em si não faz dos homens uma *ralé*; esta é criada apenas quando se acrescenta à pobreza uma disposição da mente, uma indignação interior (*Empörung*) contra os ricos, contra a sociedade, o governo, etc. Uma conseqüência a mais desta atitude é que, através de sua dependência do acaso, os homens tornam-se frívolos e preguiçosos (...) Assim nascem na *ralé* os males de: falta de respeito próprio (por não ser capaz de garantir a subsistência pelo próprio trabalho, e, ao mesmo tempo, o da demanda por receber subsistência como um direito”. (Ibid., adição a §244:277).

Como vemos, o caráter paradoxal das carências na sociedade civil é inerente à arguta análise de Hegel – exatamente porque sua existência ameaça a ambiciosa síntese ético-política que propõe para o Estado moderno. Ainda que em certos aspectos da regulamentação do mercado admita a intervenção do Estado como possível e necessária (por exemplo, §236), a sua concepção da política como um sistema de liberdades e instituições de “moralidade objetiva” (um Estado concebido como “síntese da vontade coletiva”) não permitiria a in-

tegração do paradoxo das carências por ele mesmo retratado. Como se sabe, Marx ofereceu uma crítica às pretensões de síntese do hegelianismo, equiparando-as às da própria sociedade e Estado capitalista, como incapacidade de superação das contradições que lhes são constitutivas.¹⁴

Mas ainda hoje, quando os habitantes dos bairros populares atribuem tautologicamente a si mesmos os seus próprios males e a insatisfação de sua carências, estão operando com esta mesma matriz paradoxal que Hegel revisou teoricamente a partir do senso comum, na sociedade regida pela lógica do mercado. Mesmo assim, quando os moradores tornam-se possuídos daquela "indignação interior" contra os "ricos e o governo", fazem-no como simples "projeção externa" da origem dos seus males... E este é apenas uma exemplo de como o "paradoxo hegeliano das carências" pode servir como recurso heurístico, para entender certos aspectos da alienação na sociedade moderna.

Mas este paradoxo é insuficiente para explicar as formas de ação e orientação dos setores populares, que não sejam tautológica e passivamente "integrados" à situação de obediência, ou então "marginais" indignados, da "ralé dos miseráveis". Marx mesmo (1956:51) fez uma referência oblíqua à discussão hegeliana sobre a pobreza, ao afirmar que "indignação (Empörung) é insuficiente" para expressar as formas de consciência e contestação popular ao universo mercantil das carências. Contudo, a sua diferença central com Hegel neste particular foi exposta nos Manuscritos de 1844 (1975:279 e seguintes), onde Marx salienta que a alienação não se insere imanentemente nos processos de mercado, mas nas suas condições histórico-concretas – ao contrário de Hegel, que considerou a alienação como consequência necessária da objetivação do "sistema de necessidades" na sociedade civil.¹⁵

No entanto, a obra posterior de Marx, a partir da "Ideologia Alemã" e do "Manifesto Comunista", faz recurso constante da chamada "alegoria arquitetônica" da sociedade – que atribui à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a estabilidade das relações sociais de produção (e da "superestrutura" correspondente) os processos de transformação da sociedade. Tal linguagem "estenográfica" é certamente uma simplificação didática e aproximativa (que introduz problemas que logo consideraremos), usada e considerada desde então de modo determinista pelos seguidores do marxismo denominado ortodoxo – o que propiciou a sua recada na problemática "objetivante" das carências, tal como fora herdada de Hegel. Mas o "legado hegeliano" teve também outras consequências, como veremos a seguir no caso brasileiro dos estudos sobre movimentos sociais urbanos.

Carências e Movimentos Sociais no Brasil: O "Duplo Legado Hegeliano"

Foi necessário retornar até Hegel, na discussão acima, não apenas pela incidência do seu pensamento na cultura ocidental (e portanto no terreno do senso comum), mas ainda porque grande parte da reflexão usual (marxista ou não) no campo da sociologia urbana brasileira tem estado prisioneira de modalidades semelhantes ao "objetivismo", no que se refere às carências que afetam os setores populares. E. Nunes (1987) fez recentemente uma introdução crítica

ao tema "carências urbanas, reivindicações sociais e democracia", em que sintetiza agudamente o estado da questão na bibliografia sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil e na influência por ela recebida de certos autores europeus contemporâneos. Sem entrar em todos os aspectos do seu artigo (aliás, em redação provisória), convém reproduzir alguns dos pontos principais, de grandes conseqüências para nossa análise.

Primeiramente, segundo Nunes (p. 12) "estabeleceu-se um consenso entre os pesquisadores (...) em que a maioria remete, explicitamente ou não, à contradição entre o desenvolvimento das 'forças produtivas' e as 'relações de produção', como impulsionadora de transformações sociais". Toma o exemplo de Borja (1975:12 a 14 e 34 a 35), que afirma que os movimentos reivindicativos urbanos "como todo movimento social (...) não são mais que a manifestação de contradições geradas pelo próprio desenvolvimento da sociedade", entendido como "desenvolvimento da produção e da divisão social do trabalho". Comenta Nunes que, para esta linha de estudos, "é precisamente este 'desenvolvimento' que cria constantes novas necessidades com relação à reprodução da força de trabalho (transporte, educação, equipamentos sociais, saneamento, etc.) às quais procuram responder os movimentos reivindicativos. Na gênese destes movimentos encontramos, assim, as 'novas necessidades' postas à população pelo desenvolvimento ds forças produtivas, etc.". (Ibid., 13).

Adiante, Nunes reporta essa análise às suas conseqüências na bibliografia brasileira sobre movimentos sociais:

"Os estudos realizados no Brasil, dos quais os de J.A. Moisés (1982:15) destacam-se tanto pelo pioneirismo como pela consistência, não fogem a este padrão de interpretação. Para Moisés a emergência de formas de participação social e política das classes populares urbanas está associada à questão urbana, que deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas e sempre crescentes necessidades postas à reprodução da força de trabalho e ante a política urbana do poder público – baseada em inversões privadas e públicas que se dirigem, preferencialmente, aos setores mais rentáveis da produção e consumo, e que acabam por determinar a prioridade dos serviços destinados a expandir a produção sobre os serviços destinados a atender as necessidades de sobrevivência da população (consumo coletivo)". (Ibid.:14).¹⁶

Devo esclarecer que concordo com Nunes, em que devemos realizar uma autocrítica dos estudos realizados nos anos 70 – não no sentido de responsabilizar este ou aquele autor pelas limitações que agora constatamos, mas tratando de superar tais problemas pelos quais somos todos responsáveis, para o aperfeiçoamento de nossa área de estudos. Por isso é importante sublinhar as conseqüências deste balanço de Nunes sobre as carências, quando conclui por exemplo:

"A criação de necessidades de reprodução da força de trabalho aparece explicada, fundamentalmente, por processos 'objetivos' associados ao desenvolvimento da urbanização capitalista (...). Deste ponto de vista,

quem sofre as necessidades não tem papel ativo em determiná-las como tal. Tornam-se (estas), praticamente, pontos de partida absolutos para os processos de reivindicação urbana das classes populares, aos quais são compelidas a responder. Neste contexto, o conceito de 'necessidade' ou 'carência' desempenha papel fundamental, na medida em que é a mediação entre a análise macro-estrutural do 'modo de produção' e, particularmente, do desenvolvimento da cidade capitalista, e o terreno próprio da política.'" (Ibid.:20-21).

Quem acompanhou esta exposição desde sua introdução já pode constatar a influência da reflexão pioneira de Edison Nunes sobre o que estamos fazendo aqui – principalmente quanto ao conceito de carências como mediação, a ser pesquisada como sugere Nunes, em cada contexto histórico. Seria útil apontar, também, a importância de outras contribuições que realiza, como a integração que opera das várias dimensões das carências sustentadas pelo Marx do "Capital", ou ainda das chamadas "carências radicais" proposta por Agnes Heller. Quisemos contudo destacar neste instante a agudez do seu diagnóstico do "objetivismo", nos estudos sobre movimentos sociais urbanos, e sugerir que tem ainda um alcance e representatividade mais geral do que propõe o seu artigo.

Em primeiro lugar, as resenhas dos já agora clássicos estudos de Castells e Lojkin têm demonstrado amplamente este viés "objetivante" e determinista – geralmente acompanhado de um "voluntarismo espontaneísta" no trato da política, que ilustra o fracasso, denunciado por Nunes, de não ver a carência como mediação a ser historicamente considerada.¹⁷ Também na Europa tem havido algum esforço de revisão destes problemas. Por exemplo, é certo que estas dificuldades teórico-práticas têm a ver com as vicissitudes desta linha de estudos, no período em que esteve orientada pela versão althusseriana do "marxismo ocidental"¹⁸, bem como com as ilusões da euforia de 1968 – que os impasses do "Estado de Bem Estar" pronto viriam dissipar nos anos 70 e 80. Mas, independentemente dos condicionantes históricos locais, é certo também que estas dificuldades teórico-práticas centram-se ao redor de uma herança reducionista (ou numa leitura positivista) do marxismo, que remonta pelo menos à II Internacional – e que, como alguns sugerem, é possível remeter também a aporias constitutivas da própria obra de Marx.¹⁹ Assim, a revisão proposta por Nunes de certos temas e dimensões da obra dos "clássicos" da sociologia urbana convida a uma reflexão cada vez mais ampla e profunda sobre a teoria marxista e suas relações com a práxis.

Por outra parte, no que se refere ainda à bibliografia sobre movimentos sociais urbanos no Brasil, a resenha desbravadora e abrangente de Machado e Ribeiro (1984) trouxe à luz do debate especializado no país inconsistências do denominado "paradigma" destes estudos, particularmente nas suas relações com a política e o Estado neste período de transição, que o artigo de Nunes sobre as carências veio confirmar e desenvolver, numa dimensão específica.²⁰ Segundo Machado e Ribeiro, a consolidação desta linha de estudos "ocorreu no interior de conjunturas políticas cujas questões imediatas provocaram, em vários sentidos, uma redução":

"(...) A questão do papel do Estado frente à acumulação (monopolista) e às novas contradições transformou-se na análise de demandas fundadas nas carências de meios de consumo coletivo; o problema da mudança do sistema de dominação passou a ser olhado sob a ótica da democratização do regime autoritário". (1984:7).

Assim, as deficiências do chamado "paradigma" não remetem tanto às influências européias originais, mas ao próprio contexto intelectual brasileiro:

" O que se encontra em jogo não é, apenas, uma perspectiva sintética da ditadura e dos processos políticos recentes, mas uma interpretação que encontra força no presente a partir de uma perspectiva definida com relação à história do país". (Ibid.:14).

"A contradição prevista no paradigma, imediatamente política, **simplifica** (...) o conceito de Estado=sociedade política + sociedade civil. Esta simplificação tende a ocorrer de tal forma que a sociedade civil deixa de ser um campo específico de dominação, e co-responsável fundamental por este processo, para transformar-se, com alguma naturalidade, no seu oposto". (Ibid.:17).

"Todo o processo político é concebido como contendo dois campos em oposição: de um lado o 'movimento social', lugar da liberdade (ou da libertação) (...); de outro, o 'sistema institucional', lugar da repressão, controle e dominação desses grupos. O processo político (...) é o conflito entre esses dois campos, cujo resultado não é concebido como uma síntese que transforma ambos, mas como a diluição de um pela interferência vitoriosa do outro". (Ibid.:10).

Como vemos, um aspecto notável deste balanço teórico do estado da questão dos movimentos sociais urbanos na bibliografia brasileira é que não se restringe a um diagnóstico do determinismo usual nas análises marxistas ortodoxas do tema em outras partes do mundo e em sua influência no Brasil. Em certo sentido, a denúncia, aqui, aponta para um duplo processo de redução da temática, em que tanto autores marxistas como não marxistas são levados, num contexto acadêmico particular (o grupo de trabalho que estuda os movimentos sociais na ANPOCS) e numa conjuntura política específica (a transição do regime autoritário), a: 1) uma diluição do trabalho intelectual no cadinho da cultura política brasileira (orientações e comportamentos politicamente instituídos); e, por outro lado, 2) uma identificação indevida entre reivindicações de carências urbanas e crise (ou reforma) do Estado (ou ainda à liberalização do regime, democratização imediatamente política, etc.).

O caráter duro e preciso da crítica ajuda a situar as considerações anteriores de Nunes sobre as carências sob uma nova luz. Desta perspectiva, o questionamento a ser feito não é apenas ao marxismo ortodoxo nas suas várias versões (européias ou brasileiras), mas ao **reducionismo objetivante** que a abordagem das carências tem sofrido (no Brasil como alhures), por parte de autoridades, estudiosos e no senso comum. Em outro sentido, é possível dizer que tal redução redunde de fato numa recaída na problemática hegeliana da identificação entre objetivação e alienação, postulando o caráter inescapável da

degradação urbana – e o conseqüente desafio radical (pela “plebe indignada”) de um Estado monolítico, incapaz de integrar as suas reivindicações. Ou seja, a literatura sobre movimentos sociais apresenta um reducionismo contraditório (politicista de um lado e economicista de outro), que postula tanto o Estado como aparelho monolítico (a ser combatido ou “infiltrado”) como uma sociedade civil dotada de virtualidades de emancipação e alheia à dominação.²¹ Nesta leitura (que certamente não abarca todos os significados da resenha citada) o reducionismo ali tratado é visto à luz de elementos centrais daquela herança e tradição intelectual, que Kolakowski (1985:79) denominou “duplo legado de Hegel”:

“O que constitui desde o começo a originalidade específica do pensamento marxista, sobretudo durante suas primeiras fases, é seu esforço incessante para escapar à alternativa: **ou** a utopia normativa, fundamentada na idéia da ordem social, tal como deveria ser de acordo com as exigências morais, **ou** a visão determinista da História que nos deixa adivinhar o que fatalmente vai acontecer e faz dos indivíduos humanos instrumentos do plano anônimo da História. (...) Esta bipartição do legado hegeliano se manteve, como se sabe, até nossos dias”.²²

Não é necessário concluir com Kolakowski que, apesar dessas virtudes, o marxismo é uma forma de “consciência mitológica, profética e utópica” (Ibid.:86) para perceber os alcances do “duplo legado hegeliano” entre os seguidores das várias ortodoxias. Na verdade, a crítica de Kolakowski ao que denomina “espírito revolucionário” é por ele mesmo admitida como extensiva a outros movimentos “messiânicos” não necessariamente ligados ao marxismo (e mais próximos, realmente, das vertentes puramente “normativistas” do “legado hegeliano”).²³

Mas interessa salientar aqui que o “reducionismo” acima detectado por Machado e Ribeiro nos estudos brasileiros combina, contraditoriamente, elementos “normativistas” e “deterministas” do legado hegeliano, na versão simplificada que apresenta do campo da política e suas relações com as carências da sociedade. De fato, como observou Nunes, as carências não são interpretadas como mediações entre a estrutura social e o momento ético-político – exatamente porque à estrutura é imputada uma determinação imanente, e a política é vista em termos estrita (ou principalmente) normativo-voluntaristas.

A utilidade desta discussão está no levantamento que realiza das raízes profundas e vasta difusão teórico-prática daquilo que estamos denominando aqui “objetivismo” hegeliano (e seu oposto corolário “voluntarista”) no trato do “sistema de necessidades” (ou carências) da sociedade, como no de suas projeções no terreno da política. As resenhas já citadas dos estudos em voga no Brasil sobre movimentos sociais urbanos mostram que a esfera da política é considerada por tais estudos tanto como epifenômeno da desigualdade econômica, como enquanto síntese obrigatória e aparelho institucional a ser destruído, ocupado ou “infiltrado” por elites alternativas. Os paralelos desta postura com as formas de reducionismo dominantes na II e III internacionais dispensam qualquer comentário.

Contudo, não podemos imputar aos colegas que realizam tais estudos um primitivismo e ingenuidade intelectuais, que uma consideração conscienciosa dos seus métodos e resultados não permite sustentar. Na verdade, o que as resenhas já citadas (em parte) denunciam é a imersão desses estudos numa problemática conceitual e metodológica que permanece aberta ao debate (e que inclui correntes marxistas e não marxistas) e a diferentes resoluções do “legado hegeliano”. Sem querer estender a aprofundar mais este ponto, nos limites do que nos propomos aqui, é conveniente entretanto recordar que este debate tem estado presente nas controvérsias e mútuas influências entre neomarxistas, neo-hegelianos e neokantianos de várias correntes, no decorrer deste século. Para dar dois exemplos mais notórios, foi esse o caso do debate sobre positivismo, na Alemanha dos anos 60/70, e é também o caso do debate atual sobre o “individualismo metodológico” entre marxistas europeus e norte-americanos e outros cientistas sociais de várias posições²⁴ – que agora consideraremos.

As Carências como Mediações Históricas ou “Microfundamentos” da Sociedade

Pensamos que é chegado o momento de tomar posição contra as disjuntivas do “legado hegeliano”, defendendo e utilizando uma metodologia capaz de operar com o conceito de carência de modo não determinista nem voluntarista, mas como **mediação** entre a sociedade e a política. Para isso, convém recorrer à distinção proposta por Levine (et al., 1987) acerca das correntes que debatem as propostas do “individualismo metodológico” – caracterizadas como “atomismo”, “holismo” e “anti-reducionismo”. Nas palavras destes autores:

“O **atomismo** é uma atitude metodológica que nega que as relações – entre indivíduos ou entre entidades sociais – sejam jamais autenticamente explicativas (...) A aparente ‘relação’ de poder entre os indivíduos não é senão um conjunto de crenças recíprocas, e são estas e não uma ‘relação objetiva’ qualquer as que explicam as ações (...) Para os **holistas radicais**, as relações concretas entre os indivíduos são essencialmente epifenomênicas às explicações sociais (...) As categorias macrosociais – capitalismo, Estado, relações de classe – não apenas são irreduzíveis a processos de micronível: nem mesmo são afetadas por estes processos (...) Os **individualistas metodológicos** negam que as categorias sociais globais sejam jamais irreduzivelmente explicativas. Se uma propriedade social é explicativa, o é porque é redutível às propriedades relacionais dos indivíduos concretos (... mas) não afirmam que as propriedades relacionais sejam redutíveis a propriedades atomísticas” (O.Cit.:135-141).

A posição defendida por estes autores, que compartilhamos, é a do “anti-reducionismo”, no contexto deste debate:

“O **anti-reducionismo** reconhece a importância das exposições de nível micro para explicar os fenômenos sociais, enquanto defende a irreduzibilidade das exposições de nível macro a estas explicações (...) A investi-

gação das microvias através das quais as macroestruturas exercem seus efeitos é o estudo dos microfundamentos (...) cuja elaboração é necessária para que uma teoria social resulte convincente". (Ibid.:143-150).

Longe de qualquer relativismo historicista ou tipológico, o ponto aqui é exatamente o de estabelecer a posição estratégica metodológica das carências como **mediação** entre os níveis micro e macro da vida em sociedade. Assim, de um lado estão os "modos de vida", contingentes e variáveis da cotidianidade, através dos quais os indivíduos vivem, sofrem e transformam a sua existência (denominado por Marx de mundo da "ideologia", e depois da "mercadoria"). De outro lado (ou "abaixo" e "acima" como na alegoria arquitetônica) exercem sua ação as estruturas sócio-econômicas e as instituições políticas e culturais, objeto das explicações macro, "de longo prazo", etc. Entre os dois níveis da existência social (que comportam explicações irredutíveis entre si), estão os "microfundamentos" ou mediações, que permitem a reprodução (e a transformação) social como um todo articulado e passível de compreensão histórica. As carências recebem sua densidade e consideração estratégica, desse seu comparecimento como mediação e microfundamento, de um campo de significados e relações construído histórica e socialmente.

Devo oferecer um exemplo concreto de pesquisa, que buscou respeitar essa irredutibilidade de níveis de explicação, ao mesmo tempo em que focalizou uma carência básica, como microfundamento articulador das relações entre um movimento social e a ordem política. Trata-se do movimento de moradores em loteamentos clandestinos da cidade de São Paulo, que buscava a regularização de suas propriedades junto aos órgãos públicos. A pesquisa (Krischke, 1984) definiu-se como investigação participante, e foi grandemente facilitada por atuar junto a um movimento altamente organizado e mobilizado, compreendendo mais de 100 bairros.

Após algumas observações locais e entrevistas abertas com líderes, organizamos um conjunto de hipóteses acerca da composição social, organização interna e liderança, bem como de sua capacidade de pressão sobre os órgãos públicos. Foi aplicado um questionário entre as lideranças dos bairros, para verificar essas hipóteses e simultaneamente fornecer elementos de auto-avaliação para o movimento. Partimos do suposto de que a heterogeneidade sócio-econômica de sua composição social já observada nestes e em outros bairros já estudados constituía um dos principais obstáculos para a mobilização e unidade do movimento. Também postulamos que a existência de métodos democráticos de organização e representatividade seriam importantes para manter o nível de mobilização. Finalmente, postulamos também que a eficácia da liderança teria tanto a ver com a existência de democracia interna como com sua capacidade de pressão e representação junto ao governo. Em suma, a pesquisa estava centrada sobre a dinâmica interna (nível micro) de um movimento mobilizado ao redor de uma carência, buscando apoiar a superação de suas dificuldades gerais de mobilização e eficácia.²⁵

A eficácia do movimento, contudo, resultou da existência de mediadores especializados na área jurídica, capazes de articular e contrapor a carência que mobilizava o movimento com as exigências e limitações impostas pela ordem

pública sobre o direito imobiliário (Lei de Zoneamento Urbano). A carência que mobilizava o movimento (a regularização legal dos lotes individuais) foi progressivamente reformulada numa demanda coletiva pela modificação da Lei de Zoneamento, através de uma estratégia de "negociação permanente" com vistas à realização de suas conseqüências práticas. Afortunadamente, esses advogados atuavam também como animadores sociais, capazes de garantir a presença dos moradores em manifestações massivas junto aos órgãos públicos – e de acompanhar cotidianamente o processo de esclarecimento, organização e mobilização interna do movimento.

Este exemplo revela que o simples estudo do nível micro (da dinâmica interna) do movimento, ou das suas características individuais, é parte importante do processo de pesquisa, mas apenas na medida em que permite detectar os microfundamentos (ou carências) articuladoras e mediadoras de sua atuação no sistema social. Este, por sua vez, revela seu caráter irredutível a uma atuação (e análise) apenas individual. Como sistema instituído de normas jurídicas, ou como estrutura de classes sociais, apenas é suscetível de transformação na medida em que os microfundamentos de sua estabilidade (ou reprodução) passam a ser negados por outras mediações, capazes de assegurar mobilização e pressão coletiva, com tal objetivo.

Finalmente, as mediações capazes de mobilizar coletivamente enquanto carências só demonstram eficácia (em ambos os níveis micro e macro) quando canalizadas por mediadores especializados, capazes de veiculá-las em ambos os sentidos (da alegoria arquitetônica). O que não significa uma apologia dos chamados "agentes externos", ou que o movimento enquanto tal (nas suas bases) fosse dependente de uma teoria importada de seu exterior – mas que a emergência pública deste setor social, como sujeito de direitos ou carências historicamente consideradas, passa por um processo de aprendizado recíproco entre educador e educando (no caso, vários desses advogados passaram a viver, ou a trabalhar única e cotidianamente, nos bairros a que serviam). Assim o movimento social realiza o seu objetivo de transformação das macroestruturas e formas institucionais – que "congelam" ou enrijecem os processos e conteúdos significativos da vida em sociedade – na medida em que logra substituir os microfundamentos de sua reprodução por outras mediações alternativas e mobilizadoras, por ele mesmo criadas. E, no mesmo processo (a "outra cara da mesma moeda"), autoconstitui a sua existência coletiva, enquanto sujeito social definido por carências e direitos "microfundamentais" da sociedade em transformação.

Seria tentador imputar a esta atividade "microfundamental" dos movimentos sociais uma teleologia linearmente revolucionária, ou pelo menos emancipatória e radicalmente questionadora da ordem estabelecida. Mas isto seria recair na problemática "determinista/voluntarista" do "duplo legado hegeliano", que esta estratégia metodológica trata justamente de ultrapassar. Além disso, como nos lembra Bloch (1977:491.492), é justamente esta abertura para o futuro – em contraposição aos "fechamentos" do legado hegeliano – o que permite o surgimento e a construção, aqui e agora, daquele "sonho optativo", da desalienação, da liberdade e do socialismo. Os estudos realizados a partir desta perspectiva sobre os movimentos sociais (p. ex., Krischke, 1987) permitem

constatar a grande diversidade de "saídas" e soluções encontradas pelos mesmos movimentos, a raiz precisamente de sua "abertura microfundamental" na construção do futuro.²⁶

Em suma, o percurso que examinamos, o da influência do "legado hegeliano" nos estudos sobre movimentos sociais no Brasil e suas alternativas de superação, permite sugerir que tal superação só é possível nos marcos de uma estratégia de pesquisa que restitua aos próprios agentes coletivos da **práxis** a condição de sujeitos – que constituem, reproduzem ou transformam revolucionariamente os microfundamentos da sociedade. Na medida em que o pesquisador reconhece a historicidade das carências e sujeitos sociais, reciprocamente constituídos em suas opções e aberturas para o futuro, deixa de imputar-lhes qualquer tipo de finalismo teleológico. Somente desta perspectiva é possível evitar (pelo menos entre os pesquisadores) a recaída na problemática do legado hegeliano – a qual contrapõe, ou assume contraditoriamente, como vimos, tanto o "objetivismo" determinista no trato das carências da sociedade como o "normativismo" voluntarista no terreno da política.

Mas tal esforço de recuperação, como apenas podemos sugerir neste espaço, pressupõe a discussão de certas aporias centrais do marxismo (assim como do conjunto de sua abordagem teórico-prática). Ademais, esse reconhecimento deverá emergir de evidências práticas e empíricas acerca do caráter mediador da experiência das carências, no contexto sócio-histórico que estamos pesquisando. Como estas pesquisas estão em curso, o que foi dito acima oferece apenas indicações de caminhos a serem abertos e reformulados no próprio processo de investigação.

Por último, vale também e com mais razão ainda, para os analistas e agentes "externos" dos movimentos, o caráter aberto e indeterminado de sua ação, face à autoconstituição dos sujeitos sociais e suas carências históricas. Se não é possível determinar de antemão o sentido "microfundamental" da **práxis**, tampouco podemos fixar com anterioridade uma teoria que a contemple em plenitude. Mas o tratamento deste ponto demandaria outro trabalho.

NOTAS

¹ Algumas resenhas atuais sobre os estudos dos movimentos sociais urbanos salientam estas características; por exemplo, Kowarick 1987: 46-47; Cardoso, 1987: 29-31 – ainda que interpretem diferentemente essas novas formas de identidade e interação, Cardoso, 1987b:302 afirma por exemplo: "com a implantação das políticas participativas, o que ocorre antes de 1982, o diálogo instituído entre comunidades locais e agências públicas foi se ampliando. Neste sentido, o espaço para estas manifestações foi sendo conquistado e respeitado e as negociações se ampliaram e se diversificaram (...)":

² Fagnani, (1987:34) por exemplo, adverte que "mesmo reconhecendo a complexidade dos processos que estamos analisando e o curto período de vigência do atual governo, é preciso salientar que, em termos concretos, o conjunto amplo de medidas e programas anunciados até o momento nos diversos setores da área social, apesar de representarem avanço efetivo rumo à constituição de uma política social mais equânime, **está longe ainda de significar mudanças qualitativas corporadoras de um novo padrão de proteção social. São esboços de inflexão** que sinalizam neste sentido. Contudo, em termos efetivos, esse processo permanece um **impasse**, por estar condicionado a mudanças mais amplas no âmbito da economia e da sociedade". (Nesta, como em todas as citações, os grifos são sempre do original).

- ³ Ver, por exemplo, Machado, 1986, sobre as conseqüências das relações bairro-fábrica na constituição da classe operária (e seu estudo); ou ainda a atualidade e importância do neoclientelismo no contexto atual, in Banck, 1986. Gohn (1987), por sua vez, faz um balanço da composição social e das alternativas político-ideológicas, num mapeamento completo das lutas pela moradia popular em São Paulo, etc.
- ⁴ Ver sobre isto Machado e Ribeiro, 1984; Jacobi por exemplo, (1987:271-272), afirma que tal avaliação encontra nos trabalhos sobre o tema "um certo grau de uniformidade no contexto analfabeto (...), a demanda por direitos sociais, a construção de um sistema de igualdades e a consolidação de uma cidadania popular"; que agora se teria modificado pois "... se, por um lado, os movimentos descobrem novas formas de ação e participação, o Estado também amplia seu espaço e modifica sua dinâmica de interação". Voltaremos ao tema na Seção II deste trabalho; sobre a questão do "paradigma" ver especialmente nota 20.
- ⁵ Sobre as limitações do planejamento urbano ver Lefebvre (1970:210): "L'urbanisme implique un double fétichisme. Premièrement, celui de la **satisfaction**. Les intéressés? Il faut les satisfaire, donc connaître leurs besoins et répondre à ces besoins, tels qu'ils sont. Parfois, il faut leur permettre de s'adapter en modifiant leurs besoins. Hypothèse implicite: on peut connaître ces besoins, soit que les intéressés les déclarent, soit que des experts les étudient. On peut les classer. Pour chaque besoin on fournira un objet. Hypothèse fautive au départ, d'autant plus qu'elle néglige les **besoins sociaux**. Secondement, le fétichisme de l'espace. L'espace est création, qui crée de l'espace crée ce qui vient l'emplir (...) Il ne résout pas le conflit entre l'usage et l'échange, même quand il écrase l'usage et l'usager".
- ⁶ Embora, sob outros aspectos, tenham estabelecido aporias e vacilações que permitiram recaldas nesta problemática. Urge recuperar as posições de Marx; valem porém as críticas de Heller (1985:114-115) contra os seus seguidores, que reduziram a atividade humana aos termos de "uma ética de classe, e ainda por cima, como um sistema absoluto e fechado, elaborado à base de interesses e necessidades, e tornando biológicas as motivações morais (...). O próprio Engels, em alguns capítulos do **Anti-Dühring**, adaptou "a teoria do egoísmo dos filósofos do séc. XVIII a análise de classes". No que toca a Mill, ver o interessante capítulo III de C.B. Macpherson (1978:49-80), onde distingue as suas posições das correntes centrais do utilitarismo – ponto também controvertido.
- ⁷ Tentamos adotar aqui a postura proposta por este autor: "Esta sociologia acentuou o lado crítico do pensamento marxista. As estruturas nascidas dos processos e as formas surgidas do conteúdo tendem a imobilizá-los. A crítica radical das estruturas e das formas é, pois, inerente ao conhecimento, e não se sobrepõe à ciência como julgamento de valor a julgamento de fato. Os resultados da **práxis** alienam os homens; não que 'objetivem' as capacidades humanas, mas na medida em que imobilizam o poder criador e impedem a superação. O conceito de alienação, designando a relação geral entre os homens e as obras, não se perde pois no indeterminado. Ele se integra a uma sociologia das estruturas e das formas, da ruptura das formas e da dissolução das estruturas". (Ibid.:43).
- ⁸ Entrevistas realizadas em bairros populares de São Paulo pelo autor (1979:25-45; 1984:70-80). Depoimentos semelhantes têm também aparecido em pesquisa atualmente em curso em Florianópolis.
- ⁹ Lefebvre (1972:94 e seguintes) acentuou o caráter alienado e dominado da cultura cotidiana. Mas é verdade que há mais que alienação nas noções de carências da vida cotidiana, seguindo principalmente a recuperação do tema realizada por Heller (1985:17-42).
- ¹⁰ Em outros parágrafos Hegel extrai conseqüências destas "origens mentais" das carências: "Intelligence, with its grasp of distinction, multiplies these human needs, and since taste and utility become criteria of judgement, even the needs themselves are affected thereby". (Ibid. \$ 190 e adições). "By means of his ideas and reflections man expands his desires, which are not a closed circle like animal instinct, and carries them on to the false infinite". (Adição ao \$185).

- ¹¹ When social conditions tend to multiply and subdivide needs, means and enjoyments indefinitely – a process which, like the distinction between natural and refined needs, has no qualitative limits – this is luxury. In this same process, however, dependence and want increase **ad infinitum**, and the material to meet this is permanently barred to the needy man because it consists of external objects with the special character of being property, the embodiment of free will of others, and hence from his point of view its recalcitrance is absolute". (Ibid, §195).
- ¹² When civil society is in a state of unimpeded activity it is engaged in expanding internally in population and industry. The amassing of wealth is intensified by generalizing (a) the linkage of men by their needs, and (b) the methods of preparing and distributing the means to satisfy these needs, because it is from this double process of generalization that the largest profits are derived. That is one side of the picture. The other is the subdivision and restriction of particular jobs. This results in the dependence and distress of the class tied to the work of that sort, and these again entail inability to feel and enjoy the broader freedoms and especially the intellectual benefits of society". (Ibid. §2430.)
- ¹³ Assim Hegel formula o que poderíamos chamar de "paradoxo das carências", ou seja, o caráter crescente das carências e da incapacidade para atendê-las: "When the masses begin to decline into poverty, (a) the burden of maintaining them at their ordinary standard of living might be directly laid on the wealthier classes, or they might receive the means of livelihood directly from other public sources of wealth (...) In either case, however, the needy would receive subsistence directly, not by means of their work, and this would violate the principle of civil society and the feeling of individual dependence and self-respect in its individual members. (b) As an alternative, they might be given subsistence indirectly through being given work, i.e. the opportunity of work. In this event the volume of production would be increased, but the evil consists precisely in an excess of production and in the lack of a proportionate number of consumers who are themselves also producers, and thus it is simply intensified by both of the methods (a) and (b) by which it is sought to alleviate it. It hence becomes apparent that despite an excess of wealth civil society is not rich enough, i.e. its own resources are insufficient to check excessive poverty and the creation of a penurious rabble". (Ibid. §245).
- ¹⁴ Por exemplo: "The freedom of egoistic man and the acknowledgement of his freedom is rather the acknowledgement of the **unbridled** movement to the spiritual and material elements which form the content of his life (...) The **constitution** of the **political state** and the dissolution of civil society into independent **individuals** (...) are achieved in one and the same act". (Marx, 1975:221, 223).
- ¹⁵ L. Colletti (in Marx, 1975:429-431) oferece algumas distinções úteis para conceituar as diferentes posições de Marx e de Hegel com relação ao tema das carências: "Hegel and others equated alienation and objectification (...) Objectification is man's natural means of projecting himself through his productive activity into nature (...) Marx was the first thinker to disentangle the two meanings from one another (...) Alienation for Marx arises under specific social conditions – conditions under which man's objectification of his natural powers, e.g. through work, takes on forms which bring his human essence into conflict with his existence (...) Marx criticized theories that depict man's essence or nature as a fixed and immutable abstraction inhering in each single individual. For Marx, the individual is 'social being' and his essence is the 'aggregate of social relations'. The individual is thus alienated from his essential nature if he is alienated from or opposed to, rather than the focus of, community (...) Marx's concept of praxis enabled him to extricate objectification from alienation. Objectification affords a free man the possibility of contemplating himself in a world of his own making (...) Marx's concept of praxis – man's forming and grasping of himself and of nature by producing objects – is the bridge between 'idealism' (Hegel) and 'materialism' (Feuerbach) (...) both considered by Marx as abstract and one-sided interpretations of the world".

- ¹⁶ Mias adiante Nunes ressalva o fato de que "Moisés insiste, corretamente, na importância de variáveis claramente políticas neste processo, rechaçando uma leitura economicista". Mas nota também que este autor "deixa por analisar as contradições, expectativas e valores presentes na gênese das carências reivindicadas por esses movimentos e o resultado destas representações na prática de cidadãos da periferia, buscando significá-las preponderantemente na teoria da urbanização capitalista". (Ibid.: 19-20).
- ¹⁷ Por exemplo, Castells (1975:263) define o planejamento urbano como "a intervenção da política (...) dentro de uma unidade coletiva de reprodução (...) com o objetivo de assegurar a sua reprodução ampliada (...) e assegurar a reprodução estrutural do modo de produção dominante". Os movimentos sociais urbanos são definidos como práticas sociais (...) para uma transformação estrutural do sistema urbano (...) ou do poder do Estado". Lojkin (1981:334) segue também o mesmo tipo linear de raciocínio. Compare-se com as posições críticas alternativas de M. Feldman (1981) e D. Harvey (1982). Como salienta Lowe (1986:3 e 36-46), a abordagem iniciada por Castells ao estudo dos movimentos sociais atribui demasiado aos movimentos e pouco aos sistemas políticos, assignando àqueles uma condição de externalidade ao sistema partidário e aos mecanismos e processos formais da política, ademais de defini-los em termos demasiado amplos (e especializados), ao redor de dois tipos de objetivos materiais – provisão de serviços públicos e proteção do meio ambiente, etc. Sobre as transformações havidas nas abordagens à "questão urbana" na França, na última década, ver a resenha abrangente de E. Preteceille (1987).
- ¹⁸ Sobre isto ver Anderson, P. (1985) e Thompson, E. (1981), que apontam, com ênfases diferentes, para o elitismo abstrato e o distanciamento histórico entre a "escola" althusseriana e as lutas sociais.
- ¹⁸ Alguns autores preferem abordar estas aporias em termos antitéticos. Castoriadis (1982:42-46), por exemplo, afirma: "O determinismo econômico, por um lado, e a luta de classes, de outro, oferecem duas maneiras de explicação irreduzíveis (...) e no marxismo não existe verdadeira 'síntese', mas esmagamento da segunda em benefício da primeira". Trataremos disso noutra oportunidade. Devemos mencionar, de passagem, a abordagem de Offe (1985), que supera estas dificuldades.
- ²⁰ Deixamos de lado, neste contexto, a questão da aplicabilidade da noção de "paradigma" à la Kuhn, como propõem estes autores, para o conjunto dos trabalhos da área. Sem endossar esta hipótese, pensamos que o artigo contribui significativamente para esclarecer as dificuldades enfrentadas por esta área de estudos. A noção de "paradigma político" que adotamos aqui é completamente distinta da proposta pelo positivismo lógico, já que enfatiza a contextualização histórica do investigador, ao "responder questões inter-relacionadas, como 1) Quais os principais valores e temas da ação coletiva? 2) Quais os atores, e seus modos de tornar-se atores coletivos? 3) Quais as táticas, procedimentos e formas institucionais apropriadas para realizar os conflitos políticos?" (Offe, 1985:820).
- ²¹ O primeiro ponto foi tema central da resenha de Cardoso (1983); enquanto o segundo foi amplamente criticado por Telles (1987:54-69). Em ambos denota-se a bipartição/reconciliação realizada por Hegel entre sociedade civil e Estado, que como diria Gramsci (1971:159-160) transforma uma "distinção conceitual em uma separação orgânica", etc.
- ²² Kolakowski (Ibid.:79) salienta a "oposição simultânea de Marx à escola histórica do direito e à esquerda hegeliana, na sua tentativa de encontrar um caminho que não o de Bruno Bauer nem o de Savigny; um caminho entre a crença na soberania da Razão crítica, que acredita poder julgar de maneira competente cada situação histórica, partindo de sua própria racionalidade e, por outro lado, a aceitação da situação dada, como positiva, historicamente justificada e, portanto, racional. Os dois termos desta alternativa correspondem às duas interpretações externas e opostas da frase imortal que identifica o real e o racional". Para Marx, segundo Kolakowski "a teoria está construída, desde o começo, não como uma descrição da sociedade (...) em que a realidade é racional na sua própria fatuidade (... nem

como) uma norma que limitasse a realidade ao que é racional (...) mas como autoconsciência dessa sociedade na sua dinâmica revolucionária". (Ibid.:79:81).

- ²³ Para Kolakowski (Ibid.:7) "a mentalidade revolucionária é essa atitude espiritual, caracterizada pela crença particularmente forte na possibilidade de uma salvação total do homem, em oposição absoluta com à sua situação atual de escravidão de sorte que, entre as duas, não existiria nem continuidade nem mediação. (...) Haveria somente um único fim e um único valor que seria a negação total do mundo existente".
- ²⁴ Sobre o debate alemão ver as sínteses de Freitag (1986:43-65) e Heller (1984:275-318) que defendem, como fazemos aqui as posições antipositivistas. Quanto ao "individualismo metodológico" ver os artigos da revista **Zona Abierta** (Madri), de Jon Elster (n. 33, 1985), é Andrew Levine, E. Sober, Erik Olin Wright e outros (ns. 41/42, 1986; e 43, 1987).
- ²⁵ No curso da pesquisa chegamos a outros dados, relacionando por exemplo a eficácia da liderança a maiores apoios externos (advogados, igrejas); a existência de métodos democráticos de organização à frequência das reuniões de coordenação; e a superação da heterogeneidade sócio-cultural ao uso de meios regulares de convocação apoios ético-religiosos, etc. Assim, a elaboração e realização do trabalho de campo permitiu deslocar a ênfase originária da dinâmica interna do movimento para os microfundamentos da sociedade, mediadores da ação política.
- ²⁶ Foi apresentado recentemente um balanço agudamente analítico e bem fundamentado historicamente sobre as "lutas pela moradia popular em São Paulo" (Gohn, 1987), que faz um mapeamento rigoroso dos vários modos de organização e formas de expressão, objetivos e conteúdos assumidos pelos movimentos sociais ao redor desta carência básica. Apoiado originalmente nas abordagens propostas por Castells e Lojkin, o estudo vai muito além desse marco, ao demonstrar que os movimentos se distribuem pelo leque das ideologias localmente existentes, levando em conta as características diferenciadas das bases sociais mobilizadas, sua diversa capacidade de negociação das demandas junto ao Estado, a estrutura do sistema político local, etc. O estudo valida empiricamente muito do que adiantamos anteriormente (Krischke, 1984, 1987) e aqui mesmo sobre a historicidade das carências como microfundamentos abertos à resolução política. No mesmo sentido, ainda que com fundamentação teórica diferente, veja-se a excelente obra póstuma de Eder Sader (1988) sobre a autoconstituição da classe trabalhadora paulista nos anos 70.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. – 1985, **A Crise da Crise do Marxismo**. São Paulo: Brasiliense.
- AVINERI, S. – 1972. **Hegel's Theory of the Modern State**, Londres, Cambridge Univ. Press.
- BANCK, G. – 1986, "Poverty, politics and the shaping of urban space: a Brazilian example", **International Journal of Urban and Regional Research**, 10(4):522-539.
- BLOCH, E. – 1977, **Sujet-Objet: Eclaircissements sur Hegel**, Gallimard, Paris.
- BORJA, J. – 1975, **Movimientos Sociales Urbanos**, B. Aires, SIAP-Plan-teos.
- CARDOSO, R.C.L. – 1984, "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico", in Sorj, B. e M.H.T. Almeida (Orgs.), **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**, São Paulo, Brasiliense: 215-239.

- 1987, "Movimentos Sociais da América Latina", **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, 3(1), fevereiro: 27-37.
- 1987b, "Poder local e participação: estudo comparado de agências regionais", XI Encontro da ANPOCS, Águas de S. Pedro, mimeo (22 pp.).
- CASTELLS, M. — 1975, **La Question Urbaine**, Paris, Maspero.
- 1985, **The City and the Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements**, UCLA Press, Berkeley.
- CASTORIADIS, C. — 1982, **A Instituição Imaginária da Sociedade**, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DOBB, M. — 1973, **Theories of Value and Distribution Since A. Smith**, London, Cambridge Univ. Press.
- FAGNANI, E. — 1987, "A Política Social da Nova República: Impasse na Viabilização de Reformas Estruturais", XI Encontro da ANPOCS, Águas de São Pedro, mimeo (42 pp.).
- FELDMAN, M. — 1981, "Uma resenha crítica da 'Questão Urbana' de Castells", **Espaço e Debates**, 1(1):45-54.
- GALTUNG, J. — 1987 — "Only one quarrel with Kenneth Boulding", **Journal of Peace Research**, 24(2):199-203.
- GOHN, M.G.M. — 1987, "Lutas pela Moradia Popular em São Paulo", XI Encontro da ANPOCS, Águas de São Pedro, mimeo (33 pp.).
- GRAMSCI, A. — 1971, **Selections from the Prison Notebooks** (org. por Q. Hoare e G. Nowell Smith), New York, International Pub.
- HARVEY, D. — 1982, "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno ao ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas", **Espaço e Debates**, 2(6):36-54.
- HEGEL, G.W.F. — 1971. **The Philosophy of Right**, Londres, Oxford Univ. Press.
- HELLER, A. — 1984, **Crítica de la Ilustración**, Barcelona, Península.
- 1985, **O Cotidiano e a História**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed.
- JACOBI, P. — 1987, "Movimentos Sociais: teoria e prática em questão", in I. Scherer-Warren e P. Kruschke (orgs.), **Uma Revolução no Cotidiano?**, São Paulo, Brasiliense: 246-275.
- KOLALOWSKI, L. — 1985, **O Espírito Revolucionário e o Marxismo: Utopia e Antiutopia**, Brasília, Ed. da Univ. de Brasília.
- KOWARICK, L. — 1987, "Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura", **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, 3(1), fevereiro:38-50.
- KRISCHKE, P. — 1979, "Igreja numa comunidade não organizada do ABC", in **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**, Rio de Janeiro, Vozes: 25-45.
- 1984, "Os loteamentos clandestinos e os dilemas e alternativas democráticas dos movimentos de bairro", in P. Kruschke (org.), **Terra de Habitação Vs. Terra de Espoliação**, São Paulo, Cortez: 70-88.
- 1987, "Movimentos sociais e transição política: contribuições da democracia de base", in I. Scherer-Warren e P. Kruschke (orgs.), **Uma Revolução no Cotidiano?** São Paulo, Brasiliense: 276-297.
- LEFEBVRE, H. — 1970, **La Révolution Urbaine**, Paris, Gallimard.
- 1972, **La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno**, Madri, Alianza.

- ____ – 1979, **A Sociologia de Marx**, Rio de Janeiro, Forense, 2^a ed.
- LEVINE, A., e Sober e E. Olin Wright – 1986, "Marxismo e individualismo metodológico", **Zona Abierta**, 41/42, Madri, outubro de 86 a março de 87: 131-158.
- LOJKINE, J. – 1981, **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**, São Paulo, Martins Fontes.
- LOWE, S. – 1986, **Urban Social Movements: the City after Castells**, St. Martin's, N.Y.
- MACHADO DA SILVA, L.A. e A.C.T. Ribeiro – 1984, "Paradigma e Movimento Social: por onde andam nossas idéias?", Águas de São Pedro, VIII Encontro da ANPOCS (28 pp.) mimeo.
- ____ – 1986, "Para Repensar o Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos", Campos do Jordão, X Encontro da ANPOCS, (28 pp.) mimeo.
- MACPHERSON, C.B. – 1978, **A Democracia Liberal, Origens e Evolução**, Rio de Janeiro, Zahar.
- MARX, K. F. Engels – 1956, **The Holy Family**, Moscou.
- ____ – 1975, **Early Writings**, New York, Vintage.
- MOISÉS, J.A. – 1982, "O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais", in Vários Autores, **Cidade, Povo e Poder**, Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra:14-29.
- NUNES, E. – 1987, "Carências urbanas, reivindicações sociais e democracia", Águas de São Pedro, XI Encontro da ANPOCS (38 pp.) mimeo.
- OFFE, C. – 1985, "New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics", **Social Research** 52(4): 817-868.
- PRETECEILLE, E. – 1986, "Políticas urbanas, equipamentos e serviços coletivos", **Espaço e Debates**, 6(2): 5-18.
- TELLES, V. Silva – 1987, "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70", in I. Scherer-Warren e P. Krischke (orgs.), **Uma Revolução no Cotidiano?** São Paulo, Brasiliense: 54-85.
- THOMPSON, E. – 1981, **A Miséria da Teoria**, Rio de Janeiro, Zahar.
- SADER, E. – 1988, **Quando novos personagens entraram em cena, Paz e Terra, RJ.**

ABSTRACT

NEEDS AND SOCIAL SUBJECTS: A STRATEGY FOR THEIR DIS(EN)COVERY

The fact that fundamental postulates and theories in urban sociology are being questioned generates, in this article, a theoretical and methodological discussion on the theme of urban **needs**, considering some of the central points of the marxist approach and of what is being called "methodological individualism". The author's choice lies in analysing these needs as historical mediations or "micro-foundations" of society, in order to avoid problems generated by the "hegelian legacy" which opposes deterministic "objectivism" and voluntaristic "normativism".

RESUME

CARENCES ET SUJETS SOCIAUX: UNE STRATEGIE POUR LEUR DECOUVERTE

La mise en question des postulats et cadres théoriques fondamentaux de la sociologie urbaine suscitent, ici, une réflexion théorique et méthodologique à partir du thème des **carences**, considérant quelques points centraux de l'approche marxiste et de ce qu'il est convenu appeler "individualisme méthodologique". L'option de l'auteur est d'analyser les carences en tant que médiations historiques ou "micro-fondations" de la société, pour éviter une rechute dans la problématique du "légat hégélien" qui oppose un "objectivisme" déterministe et un "normativisme" volontariste.

ALGUNS IMPASSES TEÓRICOS NA ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO

Christiane Girard Ferreira Nunes(*)

RESUMO

O estudo de uma comunidade favelada é o ponto de partida para uma discussão a respeito de abordagens teóricas da identidade do sujeito coletivo, movimentos sociais e participação. Examinam-se a perspectiva marxista, a culturalista e a pesquisa participante (a perspectiva do sujeito) e conclui-se pela possibilidade de conceber o sujeito como resultado de lutas em uma construção histórica não pré-determinada por uma relação de causalidade.

Introdução

A reflexão sobre a questão das classes, relacionando-a às problemáticas de ação e estrutura e de ordem e conflito, vem perpassando nossas preocupações intelectuais. Estas inquietações encontram suas origens em um contexto de referência preciso: o estudo de uma comunidade favelada onde procurávamos compreender as maneiras segundo as quais esta comunidade se apropriava dos serviços infra-estruturais e ela ofertados pelo Estado e pelas instituições religiosas af atuantes (católicos e protestantes)(1). Colocávamos também nestas análises a questão da cidadania. Na conjuntura sócio-econômica de então, onde eram evidentes os sinais de uma recessão em nível nacional, o acesso aos benefícios decorrentes das políticas sociais aparecia prospectivamente como de difícil realização. Em outras palavras; a natureza excludente do modelo social e econômico brasileiro tendia a se agravar, como de fato parece estar se confirmando, com o constante acirramento da crise. Sintomaticamente, a própria agência estatal que nos encomendou o estudo estava, ela também, preocupada com questões da mesma natureza. Sinteticamente interessava-lhe discutir quais as possibilidades objetivas de integrar as comunidades alvo de políticas públicas urbanas em um processo de participação; mais ainda, interessava-lhe refletir se este processo participativo era, em si, um criador de identidades sociais que poderiam consolidar uma cidadania. Naquele momento, o trabalho foi encerrado guardando uma grande inquietação intelectual, cujo centro era o "sujeito".

* Socióloga, Doutoranda em Sociologia/UnB.

Por outro lado, é consenso geral nas ciências o fato de que as diferentes políticas sociais (educação, cultura, saúde, etc.) são estratégias de legitimação do Estado, as quais se rebatem de forma desigual sobre o social, ampliando os direitos de certas camadas ou grupos sociais e não de outros. Estes mesmos grupos desenvolvem práticas correntes e peculiares em sua relação com o Estado, abrangendo uma gama variada de relacionamento Estado/sociedade civil organizada. Os exemplos já clássicos das associações de moradores, dos clubes de mães, dentre outros, estão aí para evidenciar a heterogeneidade absoluta de práticas existentes: alguns buscam uma integração com o Estado; outros se desintegram enquanto grupos, desde que seus objetivos de luta sejam atingidos; outros ainda vão em sentido oposto ao que suas práticas nos permitiria supor. Em síntese, esta variada gama de situações levou os cientistas a repensar os estudos caso a caso e, portanto, a desenvolver uma vocação de pesquisa de campo.

A literatura sobre este conjunto de aspectos acima enunciados é vasta. Paralelamente, pode-se detectar um certo esgotamento das explicações teóricas globalizantes, sobretudo levando-se em conta as suas dificuldades em incorporar fenômenos sociais mais contemporâneos, tais como os chamados "novos movimentos sociais". É sobre esta imprecisão em se conceituar estes fenômenos que tentaremos aqui refletir, com vistas a avançar um pouco mais nas reflexões por nós iniciadas.

A Perspectiva Marxista

As teses clássicas de base marxista e que enfocam as relações sociais baseiam-se na concepção global da sociedade, subdividida em classes com interesses antagônicos. Neste contexto, a evolução sócio-política se estrutura a partir de uma inter-relação necessária entre as classes, concentrada sobretudo na dimensão produtiva ou econômica. Esta inter-relação, de cunho dialético, baseia-se em articulações calcadas em relações de exploração, as quais estão na origem das contestações sociais. Entretanto, não se pode negar que a crescente descrença das macro-teorias fez crescer a esperança nos movimentos "alternativos". Estes movimentos apareciam sob uma percepção de natureza dupla:

de um lado, eram encarados sobretudo em função de um potencial revolucionário ou progressista;

de outro, e em oposição, eram vistos como um desvio, uma anomia ou um deslocamento das contradições secundárias (existenciais) no lugar das contradições principais (de classe).

De qualquer maneira, na medida em que os "novos movimentos sociais" surgiram, sobretudo nos anos 70, era quase que evidente que a participação popular no interior desses movimentos trazia expectativas de retomada de um processo mais progressista. Isto é verdade principalmente se levamos em conta que a década de 70 se caracterizou por um avanço do autoritarismo em quase toda América Latina, o que levou à impossibilidade de uma militância mais tradicional (partidos e sindicatos).

Outro aspecto merece ainda ser ressaltado: não se colocava em questão o fato de que os movimentos se reagrupavam em torno de reivindicações que formavam **identidades sociais** capazes, talvez, de pôr em questão a ordem estabelecida. As novas práticas político-sociais colocavam também em questão as estratégias dos partidos políticos tradicionais. Além do mais, provocavam um debate sobre a eficácia dos partidos em responder às necessidades da população, bem como, sobre o lugar a ser ocupado pelos intelectuais neste intenso processo social. A leitura e/ou releitura dos clássicos marxistas e o profundo debate acadêmico verificado a partir daí são sintomas dessa perplexidade geral que tomou conta de todos: partidos, academia, movimentos políticos, etc. Como dizia Ruth Cardoso:

"Lê-se avidamente Gramsci e Althusser procurando compatibilizar o marxismo com as ilusões e depois com as desilusões de 1968"(2).

De fato, o debate permaneceu impreciso, sobretudo na maneira de conceituar os fenômenos emergentes e suas incorporações em diferentes linhas de pesquisa. Toda a perplexidade que tais movimentos provocavam pode ser explicitada na seguinte afirmativa de Ruth Cardoso, em seu texto já citado:

"A grande novidade destes grupos é sua independência com relação aos políticos... bem como sua capacidade de exprimir os desejos de base da sociedade... vistos enquanto formas autênticas de participação popular, onde a democracia interna garante toda a manifestação de uma vontade coletiva, quando em confronto direto com as políticas públicas autoritárias"(3).

É preciso refletir sobre essa constatação, pois ela levanta inúmeros problemas:

- 1º) Seria necessário verificar qual a natureza dessa independência em relação aos políticos; será que os partidos estão realmente fora dos movimentos sociais? Não são eles, freqüentemente, mediadores dos movimentos em suas relações com o Estado?
- 2º) Essas mediações não interferem na construção de identidades sociais?

O conceito mesmo de participação deve ser reelaborado. Não há relação direta entre participação e cidadania; de fato, inúmeras mediações se fazem necessárias, conforme já explicitamos anteriormente. Por exemplo, é possível visualizar a população participando de uma hábil política de legitimação que não garanta nem amplia necessariamente seus direitos de cidadãos. Certos aspectos do populismo podem ser exemplos de situações como esta. Além disso, e sempre de acordo com Ruth Cardoso, não se deve perder de vista que a construção da identidade não se reduz exclusivamente aos interesses em comum. Esta questão será retomada com mais vagar nas páginas a seguir.

De qualquer maneira é importante deixar claro os impasses teóricos a

que chegou a teoria marxista mais tradicional, presa em parâmetros globais sem flexibilidade para abranger movimentos específicos e/ou pontuais. Evidentemente que as bases analíticas deduzidas das teses clássicas do marxismo continuariam dando o tom da discussão, porém com agregações e críticas substanciais.

A Perspectiva Culturalista

Dado que os movimentos populares são, muitas vezes, reagrupamento entre atores que têm condições de vida similares, inúmeros estudos foram feitos mostrando ao investigador mais desavisado uma grande uniformidade no que diz respeito a valores fundamentais (hábitos, gostos e aspirações) que parecem caracterizar o conjunto dessa população. Implícito nestes trabalhos estava a premissa segundo a qual condições de vida semelhantes dão origem a características culturais próprias. Neste quadro, a análise das semelhanças remete, portanto, ao universo da cultura, numa perspectiva onde se dissolve a heterogeneidade(4).

Dentre as inúmeras possibilidades de análise que daí decorrem, existe aquela de recolocar a interpretação das estratégias de grupo, refinando-a. Um ponto inquestionável diz respeito à heterogeneidade dos movimentos sociais, particularmente nas suas relações com os partidos políticos e com o Estado. Ao mesmo tempo, esta heterogeneidade marca igualmente os limites de uma análise do tipo culturalista.

A diversidade de inserção na estrutura produtiva, embora fundamental na análise do processo de transformação da sociedade capitalista, assume significado diverso quando apreendido na perspectiva dos sujeitos que vivem este processo(5). O fato de se partir da **perspectiva dos sujeitos** privilegiando, nesse tipo de análise cultural, as histórias de vida, é extremamente importante. Esta importância remete, por exemplo, ao número de informações imprescindíveis que estas histórias nos dão sobre a heterogeneidade do "sujeito coletivo". Isto significa também, e em contrapartida, que a análise que parte da perspectiva do sujeito remete a uma identidade cultural que, embora informe sobre os gostos, as estratégias, etc, não dá conta das diferentes posições deste sujeito no interior de um mesmo horizonte cultural.

As questões da **identidade** e do **sujeito** (de fato imbricadas) são, portanto, deixadas em aberto nessas duas perspectivas e nós as retomaremos após analisar o sub-item a seguir. É evidente que não temos a pretensão de fazer uma avaliação exaustiva dessas linhas. Na realidade limitamo-nos a investigar alguns pontos críticos, a fim de ver sua possível superação. Não é preciso dizer, tampouco, que sem todos esses caminhos traçados pelas diversas análises, seria impossível pensar estas questões.

Pesquisa Participante

A premissa básica da pesquisa participante é que, a nosso ver, parece correta, é a de considerar a perspectiva dos sujeitos para restabelecer a lógica do sentido dos saberes sociais da população. Isso adquire maior força quando

consideramos, sobretudo, o fato de que esses saberes eram reduzidos ao silêncio e que esse silêncio ocultava o disciplinamento da organização social. Nesta linha, o **discurso** dos agentes foi focalizado como detentor de **verdade**.

Entretanto, assumir esta premissa de forma radical dá margens a desvios na análise que merecem ser discutidos aqui. Em primeiro lugar, ela vai implicar tomar o discurso, ou um momento do discurso, como a representação da totalidade do sujeito. Neste caso, um momento do simbólico ocupa, portanto, o lugar do real. Arrisca-se aí de cair na própria fetichização do discurso, levando a menosprezar o papel da ideologia, da alienação e mesmo do inconsciente. É também esquecer os diversos discursos das diferentes posições do sujeito como tendo todas um único sentido, mesmo nas suas contradições. Como diz Ernesto Laclau (6):

*"Toda posição do sujeito é assim organizada no ambiente de uma estrutura discursiva essencialmente instável, já que está sujeita a práticas articulatórias as quais, de pontos diferentes de partida, a subvertem e a transformam (...) e mais,
(...) Se a conexão entre o anti-racismo e o movimento da relutância dos trabalhadores atingisse o ponto onde cada um implicasse necessariamente o outro, eles teriam ambos se tornado parte da mesma formação discursiva e não representariam mais portanto posições diferentes do sujeito, mas sim momentos diferenciais de uma posição unificada do sujeito".*

Assim, é possível visualizar como as noções de identidade, de sujeito, de verdade (razão) e de discurso estão imbricadas e nos parecem ser o nó do impasse teórico das três perspectivas que havíamos apontado. Essas noções merecem, portanto, uma discussão particular.

A Questão da Verdade

A crise dos paradigmas nos dias atuais marca o declínio dessa idéia de recolocar uma "nova verdade" no lugar de uma "antiga verdade". De um lado, o que está em jogo nesta crise é, sobretudo, a questão da razão. Aparentemente a questão da "razão" surge como um antigo debate dentro da filosofia; entretanto, trata-se de algo carregado de tensão, o que é demonstrado pela própria crise dos paradigmas.

O imperativo prático kantiano obrigava todo sujeito a negociar (debater) a obediência imposta a ele pela ordem empírica do Estado e da religião. Exigia-se aí a arbitragem da razão. Essa idéia da razão prática – separada da razão pura, verdade do domínio das ciências da natureza – é a ação que institui a ordem da moralidade. Esta já vinha seguindo uma tarefa sempre insistente, ligada a uma certa expectativa da Revolução Francesa, dos teóricos do direito individual.

Se com Hegel essas questões foram infinitamente retrabalhadas através da idéia de subjetividade, o pensamento hegeliano permanece "no fio reto (**droit fil**) do pensamento kantiano, com a diferença decisiva de que não recusa, de modo algum, a idéia do saber absoluto"(7). Enquanto Kant remete às vontades

livres a tarefa jamais terminada de atualizar o absoluto, isto não significa o vazio do absoluto. De fato, aqui o absoluto existe pelo ato de uma vontade. Para Kant, não se podia pensar o ser em si: isso era um problema metafísico, aliás criticado em sua teoria. Em contrapartida, em Hegel só há atualização na relação de duas subjetividades: **só se pode pensar o ser em si numa relação.**

Será que seria possível se questionar como Lebrun sobre a idéia da razão em Hegel quando este afirma que o enigma resolvido do saber absoluto é a existência do Estado como razão em ato? Lebrun a este respeito, nos diz que:

"para encontrar a falha na couraça, precisamos nos convencer de que toda crítica a Hegel é vã, se se começa por aceitar a razão como uma fonte de conhecimento por meio de meros conceitos"(8).

As noções de objetividade e subjetividade são co-existentes à história do pensamento ocidental na sua necessidade do Estado e atravessam todas as ciências. Eis porque a filosofia nos ajuda a perceber pelo tratamento das infra-questões, as questões sociais e políticas imbuídas nas questões mais gerais. Isto, de qualquer maneira, é mais evidente, sobretudo, se levarmos em conta que a filosofia tem como propósito o de pensar os objetivos das outras ciências, não tendo ela mesma objeto próprio. Um exemplo desta articulação pode ser encontrada nas questões sobre a razão e, portanto, de causalidades importantes, principalmente para os filósofos políticos do direito às diferenças. Schmidt, utilizando-se do pensamento de Habermas, identifica a não governabilidade como sendo a síntese de uma crise de legitimação e de racionalidade:

"é possível afirmar que um critério fundante de governabilidade é a existência de um referente legal que possa prever comportamentos e sanções que permitam as classes de conviver"(9).

Na reflexão por ele desenvolvida, pode-se perceber que a questão da ética, e logo da legitimidade, é ligada à história do tratamento da razão. Se a identidade se constrói em função de uma interação, deve haver, para Habermas, uma purificação do significado comum em direção a um esforço para construir a comunicação. Essa nova ética, desenvolvida na obra de Habermas, orienta-se no sentido de como construir ou estabelecer um pacto de convivência enquanto espécie. Esta, ainda segundo Habermas, procura um consenso pela racionalização crítica ou pela racionalidade interativa na teoria do agir, mesmo sofrendo uma série de imposições sócio-históricas(10). Por um lado, esse aspecto da obra de Habermas nos deixa perceber uma faceta utopista de uma sociedade em que seria possível controlar a violência da opressão pela racionalidade. Por outro, a análise deste aspecto de sua obra nos esclarece que a razão e o seu exercício se manifestam também pela materialidade do discurso.

O discurso é o fato social por excelência, o acesso à linguagem: é passar da ordem da natureza à ordem da cultura. É a renúncia à imediatidade. Seria, portanto, necessário ver a idéia da própria razão em ato nos discursos políticos, religiosos, intelectuais para depreender também as condições de produção dos discursos específicos. Por exemplo, encontram-se figuras, representações: os

proletários, as mulheres, os marginais, os favelados. É um discurso **sobre**, ou seja, o locutor reifica uma categoria, em decorrência de suas próprias necessidades de retórica. Os detentores do discurso, os que têm um certo poder, um certo espaço no campo social, criam, assim, identidades sociais. O exemplo da obra de Foucault mostrando como diferentes instituições judiciárias, médicas, etc. produziram a representação do louco é fecunda neste sentido. Evidentemente que esta criação não exclui a resistência.

"Suponho que em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm como função conjurar o poder e os perigos desses discursos, de dominar seu acontecimento aleatório, de listar sua pesada e terrível materialidade"(11).

O discurso é o lugar onde se organiza o poder e a resistência, caso contrário só haveria as mesmas formações discursivas.

A psicanálise demonstra que, longe de se organizar em torno da transparência de um ego, a personalidade se estrutura em vários níveis fora das conscientizações e da racionalidade dos agentes"(12).

Sem se referir às teorias do inconsciente, não se pode perder de vista que a noção de identidade engloba seu caráter relacional, ou melhor, sua relação com o outro. Percebe-se assim, a importância que se deve dar aos discursos. Foucault demonstrou exaustivamente como a "vontade de verdade" organizava a produção dos discursos. Como? Que nos diz ele?

"lá onde, segundo a tradição, acredita-se reconhecer a fonte dos discursos ver também a rarefação que ela delimita. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas no sentido em que não precisamos restituir um sentido ao que seria da ordem do recalcado mas reconhecer suas descontinuidades, quer dizer, dos discursos que às vezes se "juntam" mas também se ignoram ou se excluem e, enfim, não partir do discurso na direção de seu núcleo interno e oculto, na direção do cerne (coação) de um pensamento ou de uma significação que se manifestaria nele, mas ir na direção que o torna possível"(13).

Pode-se, portanto, pensar que a formação das identidades bem como a constituição do sujeito são um processo que os diferentes discursos também organizam e produzem por atos de discursos que não cessam de proliferar. Um processo em que, simultaneamente, estão em jogo a submissão a uma ordem e a resistência.

A Guisa de Conclusão

Procuramos, essencialmente, discutir neste trabalho o quanto a noção de sujeito coletivo pode, às vezes, nos conduzir a impasses teóricos. Entretanto, isto não significa que queiramos negar a validade das diferentes linhas de pesquisa a que nos referimos. Ao contrário, é a partir delas que tentamos refletir.

No nosso entender, analisar o discurso, no seu funcionamento, como **produtor de sentido**, permitiria reintroduzir a noção de historicidade na linguagem e reencontrar, a partir daí, não apenas sua "vontade de verdade" como também sua **vontade de identificar**. Por vontade de identificar, queremos ressaltar a necessidade de estar atento ao fato de que, por exemplo, numa política de "reajustamento econômico" a referência à cidadania pelo viés das políticas sociais pode, na verdade, revestir-se de forma de reprodução da exclusão. Isto na medida em que se percebe uma precariedade maior das condições de reprodução da população, apesar das inúmeras "políticas sociais" colocadas em práticas pelo Estado nestes últimos anos.

Ao mesmo tempo, nos discursos políticos e religiosos, encontram-se categorias reificadas da população excluída do processo real de acesso à cidadania e que, no entanto, são aparentemente o cerne de políticas sociais. Restamos ficar extremamente atento às práticas de cada um dos atores, a fim de que certas políticas sociais não sirvam para legitimar uma política econômica de recessão e, igualmente, para criar um espaço de sua inteligibilidade. A participação na legitimação não deixa de imprimir sua marca na problematização das identidades populares que veiculam os poderes públicos.

Por outro lado, a população favelada em sua recusa, por vezes, de participação, pode estar manifestando algo bem diferente da apatia. Em sua relação com o poder local na política fundiária urbana, por exemplo, ela consegue, em certos casos, questionar a instituição jurídica no sentido de substituir o direito de propriedade pelo direito de morar. (Joaquim Falcão)

Em síntese, nossa intenção foi a de delimitar a problemática do sujeito na sua complexidade de objeto da retórica e nos seus processos possíveis de constituição. Isto vai significar, portanto, a possibilidade de concebê-lo como resultado de lutas em uma construção histórica não pre-determinada por uma relação de causalidade. A noção de identidade que engloba o sujeito é bastante imprecisa. Ela serve, no entanto, para fazer funcionar certos discursos, ocultando seu processo de constituição.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Ruth C.L. "Movimentos sociais na América Latina" – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 3, vol. 1, ANPOCS, Fev. 1987.
- CHATELET, F. **Histoire des Idées Politiques**. Paris: PUF, 1987, pg. 52.
- DURHAM, E.R. "A sociedade vista da periferia" – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 1, vol. 1 ANPOCS, Jun. 1986.
- FOUCAULT, M. **L'ordre du discours**, Paris, 1971.
- GRANDJEAN, Bitoun, P. e Girard Ferreira Nunes, C. – **Processos de Adaptação às Intervenções da Política Urbana – O caso de duas favelas do Recife** – SUDENE, DPG/PSU, Recife, 1988, Mimeo.
- LACLAU, E. "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do Social" – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 2, vol. 1, Out. 1986.

LEBRUN, G. **O avesso da dialética**, Companhia das Letras. São Paulo, 1988.

SCHMIDT, B.V. **Transição Política e Crise de Governabilidade no Brasil**, Clacso, Nov. 1987 (Mimeo).

ABSTRACT

SOME THEORETICAL PROBLEMS FOR THE STUDY OF THE COLLECTIVE SUBJECT

The study of a shanty-town community is the departure point of a discussion on theoretical approaches to the identity of collective subjects, social movements and participation. After examining the marxist and culturalist perspectives as well as participating observation methodologies (the perspective of the subjects involved), the author concludes in favor of the possibility of conceiving the subject as* the result of conflicts in a historical construction not determined by a causal relation.

RESUME

QUELQUES PROBLEMES THEORIQUES POUR L'ETUDE DU SUJET COLLECTIF

L'étude d'une communauté de bidonville constitue le point de départ de cette discussion sur les approches théoriques de l'identité des sujets collectifs, des mouvements sociaux et de la participation. Après avoir examiné les perspectives marxiste et culturaliste et la méthode de la recherche participative (la perspective des sujets), l'auteur conclue sur la possibilité de concevoir le sujet en tant que résultat de luttes, dans une construction historique non déterminée par un rapport de causalité.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5800 S. UNIVERSITY AVENUE
CHICAGO, ILLINOIS 60637

RECEIVED
MAY 15 1964

TO THE DIRECTOR
OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO

FROM
DR. [Name]

RE: [Subject]

[Text]

[Text]

[Text]

DIREITO EM GRAMSCI

Ronaldo R. B. Poletti*

RESUMO

Este artigo examina as relações, nos escritos de Gramsci, entre democracia, hegemonia e o direito como componente da superestrutura, colocando-o em face da filosofia da praxis. Através do estudo dos textos gramscianos, contrapõem-se público e privado, coletivo e individual, na história da incorporação do Direito Romano e suscita-se o tema do Estado moderno coincidente com o direito concebido à moda liberal.

A Idéia de Roma

Em uma das inúmeras referências de Gramsci à democracia, que permeiam os Cadernos do Cárcere, considera ele o conceito democrático mais realístico e concreto aquele em conexão com o conceito de hegemonia. Haverá democracia, no sistema hegemônico, na medida em que o desenvolvimento da economia e suas conseqüências desaguarem em uma legislação, expressão daquele desenvolvimento, a favorecer a passagem molecular de elementos dos grupos dirigidos ao grupo dirigente. Dá, a propósito, como exemplo, a democracia imperial territorial do Império Romano na concessão da cidadania aos povos conquistados. Ao contrário, não poderia haver sistema democrático no feudalismo, em face da constituição dos grupos fechados etc. (Q.8-XXVII-1931/32: **Appunti di Filosofia III § 191 – Egemonia e democrazia**)

A referência ao Império Romano tem fortes implicações no Direito Público Romano. A extensão da cidadania exprime uma natural tendência do conceito jurídico de **império** e da universalidade étnica, além de pressupor a localização da **potestas** no povo, independentemente da expressão formal dessa **potestas**.

Aliás, examinando a relação democracia-romantismo literário, Gramsci assinala que o romantismo significa também um liame especial entre os intelectuais e o povo, a nação, e isto representa um particular reflexo da "democracia" nas letras. O problema é visto mais do ponto de vista cultural. A democracia implica em um unidade não servil do povo. Unidade não servil, devida a uma obediência passiva, mas uma unidade ativa e viva. (Q. 14-I-1932/35: **Miscellanea § 72, 38 e 38 bis**). Gramsci não disfarça a sua admiração por Roma, seu Direito e seu povo. Roma antiga, republicana e imperial. Admiração, talvez, ne-

* Professor – Assistente do Dpt. de Direito/UnB e Procurador de Justiça do Estado de São Paulo.

cessária, porque Roma é o modelo do **Risorgimento** e da procura da unidade italiana. A grandeza romana está presente em todos os espíritos e mesmo, por absurdo, na tentativa caricata do fascismo de Mussolini. Além disso, o material fornecido por Maquiavel, sobre o qual Gramsci trabalhará, é indissociável do elogio à República Romana feito pelo florentino, sobretudo em os seus "**Discorsi**" (cf. MACHIAVELLI, Nicoló. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. Sérgio Bath. Brasília, UnB, 1979. 462p.)

Além das rimas inafastáveis de Roma com o "**risorgimento**" e a "unidade da Itália", a sua lembrança em os Cadernos não se refere, tão-somente, ao passado, mas também como um aceno ao futuro.

Gramsci relata episódio em que Teodoro Mommsen, para quem não se podia estar em Roma sem uma idéia universal (Gramsci em outro texto discute a autoria disso), indagara a Quintino Sella qual a idéia universal do retorno da Itália a Roma. "A idéia da ciência", teria sido a resposta. (Q.2-XXIV-1930/32: **Miscellanea I**, § 42).

Noutro passo, Gramsci lembra Giuseppe Ferrari (de quem seria a frase originariamente atribuída a Mommsen), o qual sustentara que se deveria viajar para Roma com as idéias proclamadas pela revolução francesa, pois com elas seríamos redimidos pelo pontífice, uma vez que resgatam a **razão**. E transcreve sugestivo texto de Francesco de Sanctis: "*Nós vamos a Roma para edificar a terceira civilização, para fazê-la uma terceira vez a rainha do mundo civil. A capital do espírito moderno. Roma é, portanto, para nós, não o passado, mas o porvir*" (Q.8-XXVIII-1931/312: **Miscellanea**, § 49)

A colocação é oportuna. A idéia de Roma identifica-se com a universalidade. Sob esse prisma não se incompatibiliza com a dialética da história e o projeto gramsciano-comunista. Roma realiza o império, com que se antecipa e supera o conceito jurídico de "Estado", entendido como "moderno e nacional". Daí que o império e o povo romanos em nada se conciliam com os componentes étnicos das visões estatistas-germânicas, em que o elemento da raça vai integrar o conceito de povo.

Gramsci celebra Roma cosmopolita. Uma cidade que se torna, desde o tempo do Império, um cadinho das classes recolhidas de todos os territórios imperiais. O pessoal dirigente torna-se sempre mais imperial e menos "latino", torna-se cosmopolita: mesmo os imperadores não são latinos (Q.3-XX-1930: **Miscellanea** & 88).

A respeito do problema racial, Gramsci insurge-se contra um texto de um cientista e escritor americano, Madison Grant, presidente da Sociedade Biológica de Nova York, que denuncia, em livro, o perigo da invasão física e moral da América, pelos europeus mediterrânicos, isto é, do sul. Para Grant, o progresso moral e intelectual da humanidade é devido aos nortistas, como exemplificariam as aristocracias gregas e romanas, enquanto a plebe era composta pelos homens do sul, de uma raça inferior. Gramsci replica, evocando o caráter multiracial do império romano. Cita Sorel: "*Os romanos destruíram a nacionalidade, suprimindo a aristocracia*" (Q.2-XXIV-1929-1933 - **Miscellanea I**).

Na verdade, o processo de desnacionalização é um corolário da Roma imperial. A hegemonia territorial tem como consequência a transferência da fun-

ção hegemônica a uma classe imperial, isto é, supra-nacional. Se é verdade que Cesar continua e conclui o movimento dos Gracos, de Mário, de Catilina, é também verdade que ele vence o problema, que para aqueles se colocava como questão a ser resolvida na península. Cesar situa tal questão no quadro de todo o império, do qual a península é uma parte e Roma a capital "burocrática". Daí a referida desnacionalização de Roma e da península, que se tornam um "terreno cosmopolita". A aristocracia romana, que havia, nos modos e com os meios adequados aos tempos, unificado a península e criado uma base de desenvolvimento nacional, é absorvida pelas forças imperiais e pelos problemas que elas suscitaram: O nó histórico-político é rompido por Cesar com a espada e se inicia uma nova época, na qual o Oriente tem um peso muito grande e acaba por superar o Ocidente e por dividir o império em duas partes. (Q.19-X-1934-1935: **Rissorgimento Italiano** § 1º).

O conceito de Roma é, também, utilizado por Gramsci para formular a relação entre "grande potência" e a "tranquilidade interna"; bem como para formular em dicotomias a dupla perspectiva da ação política na vida estatal.

Na noção de "grande potência" há de considerar-se também o elemento da "tranquilidade interna", ou seja, o grau e intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente (a classe dirigente). As lutas internas da antiga Roma não impediram a sua expansão vitoriosa. Além disso, Roma era a única grande potência da época e não tinha que temer as potências rivais, sobretudo depois da destruição de Cartago. Poder-se-ia concluir que quanto mais forte é o aparato policial, mais fraco o exército, e vice-versa. Quando a polícia é débil, vale dizer relativamente inútil, o exército é forte, porque há uma perspectiva de luta externa. (Q.13-XXX-1934/34: **Noterelle sul Machiavelli**, § 15; Q. 8 XXVI-II-1931/32: **Miscellanea**, § 79).

Cabe, aqui, uma referência ao problema da secessão da plebe no seu conflito com o patriciado, vitoriosa, em grande parte, pelo fato de a composição do exército dela necessitar, enquanto a polícia se tornou sem razão de ser e mesmo passou às mãos da própria plebe. Do conflito patricio-plebeu, como se sabe, nasceu uma nova república, onde se desenvolveram as notáveis categorias e instrumentos de Direito Público Romano. (**Res publica; civitas; Populus; Comitia; Lex; Plebiscitum; Potestas; Auctoritas; Dictatura; Censura; Poderes Negativos; Consulado patricio-plebeu; Tribunatus**).

Quanto à dupla perspectiva da ação política na vida estatal, reduzíveis a dois graus fundamentais correspondentes à dupla natureza do Centauro maquiavélico (fera e homem), as dicotomias são aplicáveis ao conflito plebeu mencionado e ao novo regime dele decorrente, como a outras situações políticas: força/consenso; autoridade/hegemonia; violência/civilização; momento/individual/universal; Estado/igreja; agitação/propaganda; tática/estratégia. (Q. 13-XXX-1932/34: **Noterelle Sul Machiavelli** § 15).

Enfim, a referência constante de Gramsci a Roma coloca a questão da possibilidade de recuperarem-se os instrumentos de Direito Público romano para a efetivação de uma democracia direta e de conceitos jurídicos superadores daqueles construídos pela civilização burguesa e falsamente emanados do Direito Romano, em defesa de idéias não compatíveis com o seu espírito.

Gramsci não fez esse exercício, mas poderia tê-lo feito. Há certa seme-

lhança dessa possibilidade com que fez Maquiavel, lembrado por Gramsci por haver sido movido por uma concepção política da necessidade de um Estado unitário italiano fundado na recordação do passado de Roma. A postura maquiavélica não é uma consideração abstrata, desde que colocada no clima do humanismo e do renascimento. Maquiavel escreve (**Arte de guerra**): "*esta província (a Itália) parece haver nascido para ressuscitar as coisas mortas, como se vê na poesia, na pintura, na escultura, por que então não se recuperaria a virtude militar?*" (Q.8-XXVIII-1931/32 - Miscellanea - § 43; Q.13-XXX-1932/34: *Noterelle sul Machiavelli* § 3).

Por que não se recuperariam as virtudes políticas e jurídicas da república patricio-plebéia? Ou o verdadeiro espírito do Direito Romano?

O Direito

A concepção de Gramsci sobre o Direito não pode, obviamente, separar-se de sua matriz marxista. Ele o revela em vários passos de sua obra. Mas, situando o Direito ao lado do Estado, ou como instrumento desse, em suas funções repressivas e educadoras, não deixa de dar relevância ao Direito como componente da superestrutura e, portanto, aos atributos dessa última nas repercussões sociais e políticas.

A idéia de que o Direito não é somente um produto das relações econômicas, não emerge dos fatos, senão que, uma vez em movimento, atua sobre aquelas relações e aqueles fatos, foi desenvolvida por um jurisfilósofo, famoso néo-kantiano, Rudolph Stammler. Gramsci comenta uma apreciação de Croce a um texto de Stammler. Por vias transversas, porque provindas de idealistas, as considerações colocariam o problema do Direito em face da filosofia da práxis, isto é, do marxismo.

É o seguinte o texto croceano transcrito por Gramsci: "Mas, para ele (Stammler), na obra de Marx não se trata de semelhantes "pequenas considerações": que a chamada vida econômica exerce uma eficácia sobre as idéias, as ciências, as artes, e coisas assemelhadas: roupa velha, de pouca consequência. Como o materialismo não consiste na afirmação de que os fatos corporais têm eficácia sobre os espirituais, mas em fazer desses uma mera aparência, irreal, daqueles; assim o materialismo histórico deve consistir na afirmação que a economia é a verdadeira realidade e o Direito a aparência ilusória". Croce assume a posição de Stammler sem justificá-la, o que merece uma ironia de Gramsci: aquilo que em 1898 era simplesmente um esforço arbitrário de Stammler, em 1915 torna-se uma verdade óbvia que não vale a pena desenvolver. (Q. 10-XXXIII - 1932/1935: **La Filosofia de B. Croce II** § 34 - **Punti di riferimento per un saggio sul Croce**)

Gramsci escreve sobre a função do Direito na sociedade e no Estado. O Centro "organizativo" de um reagrupamento é aquele da "continuidade" que tende a criar uma "tradição", entendida, naturalmente, em um senso ativo e não passivo, como uma continuidade em contínuo desenvolvimento, mas um "desenvolvimento orgânico". Este problema contém **in nuce** todo o problema jurídico, isto é, o problema de assimilar à fração mais avançada do reagrupamento todo o reagrupamento: é um problema da educação das massas, da sua "con-

formação” segundo as exigências do fim a alcançar. Tal é a função do direito no Estado e na Sociedade; através do “direito”, o Estado torna homogêneo o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha do desenvolvimento do grupo dirigente. A atividade geral do direito (que é a mais ampla da atividade puramente estatal e governativa e inclui também a atividade diretiva da sociedade civil, na forma em que os técnicos do direito chamam de indiferença jurídica, isto é, na moralidade e nos costumes em geral) serve para compreender, melhor e concretamente, o problema ético, que na prática é a correspondência “espontaneamente e livremente aceita”, entre os atos e as omissões de cada indivíduo, entre a conduta de cada indivíduo e os fins que a sociedade se põe como necessários, correspondência que é coativa na esfera do direito positivo e é espontânea e livre (mais estritamente, ética) naquela zona na qual a coação não é estatal, mas de opinião pública, de ambiente moral. (Q. 6-VI-II-1930/32, **Miscellanea** § 84, **Passato e presente. Continuidade e tradição**)

Para Gramsci uma concepção do direito deve ser renovadora e não pode ser encontrada, integralmente, em nenhuma doutrina preexistente. Se cada Estado intenta criar e manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros. O Direito será o instrumento para aqueles fins (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado de maneira a conformar-se aos fins, sendo eficaz ao máximo e pleno de resultados positivos. A concepção de direito deverá ser liberada de qualquer resíduo de transcendência e de absoluto, praticamente de qualquer fanatismo moralista; todavia não se pode partir do ponto de vista de que o Estado não pune (se este termo é reduzido a seu significado humano), mas luta contra a “periculosidade” social, pois o Estado deve ser concebido como “educador” enquanto visa a criar um novo tipo ou nível de civilização. Os fatos da superestrutura, apesar de dependerem dos aspectos econômicos da infraestrutura, não devem ser abandonados a sua própria sorte. O Estado, também, neste campo é um instrumento de “racionalização”. O Direito é o aspecto repressivo e negativo de qualquer atividade positiva civilizadora do Estado. Na concepção do direito dever-se-iam incorporar também as atividades premiáveis dos indivíduos e dos grupos; premia-se a atividade louvável e meritória, como se pune a atividade criminosa (e se pune de modo original, fazendo intervir a “opinião pública”, como sancionadora. (Q. 13-XXX-1932/34: **Noterelle sul Machiavelli** § 11; Q. 8-XXVIII – 1931/32 **Miscellanea** § 62 **Machiavelli**)

O Direito Romano

Gramsci tem consciência de uma diferença fundamental, cujas consequências serão importantes na História, entre o Direito Romano e o Direito Bizantino. O primeiro consistia, essencialmente, em um método de criação jurídica, na solução contínua de uma casuística jurisprudencial (Q. 6-VIII – 1930/32 **Miscellanea** § 63). Ele sabe, certamente, que o Direito Romano não se assemelha a um Direito judicial, como o do **Common Law**, em que o precedente judicial obriga a igual decisão nos casos futuros, mas não pode deixar de assi-

nalar que o método doutrinário romano ou a técnica de elaboração doutrinária dos jurisperitos era a de examinar casos, conforme se evidencia no Digesto. Anota, no entanto, que os bizantinos, referindo-se expressamente ao Imperador Justiniano e sua compilação (**Corpus Iuris Civilis**), feita no século VI d.C, e que foi a base da divulgação do Direito Romano na Idade Média, recolheram a massa dos casos de direito resolvidos pela atividade jurídica concreta, não como documentação histórica, mas como um código ossificado e permanente. Essa passagem de um "método" para um "código" permanente pode também representar o fim de uma idade, a passagem de uma história em contínuo e rápido desenvolvimento para uma fase histórica relativamente estagnada (**idem**). Foi, de fato, o que ocorreu, a partir da queda do Império no Oriente. Gramsci observa que o renascer do Direito Romano, isto é, a codificação bizantina do método romano aplicado à solução das questões de direito, coincide com o aflorar de um grupo social que deseja uma "legislação" permanente, superior ao arbítrio dos magistrados (movimento que culmina no "constitucionalismo") porque somente em um quadro permanente de "concordia discordante", de luta entre um quadro legal que fixe os limites do arbítrio individual, pode desenvolver-se a forma implícita na sua função histórica. (**idem**)

Gramsci tem em vista um processo político que desaguou na Revolução Francesa, especialmente no iusnaturalismo, paradoxalmente positivado no constitucionalismo (Declaração dos direitos individuais) e no Código Napoleão (o Código da Propriedade), realizações jurídicas da revolução burguesa. Elas assinalam, inobstante influenciadas pelo Direito Romano, o fim da universalidade ius-romana e o início dos direitos nacionais emanados da novidade ôntica do Estado Moderno.

Na verdade, em outro passo, Gramsci volta ao tema, ao escrever sobre "Passado e Presente. Continuidade e Tradição." (Q. 6 - VIII-1930/32. **Miscellanea**, 84): "A continuidade jurídica do centro organizativo não deve ser do tipo bizantino-napoleônico, isto é, segundo um código concebido como perpétuo, mas romano anglo-saxônico, isto é, aquele cuja característica essencial consiste no método, realístico, sempre aderente à vida concreta em perpétuo desenvolvimento". Por esse lado, Gramsci está certo, embora mereça ser realçado que o sistema anglo-saxônico de Direito difere do romano-germânico quanto às fontes jurisprudencial (o valor do precedente) e dos costumes revelados pela atividade judicial; no segundo predominam a **lei** e a **doutrina**.

Gramsci vai dar, também, grande importância à concepção do costume como um **prius** lógico-histórico da lei. Isto, porém, precisa ser explicado. Não significa uma adesão ao sistema do **Common Law** em detrimento do sistema romanista. A concepção de **lex** em Romana, criação da república patrícia-plebéia, vinculada à idéia do valor legal do **plebiscito**, integra a democracia direta proposta por Rousseau romanista, o qual, repelindo a idéia da lei votada pelos representantes, que ele não aceita, proclama ser lei apenas aquela votada pelo povo, nas suas deliberações livres, nos comícios.

Escrevendo sobre os costumes e as leis (Q. 6-VIII - 1930/32: **Miscellanea**: § 982), Gramsci assinala como opinião muito difundida, e até julgada realista e inteligente, que as leis devem ser precedidas pelo costume e que elas são eficazes quando sancionam os costumes. No entanto, afirma Gramsci ser

"esta opinião contrária à histórica real do desenvolvimento do direito, que buscou sempre uma luta para afirmar-se e que, na realidade, é luta pela criação de um novo costume. Naquela opinião existe um resíduo evidente de um moralismo intrometido na política".

"Supõe-se que o direito seja expressão integral da sociedade inteira, o que é falso: ao contrário, a expressão mais aderente da sociedade são aquelas normas de conduta que os juristas nomeiam como **juridicamente indiferentes**, cuja zona muda com os tempos e com a extensão interventiva estatal na vida dos cidadãos. O direito não exprime toda a sociedade (pela qual os violadores do direito saberiam ser antisociais por natureza ou por debilidade psíquica), mas é expressão da classe dirigente, que impõe a toda a sociedade aquelas normas de conduta que são mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito é esta: de pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, enquanto todos possam tornar-se elementos da classe dirigente; no direito moderno está implícita a utopia democrática do século XVIII."

Essa construção lógica gramsciana não se afasta daquele elemento democrático já assinalado. A utopia democrática não é o governo dos representantes do povo, à moda da concepção liberal, mas o governo do próprio povo, sem intermediários. O verdadeiro direito na democracia é o direito do povo, não o da classe dominante.

Gramsci reconhece, porém, voltando ao tema dos costumes, que a idéia de uma precedência em relação à lei tem alguma verdade. Nas revoluções contra o Estado absoluto, já existia como costume, e como aspiração, uma grande parte daquilo que se transformou em direito obrigatório. Foi com o nascimento e o desenvolvimento das desigualdades que o caráter obrigatório do direito aumentou, de igual maneira como se desenvolveu a zona de intervenção estatal e das obrigações jurídicas. Mas, nessa segunda fase, embora afirmando que o conformismo deve ser livre e espontâneo, trata-se de coisa bem diferente: trata-se de reprimir e sufocar um direito nascente e não de se conformar (**idem**, § 98).

Assinale-se, segundo Gramsci, que a argumentação mudará de posição, na medida em que as classes subalternas se transformarem em dominantes. O caráter de expansão ou o da repressão do Estado variam conforme as situações. Há o caráter educativo, criativo e formativo do Direito, como um resíduo da idéia do espontaneísmo, do racionalismo abstrato que se funda sobre o conceito da "natureza humana", abstratamente otimista e crédula. "Um outro problema se coloca nessa corrente: qual deve ser o órgão legislativo **latu sensu**, isto é, a necessidade de levar as discussões legislativas a todos os organismos de massa: uma transformação orgânica do conceito de referendo, embora mantendo no governo a função de última instância legislativa" (**idem**).

O texto de Gramsci é claro e suscita um tema: o do Estado moderno coincidente com o direito concebido à moda liberal, que utiliza a codificação napoleônica-bizantina para a repressão ou a educação, a força ou o conformismo espontâneo dissimulados. O Estado, todavia, na sua acepção moderna inexistia em Roma. Por outro lado, a referência explícita à democracia direta: levar as discussões legislativas aos organismos de massa numa transformação orgâni-

ca do conceito de referendo: evoca os mecanismos explicitados por Rousseau na república romana dos sucessos plebeus.

Gramsci tem pleno conhecimento, como já mencionamos, de como o Direito Romano foi manipulado pelas novas classes dominantes, a ponto de transformar-se de técnica em código de normas, a serviço da propriedade burguesa. Mas, além disso, o Direito Público Romano não reaparecerá jamais salvo em Rousseau e em certos momentos no jacobinismo da soberania popular, e no seu contrário, que é a sua manipulação a favor da idéia do Estado nacional.

Deveras elucidativo é o texto do § 87 do Q. 3 XX – 1930: **Miscellanea**. Para a formação das classes intelectuais italianas na Alta Idade Média é preciso considerar não somente a língua (o latim medieval) como também e especialmente o direito. Queda do direito romano depois das invasões dos bárbaros e sua redução a direito pessoal e costumeiro em confronto com o direito longo bardo; aparecimento do direito canônico que, de um direito particular, de um grupo, passa a um direito estatal; renascimento do direito romano e sua expansão através da Universidade. Tais fenômenos não surgiram de um só momento e simultaneamente, porém são ligados ao desenvolvimento histórico geral (fusão dos bárbaros com as populações locais.) O desenvolvimento do direito canônico e a importância que ele assume na economia jurídica das novas formações estatais, a formação da mentalidade imperial – cosmopolita medieval, o desenvolvimento do direito romano adaptado e interpretado pelas novas formas de vida fazem nascer e estratificarem-se os intelectuais italianos cosmopolitas.

Parece claro. O Direito Romano, recebido na Idade Média pela Universidade cede à idéia do estatualismo do Direito Canônico. Mas sua universalidade gera o intelectual cosmopolita, não o intelectual nacional, pois afinal a concepção romanista de direito se compatibiliza com a categoria de “império”, não de “estado”.

Prossegue Gramsci, referindo-se ao período como de hegemonia do direito germânico, no qual o liame entre o velho e o novo reside quase unicamente na língua, o latim medieval (**il mediolatino**). O problema dessa interrupção interessou aos intelectuais preocupados no começo do século XIX com a continuidade na tradição italiana da antiga Roma para formar a nova consciência nacional (**idem**).

A respeito do desaparecimento do direito romano e seu renascer, bem como do surgimento do direito canônico, Gramsci refere-se a ensaio de Francesco Brandillone (“**due diritti**” e **illoro odierno insegnamento in Italia**), do qual faz uma resenha. Aconselha também as grandes obras da história do direito. (**idem**)

O resumo do texto de Brandillone explica bem o processo histórico-jurídico a que Gramsci está se referindo.

“Nas escolas jurídicas do Império Romano em Roma, em Constantinopla, em Berito, ensinava-se o direito romano nas duas posições de **ius publicum** e de **ius privatum**; no **ius publicum** estava compreendido o **ius sacrum** págio, uma vez que o paganismo foi religião tanto dos súditos como do Estado”. (**idem**)

Gramsci refere-se à célebre e problemática dicotomia presente logo do Digesto justinianeu: as posições do estudo do direito, **público** e **privado**. A

palavra Estado (**Stato**), no entanto não se encontra no texto do Digesto, que diz que o **Publicum ius est, quod ad statum rei Romanae spectat**, o que é outra coisa, pois **status** tinham-no também os homens (**status civitatis, status libertatis, status familiae**).

“Com o aparecimento do Cristianismo e sua ordenação, nos séculos das perseguições e das intolerâncias, como sociedade em si, diversa da sociedade política, surgiu um novo **ius sacrum**. Depois que o Cristianismo foi primeiro reconhecido e depois elevado pelo Estado a fé única do Império, o novo **ius sacrum** teve certamente apoio e reconhecimento pelo legislador laico, mas não foi tão considerado como pelo antigo. Porque o Cristianismo se separara da vida social e política, destacara-se também do **ius publicum** e as escolas não se encontravam com a sua ordenação; o novo **ius sacrum** tornou-se preocupação especial das escolas da própria sociedade religiosa (este fato é muito importante na história do Estado romano e é rico de graves consequências, porque inicia um dualismo de poder que terá desenvolvimento na Idade Média; mas Brandillone não explica: coloca-o como uma consequência lógica da separação originária do Cristianismo da sociedade política. Muito bem! Mas por que tornado o Cristianismo religião do Estado, como foi ou fôra o paganismo, não se reconstituiu a unidade formal político-religiosa? Este é o problema)”.
(idem)

Gramsci explica, ainda, em sua resenha, que durante séculos da Alta Idade Média o novo **ius sacrum**, chamado de **ius canonicum** ou **ius ecclesiasticum** e o **ius romanum** foram ensinados em escolas diversas e de importâncias diferentes.

Não estaria, aí, — é possível indagarmos — a raiz da manipulação do Direito Romano pelos estatelistas ou “estadólatras”?

Acentua-se, no texto, que as escolas romanistas, no Ocidente, só existiam na Itália. Além da península, havia as **Scholae liberalium artium**, onde se podia aprender algumas lições de direito laico, especialmente romano, mas a atividade era pobre e a produção muito escassa. (idem)

A anotação gramsciana é relevante. Bolonha foi a Universidade em que a ciência do Direito se formou pela atividade dos glosadores, enquanto em Paris, o destaque era para a Teologia. Em ambas, todavia, as sete artes liberais constituíam uma espécie de básico e sua origem monacal era dirigida para o culto religioso.

Em contrapartida àquela pobreza na atividade romanística, as escolas eclesíásticas, dedicadas ao estudo e aos ensinamentos dos dogmas da fé e do direito canônico, foram em grande número, não apenas na Itália, mas em todos os países tornados cristãos e católicos. Cada monastério, cada catedral de qualquer importância, era a própria escola. A explicação dessa multiplicação dos estudos canônicos em confronto com o direito romano está ligada ao fato de que, enquanto o direito romano continuava a receber aplicação no Ocidente e na Itália, era degradado a direito pessoal, o que não acontecera com o direito canônico. (cf. Gramsci. **loc. cit.**)

Esse constitui o ponto. Explica como o direito público romano se perdeu. A função de direito público foi assumida pelo direito canônico, enquanto o direito romano transformou-se em direito das pessoas, vale dizer, um direito privado e

sob inspiração codificante. Estamos, portanto, a um passo da utilização do direito romano nos interesses da propriedade, o direito pessoal por excelência na civilização burguesa.

Diz o texto: "Para o direito romano, ter-se tornado direito pessoal significa ter sido colocado em uma posição inferior à que cabia às leis populares ou **Volksrechte**, vigente no Território do Império do Ocidente, cuja conservação e modificação era tarefa já do poder soberano, régio ou imperial, ou pelo menos não somente dele, mas também e principalmente das assembléias dos povos aos quais pertenciam. Ao contrário, os súditos romanos dos reinos germânicos, e portanto do Império, não foram considerados como uma unidade em si, mas como indivíduos singulares e, portanto, não tiveram uma assembléia particular, autorizada a manifestar a sua vontade coletiva a respeito da conservação e modificação do próprio direito nacional. Assim, o direito romano foi reduzido a um mero direito consuetudinário" (*idem*).

Explica-se assim, porque o Direito Público Romano, que era o direito do povo romano, transformou-se em direito do Estado. De **Volksrecht** em **Staatsrecht**. Daí porque o maior dos público-romanistas, Theodor Mommsen haver escrito o seu monumental "**Römisches Staatsrecht**" (3ª ed. 1887-1888) (v. o seu resumo "**Abriss des römischen Staatsrecht**, 1893, Trad. italiana de Bonfante, 1905, e de Araugio Ruiz, 1943, **Disegno del diritto pubblico romano**, Napoli, 1973), onde se tem vista não apenas o ente político, república ou império romano, mas uma nova realidade, consagrada no idealismo de Hegel e concretizada no próprio Estado Alemão.

Do texto de Gramsci pode-se inferir também o surgimento do individualismo (o Direito Romano privatizado em direito pessoal) e o distanciamento da consulta direta ao povo, uma vez que os povos não mais tiveram as suas assembléias.

Outro texto de Gramsci é bastante explicativo sobre a sua concepção romanista e de como o direito romano foi adaptado às novas situações, na defesa dos interesses dos poderosos e em detrimento ao seu verdadeiro espírito: "... os estudos jurídicos, renascidos pela necessidade de dar ordem às novas e complexas relações políticas e sociais, voltaram-se, é verdade, para o direito romano, mas rapidamente degeneraram na casuística mais minuciosa, justamente porque o direito romano "puro" não pode ordenar a nova complexidade das relações: na realidade, através da casuística dos glosadores e dos pós-glosadores forma-se as jurisprudências locais, nas quais tem razão o mais forte (o nobre ou o burguês) e que é o único direito" existente: os princípios de direito romano foram esquecidos ou superpostos pela glosa interpretativa que, por sua vez, passa a ser interpretada como um resultado final, no qual de direito romano não havia mais nada a não ser o princípio puro e simples da propriedade (Q. 5 IX-1930/32: **Miscellanea**. § 123)

ABSTRACT

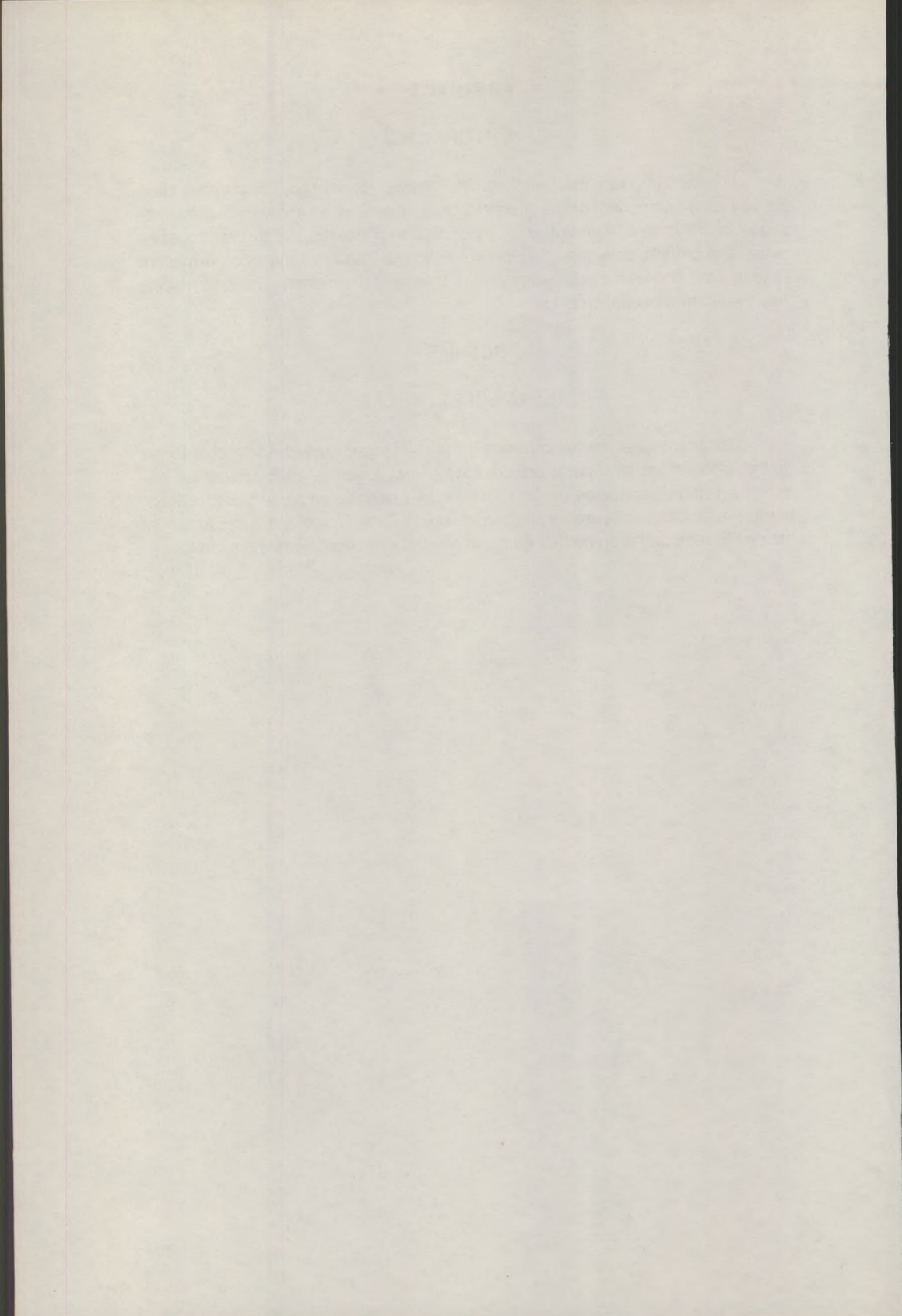
LAW IN GRAMSCI

This article examines relationships among democracy, hegemony and the law as a component of the superstructure, in face of an analysis of the philosophy of the praxis. Through a study of Gramsci's texts, the author opposes public and private, collective and individual, in the history of the incorporation of Roman Law and elicits reflections on the theme of the modern State coinciding with the liberal conception of law.

RESUME

GRAMSCI ET LA LOI

Cet article analyse les rapports entre démocratie, hégémonie et la loi en tant qu'élément de la superstructure, face à la philosophie de la praxis. Se basant sur l'étude des textes de Gramsci, l'auteur oppose public et privé, collectif et individuel, dans l'histoire de l'incorporation du Droit Romain, et suscite le thème de l'Etat moderne en ce qu'il coïncide avec la conception libérale de la loi.



POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA DÉCADA DE 70

Maria Umbelina Caiafa Salgado*

RESUMO

Este estudo sobre a criação, em 1974, do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra procura mostrar que, no quadro sócio-político e econômico da época, o Sistema surge como instrumento de modernização gerencial, instância de controle social e estratégia para redefinição dos papéis das agências de formação profissional. Conclui que, se a hipótese central é verdadeira, é previsível o esvaziamento do SNFMO com o processo de redemocratização e a nova dinâmica de participação popular.

No intervalo de apenas três anos, entre 1974 e 1976, o Governo brasileiro constituiu formalmente um grande aparato destinado à formação profissional – o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra (SNFMO) – congregando no recém-instalado Ministério do Trabalho (MTb), resultante do desdobramento do antigo Ministério do Trabalho e Previdência Social, uma série de entidades, novas ou já existentes, com o objetivo explícito de

“organizar e sistematizar as atividades voltadas precipuamente para a preparação de mão-de-obra, integrando-as num conjunto harmônico e ajustado à consecução das metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento.” (Brasil/MTb, 1980)

Simultaneamente, atendendo a diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Educação (MEC), através do Aviso Ministerial nº 924, de 1974, desencadeou o processo que resultaria no Parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação (CFE), por meio do qual praticamente se liquidava a política de profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau (Warde, 1979). As justificativas apresentadas para essa medida diziam respeito a supostos mal-entendidos sobre as intenções e o alcance do Parecer 45/72 do CFE, que viera regulamentar a Lei 5.692/71 em relação à qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau.

* Pedagoga, doutorando em Sociologia/UnB.

Na verdade, como evidencia a análise de Warde (1979), não se tratava de desfazer mal-entendidos, mas sim de realizar profundas modificações na política de profissionalização, com base no reconhecimento das dificuldades para articulação estreita entre os setores empresarial e educacional. O Parecer 76/75 afirma a impropriedade de se voltar todo o ensino de 2º grau para a formação profissional, recuando da posição anteriormente assumida e admitindo a impossibilidade de conhecer as reais necessidades do mercado de trabalho. Mesmo fora do discurso oficial, estudos e pesquisas realizados na época (Brandão, 1973; Cunha, s/d; Pastore, 1972) indicam ter havido tanto super-estimação da capacidade de absorção de técnicos pelo sistema industrial, quanto não-valorização do ensino formal por parte das empresas.

Esses dois conjuntos de fatos parecem contraditórios, pois, enquanto no primeiro caso se afirma ser a formação profissional um elemento importante para a consecução das metas do II PND, no segundo, admite-se não ser ela necessária – pelo menos nos termos em que era feita no âmbito do sistema formal da educação.

Todavia, a questão não era apenas quem deveria ser encarregado da ordenação da formação profissional. À primeira vista, na verdade, a criação de um aparato específico para o cumprimento dessa função parece intempestiva, naquela época. Em 1974, já se delineavam claramente o fim do “milagre” e a crise do modelo econômico vigente, sendo previsível a desaceleração do crescimento em todos os setores de atividades. Como então explicar uma iniciativa do porte da criação do SNFMO, justamente naquela época? Por que não antes, no período do “milagre”? Por que não desde o início do processo de internacionalização do mercado, na década de 50, quando a instalação de empresas multinacionais de grande porte passou a interferir no perfil da mão-de-obra demandada pela estrutura econômica?

Nesse sentido é importante lembrar que as empresas capitalistas – principalmente as macro-empresas da fase monopolista – evitam entregar a terceiros a formação de seu corpo coletivo de trabalho (Salm, 1980; Salgado, 1984), mantendo elas mesmas os mecanismos para isso. Assim, ainda na década de 50, foram muitas as empresas que criaram suas próprias unidades de formação de recursos humanos (Brejon, 1968), a partir das quais disseminavam novas idéias a respeito de preparação profissional. Desde esse período, começaram a ganhar terreno tanto a concepção de formação profissional como tática para obter antecipadamente a boa-vontade do empregado, quanto as novas estruturas de treinamento, voltadas para o chamado “desenvolvimento de pessoal” – que se apresentavam como promotoras de modernização empresarial, absorvendo e redefinindo as atividades então existentes ou a elas se superpondo, na forma de **“tecnologia para formação de recursos humanos”** (Ferreira, 1972).

Posta a questão nesses termos, percebe-se que o SNFMO não surgiu como resposta a qualquer aquecimento da demanda por força de trabalho qualificada nem como requerimento do processo de modernização da economia, uma vez que, nesses casos, sua criação teria ocorrido anteriormente. Quais teriam sido, então, as determinações da constituição de um SNFMO, nas condições em que ela se deu?

Em linhas gerais, dois pontos principais chamam a atenção, quando se focaliza o período de criação desse sistema. Por um lado, era inequívoca a existência de uma crise (Martins, 1977), cujos contornos extrapolavam a constatação do "fim do milagre", configurando-se como crise do modelo político, que punha em jogo a manutenção, como tal, dos setores hegemônicos da classe dominante e colocava em questão os limites da participação do Estado na economia. Tratava-se pois de uma crise intraburguesa, que não envolvia diretamente as massas populares, excluídas da participação política, desde 1964.

Por outro lado, todavia, essa crise dava-se em uma sociedade bastante mais complexa que a existente em 1964 (SANTOS, 1985). Na década de 70, os desequilíbrios intrínsecos ao próprio crescimento econômico da época do "milagre" tornavam cada vez mais difícil o controle das massas populares e sua exclusão do processo político. Justamente nesse período, a política de modernização (conservadora) da agricultura, implantada como estratégia para evitar o aprofundamento da crise econômica (Figueiredo, 1982), trouxe em seu bojo a organização dos trabalhadores agrícolas que, juntamente com a reorganização do operariado e das classes médias urbanas, contribuiu para mudar significativamente as estruturas de representação da sociedade e os padrões de comportamento dos agentes sociais. Embora incipientes, tais mudanças eram já visíveis à época da criação do SNFMO.

A partir dessas colocações, a hipótese que se pretende examinar neste texto é a de que, no quadro sócio-político e econômico de 1974, o SNFMO surgiu como instância de controle social, atuando particularmente como:

- instrumento de modernização gerencial, especialmente para o setor produtivo estatal (SPE), tendo em vista a eficiência deste a sua legitimação perante a sociedade;
- dispositivo de controle, pelo aparelho do Estado, dos processos de redistribuição da população entre os quatro setores de atividades – primário, secundário, terciário e governamental – e de reorganização das estruturas de representação da sociedade;
- estratégia para redefinição dos papéis das agências de formação profissional, mantendo sua especificidade em relação ao sistema educacional.

Evidentemente a proposição de uma hipótese como essa não significa negar que o SNFMO exercesse funções de coordenação da formação profissional no País, mas sim afirmar que a instituição dessa coordenação foi determinada por fatores que extrapolavam o objetivo de melhoria do desempenho dos trabalhadores.

Não constitui objetivo deste texto chegar a conclusões definitivas a respeito dessa hipótese e seus desdobramentos. Pretende-se, antes, reunir e organizar evidências já disponíveis que forneçam bases mais consistentes para a formulação adequada do problema relativo às políticas governamentais para o setor de recursos humanos, na década de 70.

A compreensão das condições históricas que determinavam a natureza e os rumos dessas políticas pode oferecer importantes subsídios para propostas relativas à reorganização do campo da formação profissional e ao esclarecimento de suas relações com o setor educacional.

Controle social e concepção de treinamento como engenharia comportamental

Ao se definir o SNFMO como dispositivo de controle social, o primeiro problema que se coloca diz respeito ao por quê da opção por esse tipo de estratégia. Que espécie de controle social se pode obter a partir de uma estrutura destinada à formação profissional?

Antes de mais nada é preciso dizer que essa opção não exclui qualquer outra alternativa, prestando-se à articulação com uma variedade de dispositivos e que sua importância, entre esses últimos, depende do conjunto das condições específicas em que ocorre. Assim, apesar de toda capacitação profissional incluir uma faceta de controle social, este nem sempre adquire a amplitude que alcançou no período de constituição do SNFMO. Todavia, para que se possa encaminhar adequadamente essa questão, é necessário explicitar como se caracterizam hoje o treinamento e a formação profissional.

A novidade que se apresenta na maneira moderna de conceber esses processos não se refere propriamente à parte técnica. O ensino do conjunto de habilidades correspondentes a uma ocupação definida, a uma tarefa ou função, continua, como sempre, a integrar aquelas atividades. Novo, na verdade, é o papel que se passa a atribuir à disciplina como fator positivo do desempenho social e profissional da força de trabalho, ficando encoberto – embora não eliminado – seu lado repressivo.

Essa concepção de treinamento como engenharia comportamental é característica do capitalismo monopolista, onde o porte das empresas acaba por levá-las a algum grau de burocratização (Mota & Pereira, 1983), isto é, de estruturação racionalmente determinada em vista de fins específicos que, no caso, dizem respeito à reprodução e à expansão do capital. Para isso, entre outras coisas, é necessário tornar previsível o comportamento da força de trabalho, evitando elementos aleatórios que interfiram em seu desempenho, quer no campo da competência, quer no campo do compromisso com a eficiência da organização. Essa tarefa se tornará tanto mais fácil quanto mais a própria empresa for capaz de criar um clima estimulante e dinâmico, que contribua, por si, para o desenvolvimento dos empregados.

Assim, por um lado, a gerência tem necessariamente de lidar com certo grau de burocratização, pelo menos ao nível das rotinas administrativas. Por outro lado, contudo, nem todas as atividades de uma empresa são passíveis de pre-determinação. Ao contrário, em certos casos a burocratização pode ter efeitos erosivos sobre a cultura organizacional, gerando conseqüências desfavoráveis para as relações entre essas entidades e seu ambiente. A maioria das estratégias gerenciais mais sofisticadas tem surgido como tentativa de compatibilizar disciplina e criatividade no âmbito das organizações (Aiken & Hage, 1966; Barnard, 1971; Bendix, 1959; Blake & Mouton, 1976; Drucker, 1964; Etzioni, 1964; Lodi, 1968, 1972; McGregor, 1960; Mouzelis, 1978; Ouchi, 1982; Perrow, 1972).

Nessa perspectiva (Salgado, 1984), diversificam-se as formas de atuação das agências promotoras de formação profissional, substituindo-se os cursos organizados segundo os modelos “da escola” ou “da oficina” por uma

multiplicidade de eventos que englobam desde a aprendizagem de um ofício até a introdução de novos empregados na cultura da empresa, sua adaptação aos valores e normas institucionais e a indução dos comportamentos mais adequados aos objetivos da produção, entre outros.

Nas empresas modernas, embora se entregue a coordenação das atividades de formação profissional a aparatos burocráticos, encarregados principalmente de fornecer-lhe apoio técnico/administrativo, a formulação das políticas de treinamento e sua execução envolvem todo o corpo gerencial da organização que, assim, se torna o elemento dinâmico do desenvolvimento organizacional.

Além dessa tarefa de controle do ambiente interno, cabe também aos gerentes – principalmente à alta administração – promover o relacionamento entre a empresa e seu ambiente externo. Do ponto de vista das estratégias de gerência e das teorias das organizações, esse relacionamento significa adaptação da empresa a um ambiente dado, de forma a harmonizar-se com ele.

Gramsci (1982), entretanto, inverte a formulação da questão. Para ele, a empresa não se adapta ao ambiente, mas organiza-o em função de seus interesses e, ao fazê-lo, produz modos de pensar que expressam esses interesses como se fossem de toda a sociedade, ou seja, produz ideologia. Diz ele que

“o empresário representa uma elaboração social superior já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser organizador de massa dos homens; deve ser um organizador da confiança dos que investem em sua fábrica, dos compradores de suas mercadorias). Os empresários – se não todos, pelos menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar essa atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica.”

Fica evidente portanto que, além de garantir a hegemonia do capital dentro da empresa, cabe à gerência – em nome dos empresários – ou mesmo aos próprios empresários, manter também a hegemonia da classe burguesa junto aos demais segmentos da sociedade.

Embora existam várias estratégias para isso, a mais simples consiste em convencer o conjunto da sociedade de que são eles – os empresários e os gerentes – os mais capazes de dirigir a economia de forma a garantir o bem-estar de toda a população. Obviamente será mais fácil provar isto, na medida em que as empresas se mostrarem de fato eficientes e que os interesses dos grupos dominados forem atendidos em alguns de seus aspectos.

Nesse quadro, compreende-se porque as características mais significativas da concepção moderna de treinamento dizem respeito, por um lado, à ca-

pacitação gerencial – como modalidade “nobre” de treinamento – e, por outro, à indução de todo o corpo coletivo de trabalho de uma empresa a assumir, como seu próprio, o projeto da organização a que se vinculam. A generalização desse processo torna previsível não apenas o ambiente de cada empresa em particular, mas também todo o conjunto de organizações mais ou menos burocratizadas que integram o sistema econômico. Assim a institucionalização da concepção moderna de treinamento em uma estrutura tal como o SNFMO pode constituir importante estratégia de controle social. Resta, contudo, examinar de que forma isso pode ter ocorrido concretamente no Brasil, em meados da década de 70.

Desenvolvimento Gerencial: Estratégia de Modernização e Instrumento de Legitimação do Setor Produtivo Estatal (SPE)

Em meados dos anos 70, ao final da fase do “milagre” econômico, o Brasil contava com uma estrutura empresarial moderna, resultante, por um lado, do crescimento, da diversificação e do balanceamento do setor industrial e, por outro, da reorganização do setor de serviços, além da racionalização e ampliação das funções da própria máquina estatal (C.E. Martins, 1977; Santos, 1985).

O Governo teve importante papel nessa modernização, quer diretamente, por meio do incremento ao SPE e da reforma dos serviços públicos, quer indiretamente, pela formulação de regras que favoreciam os setores empresariais modernos no jogo econômico. Assim, tanto as empresas ligadas ao Governo, como aquelas pertencentes ao setor privado – particularmente os oligopólios transnacionais – se beneficiaram, a partir de 1964, de inúmeras vantagens, não apenas em termos de aumento do volume da compra de produtos e serviços, mas também **“através de repasses, financiamentos e incontável bateria de incentivos fiscais”** (L. Martins, 1978).

Entretanto, desde 1974, ficou evidente que fracassara a tentativa de mudar a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, a partir da abertura de sua economia ao capital estrangeiro. Os altos índices de crescimento observados no período de 1967 a 1973 foram sustentados em grande parte pelo consumo interno de segmentos privilegiados das classes médias(1), enquanto o mercado externo continuava a demandar basicamente produtos tradicionais (C.E. Martins, 1977).

Assim, configurava-se claramente o fracasso do modelo internacional/modernizador de desenvolvimento, defendido pelo grupo que se tornou o parceiro hegemônico no grande pacto burguês de 1964². Na medida em que o Estado teve de socorrer constantemente o setor ligado ao capital internacional – que se mostrava incapaz de auto-sustentar-se – o SPE adquiriu peso progressivo na economia do país, passando a intervir na própria definição das regras do jogo econômico (C.E. Martins, 1977; L. Martins, 1978; Santos, 1987).

Essa intervenção se viabilizava, em grande parte, pela posição privilegiada para acesso aos centros de decisão do Estado, de que desfrutavam os empresários do capital estatal. Em função da prática de recrutamento cruzado, os

quadros tecnoburocratas eram freqüentemente buscados no interior do SPE e vice-versa, estabelecendo-se relações peculiares entre este e a máquina estatal. Assim, uma vez guindados a posições dominantes na elite governamental, os empresários estatais tratavam de orientar as políticas econômicas de acordo com seus próprios desígnios, até que retornavam às origens, levando consigo todo tipo de facilidades para transitar no aparelho do Estado. Essa estratégia de recrutamento contribuía para fortalecer o SPE, em detrimento de outras frações das classes dominantes, que não dispunham do mesmo expediente para colocar seus representantes nos altos escalões do Governo.

Dessa forma, criaram-se condições para considerável autonomização das empresas estatais, colocando-se, para seus empresários, a lógica do lucro à frente do compromisso de funcionário público – ou seja, funcionário da burguesia – e dando oportunidade à tentativa de substituir o conteúdo de classe burguês-privado do Estado por um novo conteúdo de classe burguês-estatal(3).

Embora os empresários estatais não detivessem poder político suficiente para concretizar um projeto de capitalismo de estado autônomo(4), as investidas feitas nesse sentido estimularam seu interesse pelo desenvolvimento de estruturas modernas de capacitação gerencial, objetivando o bom desempenho do SPE.

Já desde a década de 60 vinha-se cobrando das empresas estatais níveis de eficiência definidos segundo os padrões do setor privado. De acordo com C.E. Martins (1978)

“no tempo de Roberto Campos, a fim de eliminar, como diria o ministro, “o tríplice escolho da politização, do empreguismo e da descontinuidade administrativa” exigiu-se que as empresas estatais adotassem cada vez mais, os métodos de gestão empresarial típicos do setor privado: elas deveriam ser tão eficientes, tão rentáveis e tão capitalizadoras quanto o são as empresas privadas. Concomitantemente, a probabilidade de seus diretores – continuarem nos cargos passava a ser determinada por esses critérios racionais de avaliação, em lugar de depender das flutuações da conjuntura política (...). A outra norma modernizadora foi aplicada no tempo de Hélio Beltão: O Decreto-lei 200, de 1967. Essa legislação reforçava as medidas anteriores, baseando-se, conforme esclarece o DASP, “no pressuposto de que os órgãos públicos devem operar a custos mais baixos, guiados pelos princípios do empreendimento privado”.

Também Delfim Neto (Apud Ianni, 1977) manifestou-se explicitamente sobre a importância de proteger as empresas estatais contra a descontinuidade administrativa, mesmo na eventualidade de mudanças no primeiro escalão:

“... no caso da ação direta do Governo no campo econômico nada é mais importante que:

1. a preparação de uma burocracia eficiente, responsável e consciente de seu papel;

2. a introdução de métodos gerenciais modernos nas empresas governamentais, inclusive criando-se um nível de administração técnica e financeira estável”.

Em 1977, Belluzzo constatava a realidade criada a partir da implementação das políticas de modernização no setor público:

“... é sabido que os críticos conservadores imputavam à empresa pública um comportamento irracional no que se refere a sua gestão. Diziam que, por sua própria natureza, a empresa estatal estaria definitivamente condenada à ineficiência se não adotasse o critério privado de avaliação de desempenho – o lucro. Exigiu-se, assim, que se abandonasse o hábito de recorrer ao Tesouro para financiar deficits e encorajou-se a busca da rentabilidade a qualquer preço. Foi o que efetivamente ocorreu. As grandes empresas estatais passaram a operar como corporações privadas, procurando aumentar suas capacidade de auto-financiamento e diversificando seus investimentos”.

Se – como deixam claro os textos citados – o SPE brasileiro teve de demonstrar eficiência diante do próprio Governo autoritário, sua situação ficou ainda mais complexa na medida em que as cisões internas no pacto burguês abriram caminho, por um lado, à contestação do papel desempenhado pelo Estado na economia e, por outro, à participação política das massa. Como diz L. Martins (1978), a prestação de contas à população, tanto das empresas estatais, quanto das empresas privadas beneficiárias da ação do Estado, torna-se tanto mais importante quanto mais seu crescimento se faz com recursos derivados de impostos indiretos e, portanto, pagos pelos assalariados. Se até 1973 o consenso da burguesia quanto à necessidade do regime autoritário tornava dispensáveis maiores atenções à população, a partir de 1974, mesmo na vigência dos constrangimentos instituídos no período precedente, passou a ser imperativo o estabelecimento de alguns mecanismos de prestação de contas aos contribuintes, de forma a permitir a realização do controle social pela via do convencimento.

Nesse quadro, a modernização das estruturas orgnizacionais, com seu pré-requisito de uma massa crítica de competência gerencial, interessava tanto às emepas privadas, quanto – ou principalmente – às estatais que tinham todo interesse em desenvolver uma cultura institucional distinta daquela tradicional do setor público. Assim, em 1973, antes mesmo da criação do SNFMO, o Estado passou a garantir a infra-estrutura necessária para a capacitação gerencial maciça do SPE, criando, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), o Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) cujo propósito era constituir-se **“na cabeça de um sistema de apoio gerencial à empresa brasileira”** (Dutra, 1976).

A partir dessa análise, percebe-se que tanto as exigências do Governo em relação à eficiência das empresas estatais, quanto as demandas dessas e de todo o conjunto de empresas do país tiveram, provavelmente, parte na decisão de se criarem os meios necessários para estimular a capacitação geren-

cial, sendo pertinente supor que a organização do SNFMO resulte parcialmente dessa dinâmica.

Embora haja necessidade de pesquisa mais sistemática sobre a questão, há algumas evidências nesse sentido, ressaltando-se os estudos já realizados sobre a utilização do incentivo fiscal, previsto na Lei 6.297, de 1975, cuja instituição foi um dos pilares da criação do SNFMO.

Os resultados já conhecidos do funcionamento desse incentivo fiscal (Simões, 1981; Salgado, 1984; Amann, 1987; Fleury & Fischer, 1989) são compatíveis com a afirmação de que ele veio basicamente garantir meios e oportunidades para treinamento e desenvolvimento gerencial, sob o controle das próprias empresas, dando continuidade à atividade iniciada no âmbito do PNTE. Assim, as análises mencionadas indicam que o incentivo criado pela Lei 0297/75 veio favorecer um número relativamente pequeno de empresas – cerca de 3.000 em um universo de 900.000 possíveis beneficiários (Amann, 1987) – de grande porte (Fleury & Fischer, 1989), onde os recursos foram utilizados principalmente para o treinamento – muitas vezes traduzido em salários indiretos (Salgado, 1984) – da gerência de nível intermediário (Simões, 1981; Salgado, 1984; Fleury & Fischer, 1989), cuja ação é fundamental para a manutenção de um clima estimulante e de uma cultura institucional moderna, nas empresas de grande porte.

Reestruturação ocupacional e emergência de novas formas de representação dos agentes sociais

Para Martins (1977), a participação política efetiva das massas populares era apenas potencial, em meados dos anos 70. Todavia, na medida em que se aprofundavam as divergências políticas entre diferentes frações da classe dominante, o autor previa, já em 1975, que a atividade política das classes dominadas e subalternas seria mera questão de tempo.

De fato, apesar do regime autoritário, instalara-se uma nova dinâmica na sociedade brasileira que – manifestando efeitos estruturais resultantes do crescimento econômico na forma como este acabou ocorrendo – se modernizava e se organizava em todos os níveis. Durante as décadas de 60 e, principalmente, 70, a população do País se tornou majoritariamente urbana, decresceram as taxas de natalidade, expandiram-se velozmente as relações assalariadas do tipo capitalista, aumentou a participação feminina na PEA que, por sua vez, cresceu a taxas mais elevadas que as de população e surgiu uma nova classe média formada por empregados do Estado – principalmente nas universidades, nos institutos de pesquisa e nos órgãos de planejamento (Santos, 1985).

Esses fatos resultaram em uma redistribuição ocupacional, qualificada por Santos (1985) como sendo “**sem paralelo na história contemporânea**”. Assim, a fração da PEA empregada no setor primário caiu de 53,96% em 1960 para 44,28 em 1970 e 29,93% em 1980. Enquanto isso, sua participação no setor secundário cresceu de 12,92% em 1960 para 16,90% em 1970 e 24,37% em 1980. Acompanhando esse movimento, o setor terciário aumentou de 27,43% em 1960 para 30,02% em 1970 e 36,67% em 1980. Finalmente, no setor governamental, a PEA evoluiu de 3,13% em 1960 para 3,90% em 1970 e

4,14 em 1980. Evidentemente essas mudanças implicaram, para grande parte dos trabalhadores de todas as categorias, a aprendizagem de novas regras no jogo das relações sociais e a adaptação a novos padrões de comportamento individual e organizacional.

Em consonância com a redistribuição ocupacional, surgiram novas formas de organização e expressão dos agentes sociais. Em artigo publicado em meados de 1975, Tavares de Almeida já identificava a existência de condições para uma **"alteração de vulto na organização sindical brasileira"**, que, até então, funcionava nos mesmos moldes em que fora criada na década de 30.

As modificações nessa organização ocorridas no período pós-64 foram significativas, primeiramente em termos quantitativos (Santos, 1985). Entre 1960 e 1976 mais que triplicou o número de sindicalizados no setor industrial. Além disso, teve início o processo de sindicalização maciça dos trabalhadores rurais, ordenada pelo próprio Governo, como base para instituição do FUNRURAL. Finalmente, sindicalizaram-se várias categorias de profissionais liberais e de funcionários públicos.

Ao mesmo tempo em que aumentava o número de sindicalizados, mudava o padrão tradicional das relações trabalhistas, baseado no controle dos sindicatos pelo Estado, que funcionava como o árbitro de lutas sociais, a se resolverem no interior do aparelho estatal. As condições necessárias para o desencadeamento dessa mudança qualitativa residem tanto no crescimento quantitativo, que alterou a escala das negociações trabalhistas (Santos; 1985), quanto nas contradições geradas pelo funcionamento da economia e do regime autoritário.

Por um lado, ao destituir líderes sindicais comprometidos com o governo janguista a retirar dos sindicatos o controle da distribuição de uma série de benefícios, o regime militar propiciou o surgimento de novas lideranças, não-pele-gas, cuja legitimação se fazia a partir de sua independência em relação ao Estado (Santos, 1985).

Por outro lado, ao transferir para o Executivo as decisões sobre a política salarial, anulando o papel dos sindicatos e da justiça do trabalho, nesse sentido, o Governo acabou por criar áreas de atrito com os próprios aliados do capital internacional – que, em princípio, seria o grande beneficiado pelo achatamento dos salários. Deste 1965, os interventores ligados às empresas multinacionais, nomeados para substituir as lideranças trabalhistas afastadas, passaram a denunciar o sindicato tradicional como inadequado à condução das questões características das empresas modernas de grande porte (Tavares de Almeida, 1975), cuja política salarial segue uma lógica e uma racionalidade próprias.

Além disso, também os empresários modificaram seus esquemas de representação e expressão social. Durante a década de 60 e até 1974 – momento que interessa a esta discussão – foram criadas inúmeras entidades patronais que, pelo caminho do "lobby" junto ao Congresso Nacional e a diferentes instâncias do aparelho estatal, tratavam de induzir a concretização dos interesses dos empresários (Santos, 1985). Sem abandonar as antigas estruturas sindicais patronais – mobilizadas sempre que se mostrassem úteis aos objetivos visados – essas novas formas de organização empresarial, juntamente com o novo sindicalismo, abriram caminho para o estabelecimento de padrões moder-

nos de relações trabalhistas, que entraram em contradição com o tipo de atuação tradicional do Estado brasileiro no setor.

Por outro lado, se no período de 1969 a 1973 os efeitos do grande crescimento econômico que se iniciara em 1967 passaram a dispensar o arrocho salarial indiscriminado, ao delinear-se a "crise do milagre", em 1974 o Governo teve de funcionar como amortecedor de um provável choque recessivo, tomando a iniciativa de efetivar novo achatamento salarial, principalmente para os servidores públicos. Além disso, coube-lhe a responsabilidade – expressa nos objetivos do II PND – de manter a continuidade do crescimento econômico investindo nos setores de apoio e estímulo à expansão da economia.

Neste momento em que se tentava, ao mesmo tempo, manter as condições de crescimento da economia – inclusive pela contenção salarial – e redefinir o papel do Estado face aos novos padrões de representação dos interesses dos agentes sociais, é fácil compreender que a burocracia estatal buscasse reestruturar os meios de organização e expressão de seus próprios interesses, criando instituições dinâmicas e potencialmente capazes, por um lado, de administrar as relações trabalhistas emergentes e, por outro, de garantir certo controle da movimentação da força de trabalho entre os setores da economia. Assim, se se toma o Governo de Geisel, a partir de 1974, como o marco do processo de liberalização (Martins, 1977; Santos, 1985), ou seja, o momento em que se iniciou a luta pela abertura política e a tradução social das transformações no setor econômico, percebe-se quão atraente poderia ser, para a burocracia estatal, a criação de uma estrutura que permitisse a disseminação generalizada da concepção de treinamento como engenharia comportamental – o que muitas grandes empresas já faziam por si mesmas (Fleury & Fischer, 1989 – e, simultaneamente, mantivesse esse processo sob controle do Estado.

Todavia, é pouco provável que houvesse consciência clara de todos esses elementos ou que se houvesse avaliado objetivamente o potencial de controle das relações trabalhistas e da reorganização ocupacional do País por meio de uma estrutura tal como o SNFMO. O que possivelmente aconteceu foi uma busca intuitiva de solução a curto prazo para problemas considerados – ou apresentados como – conjunturais.

Uma breve análise do discurso oficial no período de 1974/1976 – ou seja, na época da criação do SNFMO – pode contribuir para esclarecer alguns aspectos desta argumentação. No caso específico, parece particularmente importante o que dizia o Ministério do Trabalho. Em discurso pronunciado em 1976, o então Ministro Arnaldo Prieto traçou um quadro bastante claro da forma como o Governo entendia suas próprias funções em relação à administração das relações trabalhistas e ao papel do desenvolvimento de recursos humanos, no contexto da ameaça de recessão.

O primeiro ponto a ser notado diz respeito à admissão da crise do "milagre econômico", propondo de certo modo a valorização dos recursos humanos como meio para enfrentá-la:

"Evidentemente, a natural limitação do capital existente tende a estimular uma maior utilização dos recursos humanos na exploração dos recursos

naturais, a fim de alcançar um máximo de crescimento possível. Ao se tratar dos problemas do desenvolvimento, o fator recursos humanos assume especial importância, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, sua força propulsora e seu beneficiário”.

É importante notar que os recursos humanos aos quais se refere o ministro não correspondem a qualquer grupo de elite. Sua afirmação tem como quadro de referência a definição do II PND de uma

“... política social articulada que tem por meta a construção de uma sociedade solidária. De acordo com essa orientação governamental de proporcionar melhores níveis de bem-estar a grandes faixas da população, os instrumentos da política social do governo continuam sendo mobilizados no sentido de garantir o aumento da renda real a todas as categorias sociais (...) sociedade em que o homem deve sentir-se bem, com acesso à oportunidade, em que protegidos devem estar, principalmente, os mais carentes do amparo do Estado...”

Evidentemente, pode-se argumentar que a preocupação com uma política social encontra-se presente em qualquer tipo de “discurso autoritário, sempre que este se manifeste como fala do Governo para a sociedade”. Todavia, não é esse o ponto que interessa a esta discussão mas sim a ênfase dada à formação de recursos humanos como instrumento de política social e econômica, colocando-a explicitamente no mesmo plano da política salarial e da administração das relações trabalhistas, como se vê em outro trecho da fala de Prieto:

“em sua nova estruturação funcional, todas as linhas de ação do Ministério do Trabalho estão dirigidas para a consecução de sua tríplice tarefa, estabelecida numa ordem integrada. Em primeiro lugar, está a formação profissional do homem para o trabalho, ou seja, sua preparação para ingresso na força de trabalho ou sua produtividade. Segue-se a fixação da retribuição justa pelo trabalho executado, como prática de justiça social. Em terceiro lugar, a coordenação das relações de trabalho, através da fiscalização e da valorização das atividades sindicais e da higiene e segurança do trabalho”.

Esta associação entre formação profissional, política salarial e controle sindical, até então inédita, sugere de fato que o Governo procurava modernizar suas próprias estruturas de administração das relações trabalhistas, passando a valer-se de formas não explicitamente autoritárias de controle social. Nesse quadro a formação profissional adquire importância expressiva, uma vez que, como se viu, a concepção moderna de treinamento implica necessariamente a noção positiva de **disciplina**, como produtora de competência técnica, fator de aumento da produtividade do trabalho e elemento de controle do comportamento dos treinandos.

Deve-se notar entretanto que a iniciativa da criação do SNFMO teve resultados divididos para a questão discutida neste tópico. Assim, cumpre ob-

servar que constitui no mínimo ingenuidade a sugestão de que uma política adequada de formação profissional pudesse resolver, por si, problemas de emprego, decorrentes da conjuntura econômica. Além disso, a tentativa de manter o controle estatal sobre as relações trabalhistas em geral e de ampliar esse controle para as atividades de formação profissional gerou reações por parte das empresas e dos organismos já existentes para essa finalidade – tais como o SENAI e o SENAC – que criaram vários caminhos para manter sua autonomia e escapar à burocracia implicada nos padrões estabelecidos para o relacionamento com o MTb (Salgado, 1984).

Por outro lado, entretanto, alguns acontecimentos ocorridos após a criação do SNFMO vêm reforçar a hipótese de sua função de controle das relações trabalhistas e dos problemas sociais envolvidos na reestruturação ocupacional do País. Como exemplo, pode ser lembrada a questão da formação profissional rural. Por volta de 1980, quando foi estabelecida pela primeira vez uma política nacional de formação de mão-de-obra, o setor agrícola era considerado como principal prioridade⁽⁵⁾ para aplicação dos esforços do MTb, através do SNFMO. São duas as prováveis razões dessa opção, ambas ligadas à questão do controle da conjuntura pelo Estado. A primeira diz respeito à questão da reestruturação ocupacional, ou seja, ao encaminhamento para a atividade agrícola dos trabalhadores urbanos desempregados, sob a justificativa de ter havido **“mudança no perfil de produção do país, em direção aos produtos agrícolas à mineração e à energia”** (Macedo, 1980). A segunda, possivelmente mais importante, reside na multiplicação dos conflitos no campo, decorrentes da maciça sindicalização da força de trabalho, em um contexto de “modernização de uma parte dos pequenos agricultores ao grande capital, intensificou a concentração da terra e estimulou ainda mais o êxodo rural” (Porto & Salgado, 1985).

De qualquer modo, as evidências disponíveis são insuficientes para uma análise conclusiva, sendo necessário desenvolver estudos não apenas sobre os fatos que cercaram a criação do SNFMO mas, principalmente, sobre sua atuação nesses quase quinze anos de existência.

4. Educação versus formação profissional

Se a disseminação das técnicas de treinamento e capacitação profissional, em sua concepção moderna, parecia uma estratégia potencialmente útil para legitimar o SPE e para controlar algumas das conseqüências da reestruturação ocupacional e do surgimento de novas formas de representação social, em meados de 1974 faltava uma estrutura institucional capaz de sustentar o processo. Embora muitas empresas multinacionais e estatais já realizassem programas de desenvolvimento organizacionais, essas iniciativas eram fragmentadas, fugindo a qualquer nível de coordenação pelo Estado. Até essa época, o que existia institucionalmente no Brasil, no campo da formação profissional, era o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra (PIPMO), vinculado ao MEC. A rede de escolas técnicas federais, a partir de 1971, apesar de continuar formando técnicos industriais e agrí-

colas, perdera de certo modo sua especificidade, no processo de unificação do ensino de 2º grau, sob a política que determinava sua profissionalização universal e obrigatória.

Entretanto, para compreender o sentido da criação do SNFMO, cumpre perguntar por que as duas redes que já existiam diretamente vinculadas ao setor empresarial – o SENAI e o SENAC – não foram simplesmente rearticuladas para cumprir as funções mencionadas de controle social, mas foram subordinadas a uma estrutura mais ampla e controlada diretamente pelo Governo.

Por um lado, nenhuma dessas entidades possuía experiência em capacitação gerencial e desenvolvimento organizacional – exceto o SENAI no campo restrito da metodologia do **Training within industry** (TWI). Ambas se pautavam pelo conceito de formação profissional como preparo do indivíduo para desempenhar um ofício ou ocupação específicos. Por outro lado, não interessava desviar o SENAI e o SENAC de uma área em que vinham atuando a contento do sistema econômico, uma vez que – como se disse anteriormente – a concepção de treinamento e formação profissional em termos de desenvolvimento organizacional não exclui o preparo técnico para ocupar os postos definidos a partir da organização do processo de trabalho. Pelo contrário, esse ângulo da questão possui enorme importância, embora passe a ser subsumido pelas estratégias modernas, onde o nível hierárquico ocupado pelo empregado determina as proporções em que se combinam treinamento específico e desenvolvimento, em sua formação (Salgado, 1984).

Além de tudo, em relação ao sistema educacional, apresentava-se outra questão bastante grave. A rede de ensino técnico – que surgira como modalidade menos nobre de educação, contraposta ao ensino secundário, voltado para a continuidade da educação na universidade – no contexto da modernização do país, acabara por transformar-se no modelo que orientou a reforma de 1º e 2º graus, em 1971. O pressuposto básico dessa reforma era a importância da educação para o desenvolvimento econômico, inscrevendo-a no conjunto de medidas governamentais destinadas a garantir, através do controle dos aparelhos de Estado, as condições necessárias à implementação do modelo internacional/modernizador. Assim, a abordagem sistêmica representou um dos suportes teóricos básicos da reforma de 1971, concebendo-se o ensino de 1º e 2º graus como um sub-sistema que se supunha harmoniosamente integrado com o sub-sistema empresarial, a cujas demandas deveria atender, suprindo quantitativa e qualitativamente suas necessidades de mão-de-obra(6).

Essa colocação da questão, todavia, não agradou justamente a seu presumido beneficiário, o setor empresarial. De fato – apesar de uma série de explicações mais ou menos ingênuas sobre a “incompetência” da escola para promover formação profissional – a principal dificuldade de uma política tal como a profissionalização obrigatória do 2º grau reside em sua interferência sobre o controle do ambiente organizacional pelas empresas. Só a título de exemplo, a profissionalização do 2º grau, se levada a cabo tal como foi concebida, teria o efeito de delimitar todas – ou a maioria – das ocupações existentes no mercado, de modo a permitir a definição da grade curricular correspondente a cada uma. Evidentemente uma medida dessa espécie iria desencadear um enorme volume de pressões pela regulamentação legal das ocupações, interferindo

substancialmente na liberdade das empresas para a formação de seu corpo coletivo de trabalho – que sempre se fez livremente, sem maiores obrigações de considerar cursos ou diplomas.

Todavia, questões tais como a ameaça da regulamentação ocupacional maciça – porque difíceis de serem concretizadas – não constituíam ainda o maior problema. Este correspondia na verdade aos efeitos da política de profissionalização sobre o SENAI e o SENAC. Essas entidades – surgidas por iniciativa dos próprios empresários e caracterizadas pela agilidade com que se adaptavam às demandas das empresas – começaram a assumir uma feição cada vez mais “escolar”, na medida em que o sistema educacional se tornava “empresarial”. Não só a rede escolar fornecia certificados de formação de técnicos e auxiliares, como também as redes SENAI/SENAC eram induzidas a suprir os alunos com conhecimentos básicos, esbatendo-se os tradicionais limites entre os dois tipos de entidades(7).

Isso sim seria inadmissível a curto prazo, uma vez que perturbava toda a lógica estabelecida da formação profissional subordinada diretamente às empresas – o que o sistema educacional jamais poderia ser. Impunha-se portanto a desmobilização das estruturas de formação profissional do MEC e sua reorganização em moldes mais adequados – do ponto de vista empresarial – à ordenação do treinamento e da formação profissional como estratégia de controle social da força de trabalho. Impunha-se, ainda, por outro lado, a ligação formal do SENAI e do SENAC com o sistema organizado para o controle social da força de trabalho, impedindo sua virtual fusão com o sistema educacional.

Os eventos e as respectivas datas falam por si a respeito das relações entre desmobilização do MEC e mobilização do MTb. Não é por acaso que o Aviso Ministerial nº 924 – em que o MEC solicitava ao Conselho Federal de Educação (CFE) que revisse a orientação da proposta de ensino de 2º grau contida na Lei 5.692/71 e regulamentada pelo Parecer 45/72 do mesmo Conselho – foi expedido quase simultaneamente à reestruturação do Ministério do Trabalho. Na mesma época, o SENAI e o SENAC – até então ligados apenas à Confederação Nacional da Indústria e à Confederação Nacional do Comércio, respectivamente – foram vinculados ao novo Ministério e, ainda no mesmo ano, foi a vez do PIPMO, até então incluído no MEC. Também não é por acaso que o Parecer 76/76 do CFE, que muda substancialmente a concepção de profissionalização do ensino de 2º grau (Warde, 1979), é contemporâneo da Lei 6.297/75 – que cria incentivos fiscais ao treinamento nas empresas – da criação do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR), da institucionalização do SNFMO e da instalação do Conselho Federal de Mão-de-Obra (CFMO) com atribuições – no campo da formação profissional – análogas às do CFE, na área de educação.

A nova estrutura de formação profissional congregava, portanto, o MTb, na Secretaria de Mão-de-Obra, três entidades já existentes – o SENAI, o SENAC e o PIPMO – e duas recém criadas: o SENAR e o conjunto de empresas beneficiárias do incentivo fiscal previsto na Lei 6.297/75, que veio permitir o desconto em dobro do lucro líquido tributável, para fins de imposto de renda, do total das despesas realizadas com formação profissional, incluindo o pagamento dos salários de todos os funcionários vinculados às unidades de treinamento em

cada organização. Além disso – enquanto detentor da rede federal de escolas técnicas – o próprio MEC passou a integrar o SNFMO.

Com essas medidas, as coisas voltaram aos seus lugares – pelo menos do ponto de vista do setor empresarial – reconhecendo-se a especificidade de cada agência, inclusive – paradoxalmente – pela incorporação do MEC cujo segmento de ensino técnico foi colocado sob a influência do CFMO – embora continuasse dependente da legislação formulada pelo CFE (BRASIL/MTb, 1980).

Todavia, falta muito que esclarecer nessa questão das relações entre o SNFMO e o sistema educacional, sendo particularmente importante analisar, em profundidade, as seqüelas da tentativa de integração, que ficaram em cada lado – SENAI/SENAC e escolas técnicas.

Além disso, é necessário avaliar até que ponto houve, de fato, incorporação das agências pré-existentes – principalmente o SENAI e o SENAC – ao SNFMO e até que ponto mantiveram elas sua autonomia, reestabelecendo – em novas condições a serem analisadas – outras relações com o sistema educacional e, principalmente, articulando-se com diferentes órgãos do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, estruturado a partir da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985.

Conclusão

A análise desenvolvida neste texto mostra que, efetivamente, a criação do SNFMO pode ter tido objetivos outros além da preparação técnica da força de trabalho. Uma vez que o SENAI, o SENAC e o PIPMO já existiam, as grandes novidades trazidas por esse sistema estão representadas pelo SENAR e pelas unidades de formação profissional das empresas que se valeram da Lei 6.297/75. Levando em conta que a maior parte dessas empresas já treinava antes seus empregados e que o SENAR oferece somente programas de curtíssima duração – 10 horas, em média (Ammann, 1987), em flagrante disparidade com as necessidades técnicas dos produtores rurais – percebe-se ter sido muito pequeno o incremento à oferta de formação profissional no país. Segundo Ammann (1987), o acréscimo real não passa de 4% do número de horas/treinamento ao ano, correspondendo basicamente ao desenvolvimento gerencial e interessando apenas às empresas de grande porte – cerca de 3.000 em um universo de 900.000 de estabelecimentos.

Todavia os efeitos da Lei 6.297/75 não podem ser analisados apenas com base em seu impacto sobre a expansão da oferta de horas/treinamento. Mais do que isso, ela veio prover recursos para que as empresas pudessem manter, sem ônus próprios, os aparatos destinados, por um lado, a formar as elites empresariais dirigentes e, por outro, a “socializar” a força de trabalho, segundo os requerimentos das organizações modernas, inclusive no setor agrícola – ou, mais precisamente, agro-industrial.

Por outro lado, esses aparatos – as unidades de formação profissional das empresas – articulados juntamente com o SENAI, o SENAC e o SENAR, em uma estrutura centralizada no Ministério do Trabalho, poderiam contribuir para viabilizar certo controle da distribuição da força de trabalho pelos vários seto-

res de atividades, propiciando treinamento ligeiro para realocar grandes contingentes de trabalhadores – nas condições conjunturais da segunda metade dos anos 70 – criando válvulas para as tensões sociais decorrentes do desaquecimento da economia, desde 1974 (Macedo, 1980).

Além disso, a instituição do SNFMO, como parte do tripé que deu sustentação à estrutura do MTb, criava uma via de reforço para o controle estatal, por meios persuasivos e não-autoritários, das novas relações trabalhistas que emergiam no contexto da “crise do milagre” e da abertura política.

Finalmente, cuidou-se de resguardar a especificidade das redes de formação profissional de caráter técnico e a autonomia das empresas no estabelecimento de suas hierarquias de cargos e salários. Na verdade, o SENAI e o SENAC parecem ter pouco sofrido as repercussões da política centralizadora implicada em sua anexação ao SNFMO. Entidades com grande tradição institucional – embora durante certo período tivessem sofrido sangria de recursos transferidos para a Previdência Social (Ammann, s.d.) – dispõem de “lobbies” bem organizados dentro do Ministério do Trabalho e do próprio Ministério da Educação, além de outros, tais como Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia e Previdência Social, com os quais mantêm projetos conjuntos e acordos diversos (Brasil/MTb, 1987). Uma vez afastado o perigo de fusão com a rede de 2º grau regular e após uma fase de adaptação às demandas por treinamento gerencial que caracterizaram a década de 70, há indícios de que o SENAC e, principalmente, o SENAI reorganizaram sua dimensão de ensino técnico, vindo hoje a constituir o setor hegemônico na formação de recursos humanos de nível intermediário para novas tecnologias e áreas estratégicas, tais como a Informática, a Micro-eletrônica e a Mecânica de Precisão, entre outras – sem esquecer as tradicionais Mecânica, Fiação, Calçados, Artes Gráficas, etc. (Brasil/MTb, 1987).

Em todo esse processo, o grande perdedor foi o sistema educacional. Além da rede de escolas técnicas federais ter sido profundamente descaracterizada pela política de profissionalização do ensino de 2º grau, o MEC não conseguiu até hoje formular uma proposta coerente para esse grau de ensino. A propalada instalação de 200 novas escolas técnicas, de 1985 para cá, significou, na maioria dos casos, mero repasse de verbas ou mesmo construção de prédios para funcionamento de escolas geridas pelo SENAI (Franco, 1980; Ammann, 1987), que, aparentemente, passou a orientar o sistema educacional em matéria de ensino técnico.

Ao contrário da aproximação induzida pela Lei 5.692/71, é provável que as atuais relações entre as redes de formação profissional e de educação se façam sem ameaças para o setor empresarial, na medida em que envolvem apenas uma parte bem delimitada do 2º grau e que tratam a questão do ensino técnico a partir da perspectiva das entidades de formação profissional.

Entretanto, se é importante ter clareza sobre os fatos que cercaram a criação do SNFMO, explicitando seus aspectos não declarados, cumpre também chamar a atenção para as contradições implicadas na montagem de uma estrutura tão ampla de formação profissional. A par de sua função de controle social – e até mesmo por causa dela – estimulou-se o debate sobre a formação profissional, do ponto de vista dos segmentos até então excluídos do processo

decisório neste e em outros campos da vida política. A partir desse debate, no contexto da redemocratização do país, a formação profissional tem surgido como reivindicação das classes dominadas, sob a forma não mais de preparação de mão-de-obra para as empresas, mais sim de educação dos trabalhadores, como direito que lhes assiste enquanto cidadãos.

Essas reivindicações, bem como as condições concretas das relações entre educação e trabalho no Brasil contemporâneo (Salgado, 1988) fornecem pistas importantes para a formulação de novas políticas de educação e de formação profissional, voltadas não apenas para os interesses do setor empresarial, mas para as necessidades e expectativas de toda a população. Contudo, até agora, nada se fez de concreto: apesar do esforço individual de alguns dirigentes progressistas, o SNFMO continua voltado para as demandas das empresas e o MEC continua a dispersar recursos em tentativas desastrosas de competir com as agências diretamente vinculadas ao setor empresarial, em vez de concentrar esforços nas funções que lhe cabem especificamente. Nessas condições, o ensino de 2º grau – campo onde incidem mais fortemente as questões da formação profissional, entendida como direito civil – continua sofrendo de falta de identidade e o projeto de educação do trabalhador não constitui até agora uma realidade.

De qualquer maneira, é necessário acentuar mais uma vez que os fatos conhecidos são insuficientes para permitir conclusões definitivas. Para que seja possível verificar efetivamente a hipótese formulada neste texto, é necessário que se realize um trabalho considerável sobre os dados existentes no MTb, para se conhecer detalhadamente, por exemplo, além do perfil dos usuários do benefício fiscal previsto na Lei 6.297/75, os programas que estão de fato sendo desenvolvidos pelos vários integrantes do SNFMO. Além disso é importante que se busque a recuperação sistemática das negociações políticas que cercaram o empreendimento, não só através da análise de documentos da época, mas também por meio de entrevistas com personalidades que tiveram participação decisiva no evento.

Finalmente, cumpre chamar a atenção para um ponto importante. Se a hipótese levantada neste texto for verdadeira, é provável que o SNFMO venha a esvaziar-se com o processo de redemocratização do país e a nova dinâmica de participação popular que se vem instalando. Assim, é significativo que entre as propostas de cortes de subsídios feitas pelo Congresso Nacional, em novembro de 1988, esteja justamente o incentivo instituído pela Lei 6.297/75 e que entre os conselhos federais extintos recentemente figure o Conselho Federal de Mão-de-Obra – CFMO.

NOTAS

- (1) Essa tese é objeto de controvérsias, cujo desfecho, entretanto, não é relevante para os objetivos deste texto. Cf., por exemplo, Cardoso (1976).
- (2) Segundo C.E. Martins (1977), o pacto burguês de 1964 caracterizou-se por incluir todas as frações das classes proprietárias, deixando de fora todos os demais segmentos da sociedade. Contudo, dada a heterogeneidade das próprias classes proprietárias – que incluíam

grupos nacionalistas e grupos favoráveis ao capital internacional – foi necessário entregar o controle da máquina estatal a um *tertius* supostamente neutro, correspondente às forças armadas e à tecnoburocracia. (Cf. também Fernandes, 1975 e Ianni, 1977).

- (3) Nessas circunstâncias, quebrou-se o consenso antes existente sobre a necessidade do regime autoritário, passando vários segmentos das classes proprietárias a defender posições liberais e a questionar a interferência do Estado na economia. Sobre a polêmica estabelecida em torno desse tema ver Belluzzo, 1977; Coutinho, 1977; C.E. Martins, 1977; L. Martins, 1978; Reichstul & Coutinho, 1983 e SANTOS, 1987, entre outros.
- (4) Pelo contrário, Reichstul & Coutinho (1983) mostram que, entre 1976 e 1979, as empresas estatais foram submetidas a um processo de controle cada vez mais abrangente, de modo a “enquadrá-las” sob o comando unificado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR).
- (5) Entre as seis prioridades, em relação aos setores a serem contemplados na política nacional de formação de mão-de-obra, três se referem à agricultura. Cf. Documento de trabalho SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. Brasília, 1981.
- (6) A abordagem sistêmica marcou também a reforma do ensino superior em 1968. Todavia, a relação entre universidade e empresa foi colocada de forma distinta da profissionalização do ensino de 2º grau. Embora fuja aos objetivos deste texto a discussão das questões envolvidas no caso do ensino superior, cumpre notar que o setor empresarial não dispunha – e nem se interessava por isso, em princípio – de agências de formação profissional em nível de 3º grau, homólogas ao SENAI e ao SENAC. Por outro lado, a capacitação gerencial, por definição, fugia a qualquer relação mais estreita, mesmo com os cursos de administração de empresas, uma vez que se vincula necessariamente à cultura institucional de uma organização específica, a quem cabe seu controle direto.
- (7) O Parecer 45/72 de fato atribuía à rede de educação formal a responsabilidade primeira pela formação profissional de nível intermediário, considerando as entidades pré-existentes – SENAI, SENAC, PIPMO – como elementos a serem encaixados no esquema geral proposto. Em consequência, vários Conselhos Estaduais de Educação definiram e implementaram normas que estabeleciam a equivalência entre os cursos dessas entidades e aqueles do sistema formal. Por outro lado, o Parecer 76/75 restabeleceu as distinções entre esse último e as demais redes, resguardando as respectivas especificidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKEN, M. & HAGE, J. – “Organizational alienation: a comparative analysis” *American Sociological Review*. 31(4): 497-507, Aug. 1966.
- AMMANN, P. – **As teorias e a prática da formação profissional**. Brasília: MTb/SMO, 1987.
- BARNARD, C. I. – **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1971.
- BELLUZZO, L. G. M. – “A intervenção do Estado no período recente”. **Ensaio de Opinião**, (5): 26-17, 1977.
- BENDIX, R. – “Industrialization, ideologies and social structure.” *American Sociological Review*. 24(5): 613-623, Oct. 1959.
- BLAKE, R. R. & MOUTON, J. S. – **O grid gerencial**. São Paulo: Pioneira, 1976.

- BRANDÃO, Z. – **Formação de mão-de-obra na empresa**; estudo de um caso de formação profissional básica. Rio de Janeiro: PUC, 1973. (Dissertação de Mestrado).
- BRASIL – Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 45/72**. A qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional.
- _____ – **Parecer nº 76/75**. O ensino de 2º grau na Lei 5.692/71.
- _____ – Ministério do Trabalho. **Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra**. Brasília: 1980.
- _____ – **Relação Anual de Informações Sociais/RAIS**. Brasília, 1983.
- _____ – CFMO. **SENAI/SENAC**; sua origem e participação na vida brasileira. Brasília: 1987.
- BREJON, M. – **Recursos humanos, ensino técnico e desenvolvimento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- COUTINHO, L. – “O setor produtivo estatal: autonomia e limites”. **Ensaio de Opinião** (5): 28-31, 1977.
- CUNHA, L. A. – “Mercado de trabalho e profissionalização no ensino de 2º grau”, In: **EDUCAÇÃO brasileira**; questões da atualidade. São Paulo: Edart, 1975.
- _____ – **Política educacional no Brasil**; a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro: Eldorado, s/d
- DUTRA, G. – O PNTE como fator de impulso à empresa brasileira; sua atuação no setor siderúrgico. In: SEMINÁRIO DE RECURSOS HUMANOS PARA A INDÚSTRIA SIDERÚRGICA. Brasília, 1976. Brasília, PNTE/SIDERBRÁS/IBS/IDORT-SP, 1976.
- DRUCKER, P. – **Tecnologia, gerência e sociedade**: as transformações da empresa na sociedade tecnológica: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1973.
- FERNANDES, F. – **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERREIRA, P. P. – **Administração de pessoal**. São Paulo: Atlas, 1972.
- FIGUEIREDO, V. – **A questão agrária e as estratégias do governo**. Brasília: UnB/SOL, Série Sociológica nº 37, 1982.
- FLEURY, M. T. L. & FISCHER, R. M. – **Avaliação dos resultados alcançados com a aplicação dos incentivos fiscais em formação profissional**. Brasília, MTb, 1989. Relatório parcial (míneo).
- FRANCO, M. A. C. – “Fábula da Nova República: criação de duzentas escolas técnicas”. **Cadernos Cedes** (20): 36-47, 1988.
- GRAMSCI, A. – **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- IANNI, O. – **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LODI, J. B. – **Administração por objetivos**; uma crítica. São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____ – **Desenvolvimento de executivos**; a experiência brasileira. São Paulo: Pioneira, 1968.

- MACEDO, M. – **Anotações para uma política nacional de emprego** – Conferência pronunciada na Escola Nacional de Guerra (ESG) – Brasília, MTb, 1980.
- MARTINS, C. E. – **Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.
- MARTINS, L. – “Estatização” da economia ou “privatização” do Estado?” **Ensaaios de Opinião**, (9):30-7, 1978, Cf. p. 33.
- McGREGOR, D. – **Os aspectos humanos da empresa**. Lisboa: Livraria Clássica, 1960.
- MOTA, F. C. P. & PEREIRA, L. C. B. – **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MOUZELIS, N. – **Organization and bureaucracy: an analysis of modern theories**. Chicago: Aldine, 1978.
- OUCHI, W. G. – **Teoria Z: como as empresas podem enfrentar o desafio japonês**. São Paulo: Fundo Educativo Brasileiro, 1982.
- PASTORE, J. – “A procura de técnicos na indústria é muito menor do que se pensa”. Rio de Janeiro: **O Globo**, 10 Abr 1972.
- PERROW, C. – **Complex organizations; a critical essay**: Glenview Illinois, 1972.
- PORTO, M. S. G. & SALGADO, M. U. C. – **Transformations technologiques, scientifiques, organisationnelles, économiques, sociales et culturelles du monde du travail ayant une incidence sur le monde de l'éducation** Brasília, 1985 (mimeo).
- PRIETO, A. – Discurso de abertura. In: **Seminário de Recursos Humanos para a indústria siderúrgica**. Brasília, 1976. Brasília: PNTE/SIDERBRÁS/IBS/IDORT-SP, 1976 (mimeo).
- REICHSTUL, H.P. & COUTINHO, L. – “Investimento estatal 1974-1980: Ciclo e Crise.” in BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil** – nº 2 – Ensaaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SALGADO, M. U. C. – **Os determinantes das funções das unidades de treinamento na siderurgia**. Estudo realizado em empresas de grande porte. Belo Horizonte: UFMG, 1984 (Dissertação de Mestrado). Mimeo.
- _____ – “As funções sociais do ensino de 2º grau nas condições do Brasil contemporâneo”. **Caderno de Pesquisa** (68):9-20, fevereiro 1989.
- SALM, C. – **Escola e trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SANTOS, W. G. – A pós-“revolução” brasileira. In: VÁRIOS AUTORES. **Brasil sociedade democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- TAVARES DE ALMEIDA, M. H. – “O sindicato no Brasil: novos problemas velhas estruturas”. **Debate e Crítica** (6):49-74, jul. 1975.
- WARDE, M. J. – **Educação e estrutura social: a profissionalização em questão**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

ABSTRACT

HUMAN RESOURCE FORMATION POLICIES IN THE SEVENTIES

This study of the creation in 1974 of the SNFMO (National System for Labour Training) seeks to show that, in the socio-political and economic context of the period, the System emerges as an instrument of managerial modernization, an instance of social control and a strategy for the redefinition of roles played by agencies of professional training. The author concludes that, if the central hypothesis is true, it is possible to predict a loss of importance of the SNFMO due to the process of redemocratization and the dynamics of popular participation.

RESUME

LES POLITIQUES DE FORMATION DE RESSOURCES HUMAINES DANS LES ANNEES 70

Cette étude sur la création, en 1974, du Système National de Formation de Main-d'Oeuvre cherche à démontrer que, dans le contexte socio-politique et économique du moment, le Système apparaît comme un instrument de modernisation gérancielle, une instance de contrôle social et une stratégie de redéfinition du rôle des agences de formation professionnelle. L'auteur considère que, si l'hypothèse centrale est vraie, est possible de prévoir une perte d'importance du Système due à la redémocratisation et à la nouvelle dynamique de la participation populaire.

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

José Vicente TAVARES DOS SANTOS*

RESUMO

O autor procura reunir estudos empíricos e reflexões teóricas para definir, a partir da recorrência estrutural da ocupação de novas terras, o processo de colonização agrícola com base na produção familiar enquanto objeto científico. Discute sua continuidade cíclica, o controle social do espaço, a produção social da exclusão, a reprodução social dos colonos. Considera que se trata de um processo social complexo, de dupla dimensão – espacial e temporal – que faz interagir forças sociais em conflito e, deste modo, produz relações sociais.

A possibilidade de poder contar com a ocupação econômica de novos espaços tem sido uma das características históricas do crescimento do setor agropecuário brasileiro, pois até muito recentemente a base dinâmica deste setor consistia no crescimento extensivo, com a sucessiva incorporação de novas áreas à produção, ao que normalmente se agregava o deslocamento espacial de populações trabalhadoras, sem uma substancial alteração dos padrões tecnológicos do processo produtivo.

Entretanto, nas duas últimas décadas, houve uma profunda modernização da agricultura brasileira, com a incorporação de inovações tecnológicas ao processo de trabalho agrícola, o que acarretou importantes aumentos da produção e da produtividade e uma complexa alteração das relações de trabalho no campo. Porém, tal processo de modernização realizou-se de forma desigual, vinculado a alguns produtos, principalmente àqueles destinados prioritariamente ao mercado externo, e restrita, vinculado a algumas regiões do País, principalmente às regiões Sul, Sudeste e, mais recentemente, Centro-Oeste. Ainda mais, configurou-se um processo de modernização cuja efetivação produziu sistematicamente a exclusão social.

Passando o crescimento intensivo a ser o vetor do setor agropecuário brasileiro, nem por isso a antiga forma de crescimento extensivo foi abandonada, pois a possibilidade de incorporar novas áreas à produção manteve sua relevância econômica. Desta forma, desenvolve-se uma simultaneidade entre a modernização de áreas de ocupação antiga e a valorização econômica de novos espaços da sociedade brasileira.

* Sociólogo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A sociedade brasileira tem sido historicamente marcada pela ocupação de novas terras, mediante distintos regimes fundiários, variadas atividades econômicas e diferentes tipos de população. Sucessivas porções do território foram sendo incorporadas à economia e à sociedade nacional, e, de acordo com o momento em que tal se deu, definiu-se a significação das novas terras para a sociedade global.

Nessa linha, verifica-se a permanência de uma característica estrutural da sociedade global que tem significações múltiplas, sejam econômicas, políticas ou ideológicas, pois a ocupação de novas terras resultou em uma forma específica de constituição das classes sociais, em especial das classes agrárias, na sociedade brasileira.

A persistência da política de ocupação de novas terras pode também ser percebida através da evolução dos projetos de colonização, desde 1930, mediante os dados concernentes às famílias de agricultores instalados nos referidos projetos (cf. quadro nº 1). As informações oficiais indicam que de 1930 a 1978, foram instaladas 55.088 famílias de colonos, das quais 43.172 em projetos oficiais e 11.926 em projetos de responsabilidade privada. Nos dez anos seguintes, houve um significativo aumento da capacidade de absorção de agricultores, em várias regiões, o que levou a um total global, entre 1930 e 1988 para o período contemporâneo da história brasileira, de 179.493 famílias de agricultores instaladas em programas de colonização, das quais 147.241 em projetos oficiais e 32.252 em projetos de responsabilidade privada.

A observação desses dados já denota claramente o caráter seletivo desta política agrária, principalmente se compararmos com as proporções da população rural brasileira. Não obstante, a recorrência estrutural da ocupação de novas terras possibilita definir como objeto de pesquisa uma forma particular desse amplo movimento, o processo da colonização agrícola com base na produção familiar.

A tarefa que nos propomos é reunir estudos empíricos e reflexões teóricas para construir um objeto científico cujos contornos ainda estão em definição, e que certamente será o resultado de um trabalho coletivo.

Desde logo, deve-se salientar que se trata de um processo complexo, constituído por grupos e classes sociais em tensão e em conflito, e, ainda, de um processo necessariamente multidimensional, envolvendo práticas econômicas e sociais, ações políticas e representações simbólicas.

Evidentemente, a colonização sempre foi um ato da vontade do poder estatal, e sempre acompanhou uma estratégia de expansão do capital por sobre os novos territórios. No entanto, entendemos que a colonização constitui uma forma de produção do social sobre um determinado meio natural, e, portanto, trata-se de um processo social cuja especificidade cumpre tentar reconstruir e explicar.

Nesse sentido, o processo da colonização agrícola define um espaço social de conflitos, no interior do qual posicionam-se grupos, classes e forças sociais que entram em antagonismo. O que está em disputa é a forma da ocupação humana dos novos territórios brasileiros, e cada uma das classes e forças sociais envolvidas vai tentar definir diferentemente a forma social que esta ocupação do espaço deverá tomar. Configura-se, portanto, como um fenômeno

social tenso, marcado por estratégias de dominação política e de exploração econômica, mas, necessariamente, transpassado por lutas sociais e revelador de projetos sociais alternativos.

Podemos definir, de modo preliminar, o objeto científico de nosso estudo; trata-se do **processo da colonização agrícola, em suas múltiplas dimensões (econômicas, sociais, políticas e ideológicas), percebido enquanto uma expressão da atividade de determinados grupos, classes e forças sociais: tais agentes são o Estado, as classes sociais dominantes (capitalistas e proprietários fundiários) e os camponeses.** Porém, a interrogação privilegiada de nossa análise é estabelecer a relação significativa entre a colonização de novas terras e os camponeses meridionais.

A referência empírica desta análise consiste, basicamente, do estudo de três casos: do programa de colonização Canarana, instalado em 1972, no leste do Mato Grosso; do programa de colonização Terranova, implementado em 1978, no norte do Mato Grosso; e de uma série de agricultores que retornaram ao Sul depois de haverem estado em programas de colonização na Amazônia. Por outro lado, fizemos uma análise secundária dos estudos disponíveis acerca de programas de colonização na Amazônia Legal, instalados entre 1964 e 1984, que tiveram como característica comum a clientela recrutada entre os agricultores do Sul do Brasil (1).

Para explicar sociologicamente este processo, pretendemos reconstruir as formas sociais de vida e de produção, assim como as relações sociais e as representações simbólicas, que por ele se desenvolvem tanto nas regiões de origem das populações migrantes quanto nas regiões de destino, nas quais foram instalados os núcleos de colonização. Enfim, a questão maior que orienta o estudo é saber quais as relações sociais produzidas pelo processo da produção agrícola, definidas pelo espaço social e pelo tempo social que vêm a constituí-lo na sociedade brasileira.

A continuidade cíclica da colonização agrícola

Podemos entender a política de colonização enquanto uma política agrária que objetiva ocupar, econômica e socialmente, novas terras, através do estabelecimento de unidades produtivas familiares. Definida nestes termos, sua ocorrência no País tem uma longa duração histórica, pois data do início do século XIX, quando foram implementadas simultaneamente políticas de colonização e políticas de imigração, ambas atraindo populações européias, principalmente da Alemanha, Itália e Polônia, para as regiões do Sudeste e do Sul do Brasil. Interessa-nos tão somente salientar que, a partir dos anos 1930, houve um inflexão da vinda de estrangeiros, pois desde então a colonização de novas terras teve como objetivo precípuo a instalação de populações nacionais em novas áreas do território brasileiro.

O processo da colonização tem se realizado segundo um certo tipo de continuidade que nos permite falar em ciclos da colonização agrícola. Tais ciclos tiveram seus limites temporais fixados por uma decisão política do Estado brasileiro, e estiveram próximos das alterações maiores dos sucessivos regimes políticos que os definiram, guardando, no entanto, suas especificidades.

Assim sendo, podemos identificar claramente três ciclos de colonização, desse 1930, os quais foram marcados por alterações no que diz respeito às populações envolvidas, às novas terras para as quais aquelas populações se dirigiram bem como em relação aos efeitos políticos que produziram.

O primeiro desses ciclos, nós o denominamos de "*a colonização para os trabalhadores nacionais*" entre os anos de 1940 e 1945, durante o período do Estado Novo. A forma social que foi proposta pela política de colonização então aplicada partia da constatação de que havia um excedente populacional de "nacionais pobres" e, portanto, uma situação potencial de "tensão social", frente à qual cabia ao Estado propor soluções, despontando entre elas a preocupação com as migrações internas: tais correntes deveriam ser orientadas tanto para as cidades do Sudoeste quanto para as terras públicas do Centro Oeste e da Amazônia.

Nesta última destinação, o Estado se encarregaria de organizar a instalação dos migrantes em programas de colonização, seja de responsabilidade oficial, seja de responsabilidade privada, nos quais eles formariam pequenas propriedades familiares. Entretanto, ao serem selecionados e, posteriormente lá serem colocados, dos colonos seria exigida uma "boa conduta", mostrando portanto que o Estado brasileiro visava tanto a desenvolver a produção de alimentos, quanto a implantar um regime de disciplina nas novas áreas de colonização. Desta forma, a política de colonização da época visava a garantir a "fixação" dos homens no campo, e, assim, manter a "estabilidade" do meio rural brasileiro.

O ciclo seguinte, nós o denominamos de "*a colonização contra as lutas sociais no campo*", tendo se desenrolado entre 1951 e 1960. Desta vez, a forma social proposta pela política de colonização então implantada visava a atingir os habitantes das "zonas empobrecidas" e aqueles "sem emprego", com a finalidade de orientar os fluxos migratórios para os núcleos de colonização, públicos e privados.

Este período da história brasileira foi marcado por lutas sociais no campo, no início de modo esparso em várias regiões do território, mas depois elas já atingiriam um relativa articulação a nível regional. Desta forma, confrontado à crise social e face à eclosão das mobilizações camponesas, o Estado populista retomou as propostas de colonização, tentando assim atender, a seu modo, as reivindicações pela terra. Pretendia, ao mesmo tempo, que os novos agricultores, desenvolvendo suas pequenas propriedades, formassem uma "classe média rural", da qual se esperaria que viesse a ter um papel político conservador.

O início da década de 1960 foi marcado pela introdução na cena política brasileira da reivindicação pela Reforma Agrária, enquanto uma proposta oriunda das mobilizações camponesas, depois subscrita pelos políticos populistas. Na realidade, durante toda a década, ultrapassando mesmo a mudança do regime político, a Reforma Agrária viria a ser o tema central dos embates acerca das alternativas para a crise fundiária brasileira. Entretanto, as hesitações e os compromissos políticos dos sucessivos Governos Militares terminaram por fazer ressurgir a outra alternativa.

Em conseqüência, a partir de 1970, desencadeou-se o ciclo de colonização que viria a marcar todo o restante do período autoritário-militar da história

brasileira. Podemos denominá-lo de "*ciclo da colonização contra a Reforma Agrária*", efetivado durante os anos de 1970 e 1984, pois nele esteve presente a antinomia dessas duas alternativas de política agrária. Nesse período, foi instalada uma nova região de expansão agrícola, a Amazônia, na qual foram instalados programas de colonização tanto oficiais quanto privados, estes sob a responsabilidade tanto de empresas de colonização quanto de cooperativas de produtores agrícolas.

Produziu-se, muito mais acentuadamente do que nos períodos anteriores, um rígido controle do espaço e dos homens, como expressão da atividade das agências de colonização, vindo a se configurar um regime "disciplinar" nas novas regiões. No que concerne à clientela visada por tais agências, vários procedimentos de seleção social foram desencadeados, dando-se agora nítida preferência a um outro tipo de agricultor, qual seja, o camponês minifundiário e o trabalhador sem terra das regiões meridionais brasileiras.

A sucessão descontinua dos ciclos de colonização agrícola na sociedade brasileira contemporânea evidencia um processo complexo de produção de relações sociais que necessita uma explicação sociológica abrangente, para a qual tentaremos indicar algumas dimensões, tomando como referência empírica sobretudo as realidades sociais configuradas durante o último ciclo.

O controle do espaço e dos homens

A colonização agrícola pode ser vista como uma técnica social que utiliza mecanismos de controle do espaço e de controle dos homens, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras.

O controle do espaço expressa a forma particular de historicização da natureza que se produz através do processo da colonização; ou seja, qual a forma social da terra que por ele se plasma (2). Visto que a colonização sempre esteve associada à valorização econômica de novos espaços, o discurso do Estado que fundamentou tais políticas, no período autoritário-militar, baseou-se na noção de "vazio demográfico"; ao lado da evidência empírica de que frequentemente se tratava de regiões de fraca densidade demográfica, o importante a ressaltar é que os responsáveis pelas agências de colonização construíram um "vazio social" sobre as terras onde deveriam ser instalados os programas de colonização. A produção deste "vazio social" se fez em vários momentos. Supunha-se, em primeiro lugar, que lá não havia qualquer habitante e se produzia o esquecimento de que, quase sempre, se tratava de territórios de nações indígenas. No entanto, outro grupo social foi também "evacuado" das zonas de colonização: os caboclos amazônicos, cujo número se adensou após o final do ciclo da borracha. Já o terceiro grupo esquecido pela categoria do "vazio social" é o dos posseiros, que habitavam os territórios em seguida ocupados pelos programas de colonização. Em todas as situações, as agências de colonização emitiram um discurso que não apenas fazia "desaparecer" tais grupos, como os menosprezava e, no limite, os estigmatizava.

No entanto, quando se observa de perto a situação anterior dos espaços onde foram instalados os programas de colonização, encontram-se as configurações as mais diversas: terras devolutas, utilizadas pelo Estado ou dadas em

concessão a empresas ou cooperativas de colonização; terras devolutas, parcialmente ocupadas por posseiros; ou terras privadas desapropriadas pelo Estado.

A construção da categoria "vazio demográfico" permite o desencadear de uma operação de "naturalização do social"; ou seja, o território assim esvaziado daqueles que o habitavam anteriormente tornava-se um espaço "natural". Ora, esta natureza socialmente produzida deverá então ser ocupada por um projeto de colonização o qual será a expressão de um modelo unívoco de organização do território. Tal modelo, definido pelas agências de colonização, é de cunho "moderno" e "racional"; em outras palavras, trata-se da modernização da agricultura.

Ao mesmo tempo, durante o regime autoritário-militar, este modelo seguiu a lógica da "doutrina de segurança nacional", como o demonstrou Ianni, inserindo-se em uma estratégia geopolítica (3).

Assim que esta operação, tanto simbólica quanto real, de produzir "territórios despovoados" se completou, as agências de colonização trataram de implementar seus programas. Entretanto, para efetivar este "controle do espaço" foi necessário implementar ainda o "controle dos homens", pois a colonização, seja de responsabilidade oficial, seja de responsabilidade privada, implicou sempre um deslocamento das populações rurais, freqüentemente para regiões diversas das que regularmente habitavam.

Nas regiões de origem, seja nos estados meridionais ou em outros, tratava-se de romper os laços sociais estabelecidos e de afastar os agricultores de seu ambiente ecológico. O resultado é um fenômeno de dessocialização das populações envolvidas, por um desenraizamento de seu meio natural e social. Nas regiões de chegada, as agências de colonização se encarregam da organização da vida social em vários níveis: o plano das agrovilas que será criador de relações de vizinhança; as associações locais, organizadas por funcionários de organismos públicos; o sistema agrícola, imposto sem consulta aos colonos, assim como o processo de trabalho, orientado pelas agências de colonização.

Por conseqüência, a vida dos colonos sofrerá várias coerções. Toda atividade econômica não prescrita provocava desaprovação e, no limite, represálias: seja a interdição do garimpo, seja a condição de vender os produtos a outros comerciantes que não as cooperativas. Mas também as ações coletivas não foram aceitas pelas agências de colonização: em vários programas houve restrições às iniciativas de organização sindical, ou à instalação de lideranças artificiais; ou, ainda, a vigilância policial, senão a presença de milícias privadas das companhias de colonização.

Enfim, podemos afirmar que as agências de colonização quiseram proceder a uma ressocialização autoritária dos colonos. Não será por acaso que podemos registrar, em várias histórias de vida de colonos de Terranova, e de colonos que retornaram de Altamira para o Sul, expressões que evocam um universo fechado: "prisão", "cativeiro", "obrigações" ou "dívidas". Nesse sentido, o paradoxo da colonização de novas terras consiste na produção de um espaço social controlado em meio a novas terras que poderiam supor horizontes largos; inverte-se, assim o discurso das agências de colonização, que, nas regiões de origem dos colonos, difundiam "promessas" de uma abertura de possibilidades

econômicas e sociais.

Nesse quadro, um dos efeitos, tanto do "controle do espaço" quanto do "controle dos homens", foi o desenvolvimento de um processo de seleção social.

Tal procedimento realizou-se já nas regiões de origem: tratava-se de escolher uma clientela que deveria corresponder a características definidas. Nos casos dos programas oficiais, elas se limitavam a: ter entre 21 e 60 anos; ser casado; provar boa conduta; possuir "tradição agrícola"; e não ter propriedade rural. No caso dos programas privados, os candidatos deveriam, ainda, possuir recursos suficientes para sua subsistência no primeiro ano após a instalação. Em segundo lugar, esta escolha foi acompanhada de uma seleção regional dos colonos: tratava-se de reunir populações de várias regiões do país do Nordeste, mas também do Sul.

À seleção regional e social foi consolidada por uma figura simbólica particular. Tratava-se da categoria do "colono modelo": o agricultor que teria, por suposto, melhor instrução, maior acesso às técnicas agrícolas modernas, ao uso de insumos e máquinas; que teria familiaridade com o crédito agrícola, associado a cooperativas e receptivo à extensão rural. Esta representação de "colono modelo" foi produzida desde os anos 70, e aplicada inicialmente no Projeto Altamira (4).

A categoria "colono modelo" constituiu um tipo de referência a partir do qual se estabeleceram graus de avaliação dos colonos: mais ainda, as classificações formuladas pelas agências de colonização foram cada vez mais estereotipadas, na medida em que os colonos, na vida real, se afastavam daquela suposta conduta. Outro componente do tipo "colono modelo" decorre da efetivação do controle dos homens: trata-se daquele que é submisso às diretivas das agências de colonização. O "colono modelo" será, portanto, tecnicamente moderno e politicamente conformista, e símbolo de um grupo social que o Poder desejaria ser portador de uma ordem moderna nas novas terras.

A produção social da exclusão

No limite, a seleção social que se efetivou no processo da colonização produziu seu inverso recíproco: a exclusão social que se produziu nas zonas onde foram instalados programas de colonização agrícola explica-se pela vivência de condições de vida e de produção tais que forçaram os colonos a abandonar os lotes. No entanto, outras razões também os levaram a isso, decorrentes da própria seleção social. Ou seja, esta lógica continuou a funcionar após a chegada dos colonos aos projetos: aqueles que não chegaram a preencher os critérios exigidos pelas agências da colonização, ou seja, que não se configuraram como "colonos modelos", foram por elas deixados de lado, tanto do ponto de vista material quanto simbólico.

Isso é demonstrado tanto pela repetição dos estereótipos em nível local, de repercussões políticas e mesmo de ordem repressiva, quanto pelas queixas e denúncias dos colonos: nesse sentido, o seu "nomadismo" será um testemunho da exclusão socialmente produzida. Tais denúncias incidem sobre fatos de várias ordens. De infúcio, acusam as más condições de alimentação e de saúde:

carência generalizada dos serviços públicos e a falta de medicamentos: a falta de alimentos, sobretudo nos meses das chuvas e o alto preço dos gêneros alimentícios, as habitações precárias e as escolas improvisadas.

Por outro lado, as condições da produção não foram tecnicamente projetadas e os efeitos perversos da modernização abusiva logo se fizeram sentir; os solos se esgotaram após poucos anos de cultivo; e o uso do crédito rural levou-os rapidamente ao endividamento bancário, à chamada "expulsão branca" (5).

O acúmulo de tais vivências levou os colonos uma vez mais a partir, retomando uma experiência plena de migrações. Ora, cada um desses deslocamentos significa também uma perda das referências ao meio ambiente e ao meio social. Frequentemente, nas regiões meridionais, os próprios camponeses haviam formado as instituições locais, e edificado seus locais de funcionamento, todo um trabalho feito de modo comunitário que eles tiveram de deixar para trás e que significou uma experiência de dessocialização.

Parece difícil conhecer precisamente o destino desses colonos que abandonaram seus lotes: alguns partiram para os centros urbanos nas próprias zonas de colonização; outros se empregaram como assalariados para alguns "colonos ricos" ou para os fazendeiros vizinhos. Outros tantos escolheram partir para a frente, tentar um lote em outro programa de colonização, ou transformaram-se em posseiros em novas terras. Um destino também possível para muitos colonos foi o de retornar a suas regiões de origem, como foi principalmente o caso daqueles que tinham vindo do Sul.

Todavia, os colonos que abandonaram os programas foram imediatamente desqualificados pelas agências de colonização. Estas afirmavam que eles haviam desprezado todas as vantagens que lhes tinham sido dadas e que eles haviam "fracassado" por sua própria culpa, seja por não terem querido trabalhar, seja por não terem conseguido gerir sua unidade produtiva. Rapidamente, passaram a ser categorizados pelas agências de colonização como "ociosos", "vagabundos" e "preguiçosos". Produziu-se, pois, uma inversão categorial de todo significativa: os mesmos que, ao serem selecionados pelas agências de colonização nas regiões de origem, tinham sido considerados "bons agricultores", passaram a ser doravante "os maus colonos"; e passaram a sofrer o estigma de serem os "antipioneiros".

Talvez esse fenômeno de abandono explique por que, tão reiteradamente, se afirma, em relatórios oficiais, que antigos programas de colonização se despovoaram. O "nomadismo" dos colonos brasileiros revela o inverso da seleção social, indicando que a produção social da exclusão é uma das dimensões constitutivas do processo da colonização.

A reprodução social dos colonos

Para além de todas as formas de dominação que incidem sobre os colonos nas novas terras, percebe-se que uma dominação social não será jamais total. Uma vez que o processo de colonização se constitui enquanto um campo de conflitos sociais, ele sempre deixa transparecer a ação coletiva das populações dominadas. Na medida mesmo em que podemos reconstruir a multiplici-

dade das formas de dominação, assinalando que a dominação exercida pelo capital não é jamais simples e tampouco a única, devemos evocar a multiplicidade de formas de ação social que os colonos reinventaram nas novas terras.

Na origem, os motivos pelos quais os camponeses meridionais partiram para as zonas de colonização – ao lado das coerções econômicas, políticas e ideológicas – foram as possibilidades de reprodução social. Ou seja, tratava-se da busca de um “sonho da terra”: a realização deste objetivo somente seria possível se os colonos, suas mulheres e seus filhos, pudessem reencontrar, em outros espaços, um pedaço de terra no qual pudessem viver e produzir enquanto camponeses. Este é o eixo da decisão dos camponeses meridionais de partir para as zonas de colonização. Entretanto, deve ser enfatizado que tal motivação profunda não se verificou apenas nos dois casos que estudamos (Canarana e Terranova), mas também em outras situações contemporâneas: Molina o registrou no programa Iguatemi (MS); Pinto o fez em GY-Paraná (RO); em Alta Floresta (MT), tanto Jatene quanto Guimarães Neto também o verificaram; e Oliveira o observou em SINOP (MT) (6).

Assim, os camponeses chegam aos programas de colonização em uma trajetória de agricultores em busca de terra: a propriedade do lote lhes trará segurança, para ter sua própria produção, para trabalhar de modo independente e para deixar uma herança aos seus filhos. Isso significa também uma recusa da condição, real ou virtual, de assalariado.

Por conseguinte, os colonos tentaram superar a dessocialização por que passaram, no momento da transferência para as zonas dos programas, reinventando as ações coletivas. De início, eles o fizeram no próprio espaço residencial: no momento em que os colonos perceberam que habitar nas agrovilas não era funcional, não só por causa da distância em relação ao lote, mas, sobretudo, porque dificultava o funcionamento da cooperação familiar nas atividades cotidianas, eles as deixaram para morar nos próprios lotes. Tentaram, depois, em um **habitat** disperso, reconstituir as redes de sociabilidade local, configurando uma espécie de “bairro rural”, como foi observado em Altamira, em Marabá e em Terranova.

Em um outro nível da ação coletiva, houve grandes dificuldades para a reorganização dos sindicatos de trabalhadores rurais: seja porque a superfície inscrita no título da parcela era superior ao módulo oficial, o que os compelia a se associarem a um sindicato patronal: seja pelas coerções exercidas pelas agências para impedi-lo; seja, enfim, pela própria diversidade social dos migrantes. No entanto, em vários programas, como em Terranova, em Altamira e no programa Serra do Ramalho, foi possível fazê-lo; e para tanto, muito contribuiu uma certa experiência e uma memória das lutas sociais nas regiões de origem.

A reorganização das ações coletivas foi estimulada pelos conflitos sociais que não tardaram a eclodir nos programas de colonização. Conflitos fundiários, confrontando agências públicas e os “posseiros”; conflitos dos colonos com as cooperativas, acerca do precário fornecimento de alimentação e da não realização das promessas feitas nas regiões de origem; conflito com as agências oficiais de colonização, sobre a demarcação dos lotes ou as condições de comercialização dos produtos agrícolas.

Tais ações coletivas expressam uma outra forma de vida social, ao nível de práticas produzidas pelos próprios colonos, diferente daquela que as agências de colonização tentam continuamente impor. Determinadas dimensões do processo de produção são a expressão desse projeto camponês de reinvenção do social em uma zona de colonização. Em Canarana como em Terranova, por exemplo, há colonos que tentam implementar certas modificações no processo de trabalho: utilizam apenas sementes auto-produzidas; empregam insumos orgânicos, diversificam as culturas de subsistência; reduzem as culturas comerciais; e tentam adquirir gado como fonte de alimento e como reserva patrimonial.

No que se refere à comercialização, os colonos procuram compradores fora das cooperativas existentes em cada programa. Esforçam-se por abandonar o uso do crédito, para trabalhar de modo independente. Neste contexto, insere-se a busca de um trabalho complementar, como a coleta de ouro em certas regiões da Amazônia Ocidental, o que se verifica nos programas Terranova, Peixoto de Azevedo, Guarantã e Alta Floresta; porém, o que é significativo é que os rendimentos do trabalho complementar são reinseridos na lógica da unidade de produção camponesa. Para os colonos, trata-se de assegurar a parcela: a terra representa para eles uma das condições de possibilidade da liberdade, um espaço no qual poderão existir enquanto camponeses.

Parece-nos que entre os agricultores que vivem nos programas de colonização da Amazônia, seja em Canarana, em Terranova, ou em outros programas, certos grupos de colonos estão forjando uma identidade, fundada em uma trajetória de reprodução social, que se constrói na vivência do processo da colonização agrícola. A presença dinâmica desses colonos no campo de conflitos próprios a este processo, no qual se reconhecem a si mesmos e reconhecem também seus adversários, desde as classes dominantes locais até o aparelho de Estado, expressa a elaboração de um projeto de classe específico na sociedade brasileira, um projeto social de camponeses meridionais que se afirma em novos territórios.

Por uma abordagem explicativa da colonização agrícola

Para tentar explicar as realidades sociais determinantes e produzidas pelo fenômeno da ocupação de novas terras baseado na produção familiar, na sociedade brasileira, propomos a noção de "processo da colonização agrícola". Em sua formulação mais simples, esta noção pode ser assim enunciada: **o processo da colonização agrícola constitui um processo social complexo, de uma dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflito e, deste modo, produz relações sociais.**

Começamos por explicar a dimensão espacial do processo da colonização agrícola: ela relaciona a região de origem das populações envolvidas, rurais e urbanas, com as regiões de destino dessas populações; porém, deve-se salientar o caráter fundamentalmente recíproco desta interação.

Retomemos alguns dos fenômenos sociais que se produzem na região de origem. Houve, no Brasil meridional, durante os anos 70, um largo processo de expulsão de certas camadas do campesinato, tanto por causa da concen-

tração da estrutura fundiária quanto das coerções econômicas que se exercem sobre as pequenas propriedades rurais. Nesse quadro, desencadeou-se uma política de colonização para transferir as populações consideradas "excedentes" para as novas terras, para o que foi instalado um aparelho ideológico da colonização capaz de difundir uma mensagem favorável dos programas.

Entretanto, os camponeses meridionais mantêm o objetivo de se reproduzirem socialmente enquanto produtores familiares, o que se choca com a crise fundiária e com a exploração econômica que vivenciam. Em consequência, dessa busca de terras emergiu um "sonho da terra" entre os camponeses meridionais. Compreende-se, então, a ampla significação das lutas sociais desencadeadas na região Sul nas últimas três décadas: luta pela terra, luta pelo valor do produto agrícola, e também luta contra a política de colonização.

Para reduzir a força dessas ações coletivas, o Estado e as classes dominantes, rurais e urbanas, organizaram a colonização: aceitaram a reivindicação pela terra, mas, com a condição de que os camponeses aceitassem receber as parcelas nas zonas de colonização; e quando a persuasão não funcionou, o Estado sempre recorreu à força militar.

Nas regiões de destino, já mencionamos como as agências de colonização, públicas e privadas, instauraram um controle sobre as novas terras, descartando qualquer outro regime fundiário. Acompanhando tal forma de ocupação, definiram o tipo de "colono modelo" que deveria ser o agente da estratégia de modernização da agricultura a ser instaurada.

A novidade nas zonas de colonização é que a modernização agrícola pode se fazer rapidamente, pois em face não havia senão um "vazio social" socialmente produzido. Então, todos os componentes modernos para desenvolver o setor agropecuário são implementados: as cooperativas, as agências bancárias e a extensão rural. Desenvolve-se, paralelamente, a reprodução da subordinação dos colonos, com os efeitos perversos adicionais derivados da implantação de culturas agrícolas em um meio natural pouco conhecido; de imediato, instalam-se os agentes locais do capital comercial e industrial. De outra parte, os colonos são enquadrados politicamente, sendo que a dominação passou de um tipo autoritário a uma dominação por clientela, o que não impediu que as agências de colonização tudo fizessem para obstaculizar a ação coletiva dos migrantes.

Finalmente, deve-se lembrar que todos esses componentes sociais interagiram, de uma região a outra. Quando se propagandeiam as novas terras, são aqueles agricultores que tiveram bons resultados nos programas de colonização que, transmutados em "colonos modelos", servirão de apoio à difusão da mensagem da colonização nas regiões meridionais. A seleção social, por sua vez, operou tanto em uma região como em outra, os excluídos do Sul alimentando os contingentes dos migrantes, e os excluídos dos programas voltando em muitos casos para as regiões de origem. Enfim, a concentração fundiária manteve-se inalterada, em ambas as regiões.

Outro aspecto diz respeito às imagens recíprocas que as agências de colonização faziam difundir: se a mensagem favorável acerca das zonas de destino era difundida nas outras para convencer os colonos a partir, o discurso das agências de colonização sobre a crise dos pequenos produtores das re-

giões meridionais alimentava o conformismo desejado dos colonos nas regiões de destino.

Por outro lado, as lutas sociais pela terra, que eclodiram na última década nas regiões meridionais, buscavam reforço ideológico nas experiências e nos relatos dos colonos que voltavam dos programas de colonização, de tal sorte que podemos falar de uma luta social contra a política de colonização presente no Sul. Inversamente, o eco dessas mesmas lutas influenciava os colonos nos programas de colonização, fazendo-os avaliar suas chances de retornar, e de serem beneficiados por um eventual sucesso da reivindicação por terra nas regiões meridionais.

A dimensão temporal do processo da colonização define-se pela duração no qual ele se realiza: tal duração se estabelece de um ponto, datado social e historicamente, a outro, o que significa também que o processo da colonização passa por certos ciclos, como o descrevemos anteriormente. Deve-se, pois, compreender que este processo se desenvolve durante um "lapso de tempo", durante o qual certos efeitos sociais são produzidos: trata-se, sobretudo, de efeitos simbólicos e políticos que se realizam em todos os pontos do espaço social configurado pela colonização.

Por um lado, o discurso da colonização elabora certas categorias que tornam opacas as realidades sociais vivenciadas nas zonas de colonização, emitindo uma imagem invertida do que lá ocorre. Ou seja, durante o tempo social da colonização, produzem-se símbolos que tentam atrair as populações das regiões de origem. O outro aspecto da temporalidade da colonização consiste nos efeitos políticos que se verificam, pois o que se objetiva é a reprodução da dominação social, durante um certo tempo, no espaço social da colonização, e a mensagem difundida vai intervir nas práticas políticas das forças sociais em conflito.

A interconexão das duas dimensões — espacial e temporal — do processo da colonização agrícola, leva-nos a identificar as diferentes classes e forças sociais presentes neste processo. No período do regime autoritário-militar, podemos resumi-las às seguintes: o Estado e suas diversas agências; as empresas e as cooperativas de colonização; os grupos dominantes locais; os grandes proprietários fundiários; e os camponeses.

Não poderíamos aqui reconstituir em detalhe a participação de cada uma dessas forças sociais no processo de colonização. Desejamos apenas assinalar que é evidente que tais atores sociais já existiam na sociedade brasileira: porém, pelo fato de que sejam participantes do processo de colonização, ou que, em certas circunstâncias, novos grupos sociais tenham sido formados pelo processo da colonização, isso provoca relações sociais novas.

Dois exemplos servem para indicar a ocorrência deste fenômeno. As empresas de colonização foram criadas em tal processo e nele encontram as fontes do lucro capitalista, seja pela mercantilização dos lotes rurais, seja pela criação do espaço urbano e de sua conseqüente valorização. Por outro lado, os camponeses que se inserem no processo da colonização vêem sua trajetória social modificada, seja pelas diferentes possibilidades econômicas que se abrem ou se frustram, seja pela criação de novas camadas sociais rurais nos programas de colonização.

Em outras palavras, as classes e atores sociais mencionados desencadeiam forças sociais que são ativadas, deslocadas ou mesmo transformadas por sua participação no processo da colonização agrícola. Assiste-se, então, do ponto de vista sociológico, à produção de relações sociais pelo processo da colonização agrícola na sociedade brasileira contemporânea.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos, le rêve de la terre (Etude sur le processus de colonisation agricole et les luttes des paysans méridionaux au Brésil, 1980-1934)**. Paris, Université de Paris – Nanterre, 1987, Tomo I e II (Tese de “Doctorat d’Etat” em Sociologia).
- (2) IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 1984, esp. p.173/190.
- (3) **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1979.
- (4) MORAN, Emilio. **Developing the Amazon**. Bloomington, Indiana Press, 1981.
- (5) HEBETTE, Jean. **Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia**. Belém, NAEA-UFGPA, 1982; RIVIERE D’ARC, Helene. “Le Nord du Mato Grosso. Colonisation et nouveau bandeirismo”. – **Annales de Géographie**. Paris, 86 (477), 1978, p. 2790-306.
- (6) MOLINA, Maria Ignês. **Migração rural-rural: análise sociológica da migração dos parceiros do Projeto Iguatemi**. Piracicaba, ESALQ-USP, 1970 (Tese de Doutorado); PINTO, Maria da Graça O. **Reprodução da força de trabalho em uma área de fronteira agrícola. Rondônia**. Brasília, UnB, 1981 (Tese de Mestrado); JATENE, Heliana da Silva. **Reabertura da fronteira sob controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta**. Campinas, IFCH-Unicamp, 1982 (Tese de Mestrado). GUMARAES NETO, Regina. **A lenda do ouro verde**. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1986 (Tese de Mestrado); OLIVEIRA, João Mariano. **A esperança vem na frente (contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso – o caso SINOP)**. São Paulo, FFLCH-USP, 1982 (Tese de Mestrado).

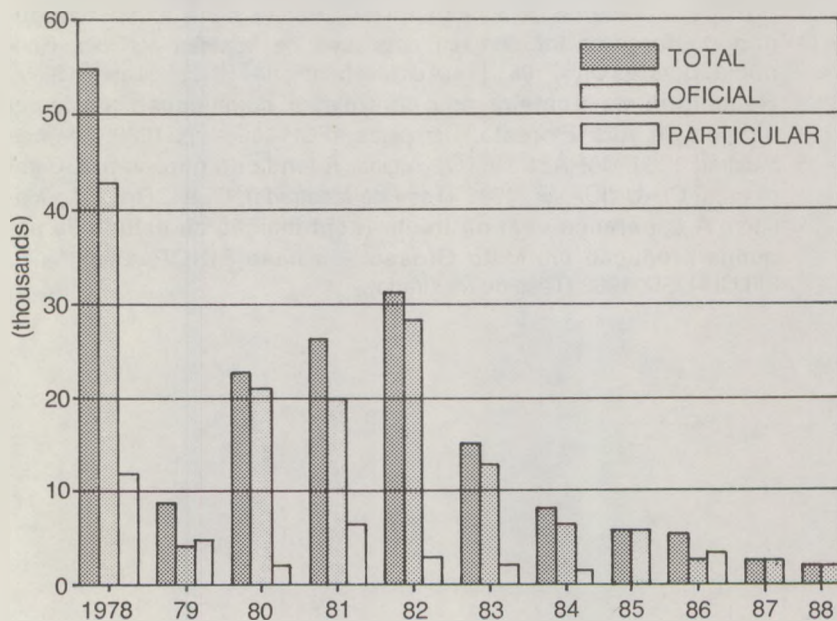
ANEXO

PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO – BRASIL FAMÍLIAS INSTALADAS De 1930 a 1978 – Até 1988

	COLONIZAÇÃO OFICIAL						COLONIZAÇÃO PARTICULAR	TOTAL GERAL
	P.I.C.	PROTERRA	PROJETOS EMANCI- PADOS	PROJ. ASSENTAM. RÁPIDO	CONVÊ- NIOS	TOTAL COL OFICIAL		
ATÉ								
1978	28.282	0	14.890	0	0	43.172	11.926	55.098
1979	3.327	0	554	0	0	3.881	4.760	8.641
1980	9.377	4	638	11.040	0	21.059	1.547	22.606
1981	7.301	0	322	11.172	1.154	19.949	6.199	26.148
1982	9.972	2.990	177	14.324	680	28.143	2.679	30.822
1983	12.385	0	0	1.403	0	13.788	1.366	15.154
1984	6.461	0	222	157	0	6.840	1.012	7.852
1985	5.057	0	120	0	0	5.177	0	5.177
1986	1.930	0	59	0	0	1.989	2.763	4.752
1987	1.820	0	59	0	0	1.879	0	1.879
1988	1.364	0	0	0	0	1.364	0	1.364
TOTAL	87.276	2.994	17.041	38.096	1.834	147.241	32.252	179.493

FORNTE: MIRAD – DPO, 28/11/1988.

PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO – BRASIL FAMÍLIAS INSTALADAS – 1930/1978 – 1988



ABSTRACT

THE PROCESS OF RURAL COLONIZATION IN CONTEMPORARY BRAZIL

The author collects empirical studies and theoretical discussions in order to define, through the structural recurrence of the occupation of new land, the process of rural colonization based on family labour as a scientific object of study. He discusses its cyclical continuity, social control of space, social production of exclusion, social reproduction of colonizers and concludes by defining it as a complex social process, having a double dimension – of time and space – which puts social forces in conflictive interaction and, thus, produces social relations.

RESUME

LE PROCESSUS DE COLONISATION AGRAIRE AU BRESIL CONTEMPORAIN

L'auteur réunit études empiriques et réflexions théoriques dans l'objectif de définir, à partir de la récurrence structurelle de l'occupation de nouvelles terres, le processus de colonisation agraire basée sur la production familiale en tant qu'objet scientifique. Il considère sa continuité cyclique, le contrôle social de l'espace, la production sociale de l'exclusion, la reproduction sociale des colonisateurs. Concluant, ce processus est considéré complexe, ayant une double dimension – spatiale et temporelle – qui fait interagir les forces sociales en conflit et produit, ainsi, les rapports sociaux.



A "NOBREZA DE ESTADO" E A REVOLUÇÃO FRANCESA

Barbara Freitag

Reflexões sobre o último livro do sociólogo Pierre BOURDIEU, **LA NOBLESSE D'ETAT. Grandes Ecoles et Esprit de Corps**, Editions de Minituit, coll. "Le sens commun" 570 p., lançado em Paris em março de 1989.

Vinagre no vinho do Bicentenário da Revolução

O **Nouvel Observateur** (9-15 Mars 1989/3) fala "de um dos grandes livros dos últimos dez anos" que "promete fazer ruído" e "azedar" o vinho dos festejos do Bicentenário da Revolução Francesa. **Le Monde des Livres** (10.3.1989) dá destaque ao brilhantismo, à engenhosidade e ao rigor de seu autor. Pierre Bourdieu explica: a burguesia francesa de hoje, convertida em "nobreza" por um sistema escolar altamente seletivo e competitivo, encontrou neste sistema seu instrumento ideal de reprodução.

Para os conhecedores da obra de Bourdieu a tese não é nova. Ela já fora enunciada em **Les Héritiers** (1964), reafirmada em **La Reproduction** (1970), consolidada em **La Distinction** (1979) e empiricamente comprovada em **Homo Academicus** (1984). O "ruído" em torno do livro sobre a nova aristocracia francesa não é mero sensacionalismo da indústria cultural parisiense. O livro é efetivamente o coroamento da obra de Bourdieu, a síntese de ampla pesquisa de campo; um marco teórico e metodológico para sociólogos e educadores; uma revelação para estudantes e políticos.

Mesmo assim, os intelectuais e tecnocratas no poder podem saborear tranquilamente o seu "Chateau Neuf du Pape" ou seu "Gewürztraminer" e saudar a Revolução Francesa. Eles devem seus privilégios e a sua legitimidade a essa Revolução. Bourdieu o afirma e o confirma: não se trata de uma **noblesse de robe** mas de uma **noblesse d'école**, não se trata de uma elite leviana e incompetente que herdou gratuitamente o poder, mas de uma elite que conquistou a duras penas sua competência, enfrentando os emaranhados de um sistema escolar exigente, seletivo e classificador. Os novos aristocratas são tecnocratas competentes. A nobreza de escola é filha legítima da Revolução. A revelação de Bourdieu não consegue azedar o vinho. Contudo, seu livro confirma a ambigüidade da própria Revolução que, ao mesmo tempo, realizou as idéias do Iluminismo e traiu seus princípios mais sagrados. As **Grandes Ecoles** não constituem exceção.

Uma revelação

Aos políticos e à sociedade francesa em geral, o livro revela que não são mais os egressos da **rue d'Ulm** e sim os da ENA que controlam o poder na França, produzindo ao mesmo tempo inquietação e satisfação nas elites do poder. A inquietação fica por conta daquelas famílias burguesas, ricas em "capital cultural" que apostaram na Ecole Normale Supérieure (ENS) para a formação intelectual e profissional dos seus filhos. A satisfação está do lado daqueles **parvenus** da burocracia estatal que optaram pela Ecole Nationale d'Administration (ENA).

O que para qualquer francês é o óbvio merece algum esclarecimento para o leitor não-francês.

A Escola Normal Superior (para rapazes), na rue d'Ulm em Paris, foi criada por decreto de 9 brumário, no ano III da Revolução, ou seja em 30.10.1794, para assegurar a formação de professores de nível superior. Sob Napoleão, que restaurou as universidades abolidas com a Revolução, a ENS foi anexada à Universidade de Paris, mantendo contudo sua autonomia financeira. Transformou-se com o tempo no centro, por excelência, da formação da intelectualidade francesa (o próprio Bourdieu formou-se aqui). A ENS forneceu, durante a III e IV República, além dos grandes nomes da ciência, pesquisa e docência, grande parte dos políticos de França, de primeiro escalão. A ENA foi criada em 1945, por iniciativa do governo provisório de Gaulle, para formar os quadros superiores da administração, estando hoje diretamente subordinada ao Primeiro Ministro. Sua vinculação com a universidade é indireta. Esta fornece os candidatos ao concurso externo da ENA, geralmente procedentes do Instituto de Estudos Políticos, integrado à universidade. É portanto, um órgão do Estado que forma os quadros de profissionais de alto escalão do Estado.

A **Noblesse d'Etat** desvenda, essencialmente, a luta pelo poder entre essas **Grandes Ecoles** de França, reafirmando a velha tese das oposições e dos conflitos de interesse existentes em um mesmo campo do poder, no caso o campo intelectual. Quando o texto fala das Escolas ou da Escola com E maiúsculo, ele não se refere nem à escola primária ou secundária, nem ao sistema escolar em geral, mas às instituições de elite, de ensino superior, especializadas em formar os quadros intelectuais e políticos da Nação. Tomando-se como ponto de referência a data de 1789, as duas Escolas em foco podem ser encaradas como "usurpadoras" do poder aristocrático. A ENS (da rue d'Ulm) transformou-se em centro de excelência da burguesia revolucionária que usurpou o poder da aristocracia "**de robe**"; a ENA transformou-se em centro de formação dos quadros administrativos superiores da burguesia estatal do pós-guerra, usurpando o poder dessa nova "aristocracia intelectual". Em ambos os casos, o Estado Republicano cria canais de ascensão e controle, via instituições escolares, no dizer de Bourdieu, "máquinas" de excelência e competência que diferenciam, segregam, mistificam e elitizam, conferindo prestígio e altos salários, assegurando poder e controle.

Um novo clássico da sociologia

O livro de Bourdieu também é uma revelação para os cientistas sociais e

conhecedores do assunto: não tanto pelos resultados obtidos, mas pelo seu processo de produção. Nesse sentido, **La Noblesse d'Etat** é um novo clássico da sociologia, teórica e metodologicamente falando.

Bourdieu mostra, da introdução às conclusões, das notas de pé de página aos anexos, das referências bibliográficas aos questionários, da ilustração empírica à abstração teórica, que ele domina o seu **métier** de sociólogo. E seu trabalho tem um sentido, tem sua razão de ser: elucidar a prática quotidiana na qual se envolvem consciente e inconscientemente os grandes e pequenos intelectuais, tecnocratas e políticos para assegurar-se a melhor fatia do bolo.

Em **La Noblesse d'Etat**, Bourdieu segue as pegadas de dois outros trabalhos: o **Capital** de Marx – e a **Noite Americana** de Truffaut. Como é sabido, Marx reconstruiu em sua estrutura e em seu funcionamento o modo de produção capitalista, recorrendo a todo o material disponível, que permitisse refazer as etapas históricas e lógicas da passagem da produção feudal à produção calcada na maquinaria e grande indústria. Truffaut mostrou o processo de produção de um filme, enquanto trabalho coletivo de inúmeras “celebridades”, entre artistas e técnicos, assistentes e diretores de cinema.

O último livro de Bourdieu produz a transparência das estruturas econômicas e de poder, relacionadas e analisadas a partir do recrutamento de suas lideranças dentro e fora da universidade. Os diferentes campos sociais hierarquizados no eixo vertical em dominantes e dominados, diferenciam-se ainda no eixo horizontal em grupos de interesses opostos que se polarizam e antagonizam. É o caso das **Grandes Ecoles**. Elas fazem parte de um campo de poder onde assumem o topo da hierarquia social. Neste ocorre uma polarização em ENS e ENA, havendo outras **Ecoles** intermediárias (como a Ecole Polytechnique, a Ecole de Hautes Etudes, as Escolas Normais Superiores de Província, etc.).

Bourdieu esclarece sua hipótese inicial: “o espaço das grandes Escolas, na medida em que forma uma estrutura de relações e de oposições, contribui para reproduzir as diferenças no interior daquilo que ordinariamente se chama de ‘a classe dirigente’. Na medida em que estudamos não somente uma, mas o conjunto formado pelas escolas, podemos compreender as funções mais amplas que elas preenchem”. (Nouvel Observateur – 1989/3, p.80).

Para fundamentar essa hipótese o autor de **La Noblesse d'Etat** gastou mais de 20 anos de pesquisa, envolveu colegas (Monique de Saint-Martin, Baudelot outros), entrevistou estudantes e egressos das **Grandes Ecoles**, consultou administradores e estatísticos. Além do estudo detalhado de todas as grandes e pequenas “Ecoles” de Paris e da Província (o estudo da Universidade já fora realizado e publicado à parte em o **Homo Academicus**), investigou centenas de empresas, clubes, Conselhos administrativos públicos e privados. Recorreu a amostras e questionários escritos, entrevistas de profundidade e telefonemas. Consultou enciclopédias e livros, incluiu artigos de jornal, relatórios de empresas. Cruzou dados oficiais com dados sigilosos, como por exemplo os julgamentos de bancas examinadoras, pareceres de teses, saudações elogiosas a colegas, etc. Em suma, incluiu todo o tipo de informação disponível, citando com astúcia até mesmo necrológios, memórias, biografias, denúncias... Longe de perder-se no emaranhado desestruturado e desestruturante desse

material múltiplo e aparentemente desorganizado, Bourdieu consegue dar-lhe forma e coerência. Descobre (literalmente) suas estruturas conscientes e inconscientes, desnuda as funções manifestas e latentes das instituições estudadas. Bourdieu consegue assim o impossível: dar forma coerente aos mecanismos de recrutamento das elites francesas, criando uma totalidade estruturada, transparente. É a própria Tour Eiffel iluminada por dentro, revelando no detalhe exposto aos holofotes a lógica de seu princípio de estruturação.

Bourdieu não segue uma metodologia legalizada pela ciência institucionalizada. Rompe todas as regras, corre todos os riscos, comete todas as infrações, arrisca todas as deslealdades em nome de um princípio maior: produzir e reproduzir em sua estrutura e dinâmica a realidade social criada e assegurada pelas **Grandes Ecoles**: a nova hierarquia que se consolidou depois da Revolução histórica. Bourdieu abre assim seus próprios caminhos, cria, como o fizera Marx, uma nova metodologia de análise e crítica da sociedade contemporânea.

Bourdieu não segue qualquer teoria. Parasita todas, aderindo a nenhuma. Faz empréstimos ao marxismo e à fenomenologia, ao estruturalismo e ao historicismo, ao interacionismo simbólico e à teoria da ação. Rejeita o racionalismo em nome da razão, o subjetivismo em nome do sujeito, o estruturalismo em nome da estrutura. Bourdieu produz sua própria teoria. Aliás, seus leitores habituais reencontrarão os conceitos já familiares de "campos", i.e., espaços sociais estruturados, nos quais o que interessa são as dimensões e as relações da estruturação; "hábitos", i.e., disposições internalizadas para a ação; "esquemas", i.e. estruturas cognitivas de percepção e reconhecimento dos campos e espaços sociais; "capital cultural" e "capital escolar", representações simbólicas mediatizadas pela família e pela escola que facilitam as relações de troca e aumentam o valor de cada um nos respectivos mercados. O leitor reencontrará, mesmo que com menor frequência, as expressões de "violência pedagógica", "ação pedagógica" e outros conceitos, em circulação desde o lançamento, juntamente com Passeron, de **La Reproduction**. Mas enquanto nesse trabalho os conceitos pecavam por um excesso de formalismo e abstração, os mesmos conceitos parecem ganhar vida e concretude na **Neblesse d'Etat**, dando sentido aos dados coletados.

Um guia prático do estudante

O objeto desvendado pressupõe o observador, como o exibicionista, o voyeur. A transparência criada pelo livro de Bourdieu não provocará qualquer terremoto, não derrubará qualquer governo. O livro tampouco azedará o vinho da V República, que se prepara para festejar a Revolução que lhe deu origem. o "**strip tease**" tão brilhantemente encenado por Bourdieu tem como público os seus pares, que o aplaudirão. Só eles sabem avaliar a trajetória percorrida e os sacrifícios realizados para assegurar a publicação das quase 600 páginas de texto. Somente outros sociólogos e cientistas sociais têm o "olho do voyeur" adestrado, para valorizar e sentir prazer com o desempenho do grande cientista. No balanço geral de leitores e não-leitores, de adeptos e opositores do livro, permanecerá o registro: quem quiser fazer carreira na França, terá que cursar a ENA ou algo equivalente. Hoje em dia, o que conta para ascender na escala

social é o capital escolar, que passa a ser a condição necessária, mesmo que não suficiente, de acesso à "**noblesse d'Etat**". Quem quiser ter prestígio, controlar o poder, a economia e os próprios mecanismos de sua reprodução, precisa inscrever-se nos concursos (externos ou internos) da ENA, substituir a carreira de intelectual e pesquisador pela de tecnocrata e administrador. O futuro está na "nobreza de Estado", a nova aristocracia francesa, a casta dos mandarins de França.

"Noblesse de robe" versus "noblesse d'école"

O livro de Bourdieu retoma um velho tema e fortalece as críticas contidas em seus livros anteriores: a escola libertadora é um mito: ela passa a ser o mecanismo central de um modo de reprodução que perpetua as estruturas da desigualdade.

Estruturalmente não há diferença entre o **Ancien Régime** e a **República de Mitterand**.

"A nobreza 'de robe', da qual os tecnocratas contemporâneos são os herdeiros estruturais (e por vezes os próprios descendentes), constitui uma corporação que se criou, criando o Estado"... (S. 543) Os tecnocratas, ou novos mandarins, especificamente os "enarcas" (egressos da ENA), não recebem seus cargos por transmissão hereditária, nem seus títulos por dinheiro (como alguns dos seus antepassados "estruturais"), mas graças à sua inteligência, à sua competência escolar, comprovada pelos títulos conferidos pelo Estado. Por isso, Bourdieu compara a atuação das **Grandes Ecoles** ao ato de auto-coroamento de Napoleão I.

As análises estatísticas e a riqueza de dados revela a "afinidade eletiva" existente entre as profissões exercidas pelos pais e pelos filhos. Conferindo dados estatísticos de várias gerações de egressos das **Grandes Ecoles** e confrontando-os com os dados das origens sócio-econômicas dos atuais estudantes das diferentes escolas de alto nível, Bourdieu encontra a confirmação de uma regra estatística: os filhos de professores e egressos da ENS tendem a ocupar as vagas dessa "Ecole" de maior prestígio social e intelectual; os filhos de dirigentes de empresas (multinacionais, estatais e privadas) que até o período da Segunda Guerra Mundial ocupavam as vagas da **Ecole Polytechnique** e de postos estratégicos da administração estatal optam hoje por duas alternativas: quando se formam na **Polytechnique** tendem a migrar para os comandos das empresas, abandonando o controle estatal aos "enarcas" ou se vêm forçados a deixar a carreira de engenheiros, formando-se como administradores e ingressando nos serviços do Estado, para aqui assumir cargos dirigentes. Os filhos dos burocratas de primeiro e segundo escalão tendem hoje a ocupar as vagas da ENA, assumindo, após sua formatura, automaticamente os cargos dirigentes do governo.

Enquanto se processam essas alterações sutis na cúpula do poder, no campo intelectual e do poder, os filhos de trabalhadores manuais, pequenos comerciantes, agricultores e operários, raramente ascendem às **Grandes Ecoles**. Quando isso acontece, são totalmente cooptados, rompendo as relações com sua classe de origem. As tendências estatísticas comprovam, assim,

que "estruturalmente" falando, nada mudou. Segundo Bourdieu a sociedade francesa do século XX continua sendo "estruturalmente" a mesma do século XVIII.

Cabe examinar mais de perto este "estruturalmente falando". Somando-se, por exemplo, as percentagens dos netos de operários, agricultores e pequenos empregados, que se encontravam matriculados na ENA ou na ENS nos anos da pesquisa (1968/88), o total ultrapassa os 25% no primeiro e 30% no segundo caso. (cf.p.352/3). Ou seja, quase um terço dos "normalistas" e mais de um quarto dos "enarcas" que formam as elites intelectuais e políticas da França de hoje, provêm das classes trabalhadoras do começo do século. Examinando-se os quadros estatísticos mais recentes (cf. tabelas na p.291) as percentagens de filhos de agricultores e operários inscritos na ENA ou ENS se reduzem a 10, no máximo 15%. Esses dados podem ser lidos de duas maneiras: as chances de acesso aos quadros dirigentes diminuíram nos últimos anos. É a leitura feita por Bourdieu. Ou, numa leitura que combine as duas tabelas da origem socio-econômica incluindo pais e avós, verifica-se que houve uma mudança estrutural da sociedade francesa: muitos "enarcas" e "normalistas", cujos avós ainda eram agricultores e operários, têm pais pequenos comerciantes, artesãos, professores e administradores de níveis médios. Houve portanto, uma ascensão social de uma geração para a outra.

Por isso não surpreende que a maioria dos "normalistas" e "enarcas" (entre 50 a 70%) provenham das camadas intermediárias, incluindo professores de escolas primárias e técnicas, artesãos, pequenos comerciantes, burocratas de médio escalão, etc., e que entre 30 e 40% se recrutem entre os filhos de antigos "normalistas" e "enarcas". Bourdieu não dá destaque a outro detalhe importante contido nos dados publicados em seus anexos: o concurso interno da ENA. Trata-se de um canal de ascensão criado pela administração central e que permite aos funcionários de médio escalão se candidatarem (mediante concurso, com cursos preparatórios gratuitos, fornecidos pelos institutos universitários especializados) a cargos do alto escalão. Dos "enarcas" dessa categoria, 26% têm pais (e mais da 40% tem avós paternos e maternos) agricultores, operários ou pequenos empregados.

Diante dos dados fornecidos pelo próprio Bourdieu, fica difícil sustentar a tese de que a estrutura social francesa "praticamente não mudou" nesses últimos 200 anos. Recorrendo-se a outras fontes, como por exemplo o estudo igualmente crítico realizado por Baudelot e Establet (*Le niveau monte*, 1989) delineiam-se mudanças estruturais e qualitativas que não constam da análise de Bourdieu. No estudo mencionado, os autores mostram que houve uma equiparação das chances educacionais de rapazes e moças, especialmente nos últimos 20 anos, incluindo-se todos os níveis da formação escolar. As mulheres francesas, mais que qualquer outra categoria social, souberam beneficiar-se da dimensão emancipatória contida no sistema escolar, concorrendo, hoje, em pé de igualdade com os homens a todos os cargos. Além disso, reduziu-se o desnível da qualidade do ensino entre as escolas parisienses e as escolas de província, apesar de persistirem, até hoje, diferenças sutis entre as escolas, mesmo em Paris. Portanto, houve mudanças estruturais, houve aumento das chances educacionais, houve maiores facilidades de ascensão, criadas pelas es-

colas (vide os cursos preparatórios para os grandes concursos, o concurso interno promovido pela ENA, a participação ativa das mulheres e dos alunos de província nesses concursos, outrora reservados aos "garçons", filhos de pais parisienses). Mas houve também a elitização. Se antigamente ela se legitimava pelo sangue e pela fortuna, hoje ela precisa legitimar-se **também**, ou **pelo menos**, através da competência profissional, calcada no "capital escolar".

A Revolução Francesa sofreu os golpes da Restauração. A burguesia no poder não socializou os meios de produção, não universalizou os princípios da igualdade, fraternidade e justiça social, como era de esperar pela radicalidade original do movimento. Se a sociedade francesa hoje não é tão democrática quanto se poderia esperar a partir dos ideais da Revolução, ela certamente é mais democrática do que a sociedade francesa do **Ancien Régime**. As pequenas e grandes "**Ecoles**" tiveram a sua participação nesse processo: permitiram simultaneamente a democratização e a elitização, pela formação de uma minoria privilegiada da qual os "enarcas" são hoje os representantes mais significativos.

As idéias fora do lugar...

E o que isso tem a ver com a "nossa realidade", com o Brasil? Em que sentido as análises de Bourdieu se aplicam à realidade social e escolar brasileira? Não estariam as suas idéias sobre a reprodução das estruturas fora da França, "fora do lugar"?

Bourdieu não é um desconhecido para os sociólogos e educadores brasileiros. A sua obra foi brilhantemente introduzida e divulgada por Sérgio Miceli (1974) e Renato Ortiz (1983) e usada para inúmeras análises do campo educacional e científico. Seu livro **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino** (em co-autoria com Passeron) formou gerações de educadores brasileiros e seu **Le Métier de Sociologue** (escrito com Chamboredon e Passeron) virou leitura obrigatória dos cursos de sociologia. Qual a "abertura" que o novo livro de Bourdieu pode dar ao leitor brasileiro?

Como procurei mostrar, o livro fornece um quadro detalhado das estruturas e dos mecanismos de recrutamento das elites francesas contemporâneas. Todo leitor interessado na França terá enorme proveito em lê-lo. O livro é ainda uma lição de sociologia e metodologia científica. Sua leitura atenta dispensará os melhores cursos de pós-graduação dentro e fora do país. Será, sem dúvida, um dos novos "clássicos" da sociologia. Mas justamente por isso, cabe um alerta ao leitor desprevenido.

Assim como o "modo de produção capitalista", analisado por Marx, se calcava na realidade histórica da Inglaterra do século XIX, e a "burocracia racional", descrita por Weber, tinha como modelo o Estado prussiano da virada do século, a "nobreza de Estado" tem seus fundamentos na história da sociedade francesa, na Revolução de 1789 e na V República de Mitterand.

Ao transpor o seu esquema de análise irrefletidamente para o Brasil, como freqüentemente tem acontecido, deturpa-se a realidade, mistifica-se aquilo que se pretendia desvendar. Na pior das hipóteses, reproduz-se, de forma banal, a tese da reprodução.

A crítica feroz de Bourdieu contra a "competência" dos intelectuais e tecnocratas, coroados com os mais altos títulos do mundo acadêmico, e que hoje controlam o governo e os ministérios franceses, perde entre nós todo sentido. Se no Brasil o recrutamento dos altos funcionários do governo, assessores de ministros, diretores dos bancos nacionais e das empresas estatais funcionasse segundo os mecanismos da competência escolar e profissional, respeitando carreiras regulamentadas e asseguradas pelo Estado, como é o caso na França de hoje, não teríamos testemunhado os recentes escândalos do "emprego" de familiares e amigos na burocracia estatal brasileira.

Se as instituições de ensino superior (IES) tivessem o prestígio e a seriedade das **Grandes Ecoles**, se as carreiras públicas fossem estruturadas e vinculadas às instituições formadoras dos seus quadros, se os salários correspondessem efetivamente aos níveis de competência como Bourdieu mostra com seus diagramas eloqüentes, se... não estaríamos no Brasil, não estaríamos falando da sociedade brasileira contemporânea.

Se a análise de Bourdieu pode ser válida (e isso com restrições) para a sociedade francesa, ela não se aplica ao Brasil. Isso não quer dizer que não possamos fazer uma análise à la Bourdieu das nossas IES, dos mecanismos de distribuição de bolsas de estudos, da maneira como os recursos de pesquisa são canalizados para instituições dentro e fora da universidade, da polarização do campo científico, etc. Bourdieu estudou as **Grandes Ecoles** como os antropólogos estudam povos isolados, de preferência em ilhas, relacionando os seus estudos etnográficos ao campo social global. Com isso Bourdieu deu um belo exemplo a pesquisadores e estudiosos: há muita "ilha" no Brasil a ser descoberta e analisada, muito estudo etnográfico sério a ser feito. Desde o jardim de infância da esquina à escola de bairro, do ginásio particular ao segundo grau público, das faculdades isoladas às universidades estatais, sem falar das grandes siglas: CAPES, CNPq, FINEP, etc., há "ilhas" por todo lado, especificamente brasileiras, verdadeira produção nacional. Cabe aos antropólogos e sociólogos brasileiros estudá-las com a mesma seriedade e integridade de Bourdieu.

Para que as idéias fiquem no lugar que lhes cabe, não se pode simplesmente "importar" e "reproduzir", é preciso converter a moeda ao câmbio local: pesquisar com habilidade e competência de Bourdieu as Instituições de Ensino Superior brasileiras, em seu próprio "campo de poder".

Ao competente, os louros. Bourdieu soube colhê-los na França com **La Noblesse d'État**.

BIBLIOGRAFIA

- BAUDELLOT, Christian & ESTABLET, Roger. **Le Niveau Monte**. Réfutation d'une vieille idée concernant la prétendue décadence de nos écoles. Éditions du Seuil, Paris: 1989.
- BIRNBAUM, Pierre. **Les Sommets de l'État. Essai sur l'élite du pouvoir de l'État**. Éditions du Seuil, Paris: 1980.

- BOURDIEU, Pierre. **Les Héritiers. Les Étudiants et la Culture.** Les Editions de Minuit, Paris: 1964.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude & PASSERON, Jean Claude. **Le Métier de Sociologue.** École de Hautes Études en Sciences Sociales & Mouton Éditeur, Paris: 1986.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **La Reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement.** Les Editions de Minuit, Paris: 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **La Distinction. Critique sociale du Jugement.** Les Editions de Minuit & Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Paris; 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus.** les Éditions de Minuit, Paris: 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'État. Grandes Écoles et Esprit de Corps.** les Editions de Minuit, Paris. 1989.
- MANDARIN, Jacques. **L'Énarchie ou les Mandarins de la Société Bourgeoise.** La Table Ronde, Paris: 1986, 1980.
- MICELI, Sérgio. "A força do sentido". Introdução à edição brasileira de BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas,** Editora Perspectiva, São Paulo: 1974.
- LE MONDE DES LIVRES de 10.3.1989: "Les nouveaux aristocrates" de Thomas Ferenczi, pgs. 15 e 18.
- LE MONDE DE L'ÉDUCATION – Mars 1989, Enquête: "La nouvelle jeunesse des Écoles Normales Supérieures" pgs. 68-86.
- LE NOUVEL OBSERVATEUR de 9-15 de março de 1989. Notre Époque: Un entretien avec Pierre Bourdieu – "Le pouvoir n'est plus Rue d'Ulm mais à l'ENA", pgs. 80-83.
- ORTIZ, Renato (org.). Introdução a **Pierre Bourdieu.** Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 39, Editora Ática, São Paulo: 1983.

MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino pago: um retrato sem retoques**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1988.

O livro de Carlos Benedito Martins ocupa lugar de destaque em nossa produção sociológica na área do ensino, particularmente no que diz respeito à análise do segmento superior privado e da lógica de sua expansão após 1964. Com muita precisão Florestan Fernandes o qualifica, ao prefaciar a 2ª edição, em 1988: "É um documento histórico, no sentido de que os sociólogos também elaboram os testemunhos de sua época", e lembra, "cada civilização perpetua-se ou deixa rastros de sua existência por certas formas de testemunhos históricos". É isso mesmo. **Ensino pago: um retrato sem retoques** é um contundente documento histórico, tanto pela vasta pesquisa de campo realizada – nele os fatos são o que fala mais alto – quanto por sua densidade analítica.

Li o livro quando esboçava meu projeto de doutorado e tencionava desenvolver a tese sobre o processo de privatização da educação. Naquele momento, ele contribuiu muito para minhas reflexões sobre o processo de expansão do ensino superior no país, no período estudado. Eu trabalhava com a suposição de que a expansão não resultara de um prévio planejamento do sistema de ensino, condizente com as necessidades do desenvolvimento econômico e social do país e de sua modernização, mas se deveria sobretudo a fatores conjunturais como a pressão crescente por mais vagas nas universidades públicas e o problema insolúvel dos excedentes. A minha hipótese era de que, se a expansão teria vindo basicamente como resposta a esses problemas imediatos, e forma adotada, a da privatização, não era conjuntural, antes consolidava uma tendência já preponderante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961. Dessa forma, a expansão do ensino superior pela via de privatização, ao mesmo tempo que contrariava em seu conteúdo as reivindicações de professores e estudantes por uma reforma universitária e por mais vagas e mais verbas no ensino público, atendia aos anseios de uma tendência vitoriosa na LDB – o setor privado – e a uma demanda reprimida. Portanto, se no início da década de sessenta não havia um projeto definido do governo para a expansão do sistema de ensino superior, quando esta vier a se fazer necessária, ocorrerá de acordo com uma política de privatização preestabelecida. Vale salientar que essa política diferirá das propostas dos acordos MEC-USAID em voga, que previam, fundamentalmente, a privatização do segmento público. A associação da privatização com o espírito da LDB não foi objeto de reflexão do autor, o que discutirei ao final.

Relendo o livro, hoje, além de retomar minhas suposições de uma expansão imprevista mas coerente com as disposições legais, convenço-me mais ainda da importância de estudos como estes, que datam acontecimentos e

descrevem situações específicas e bem documentadas. A obra tem o poder de resgatar a forma perversa pela qual se deu a expansão do ensino superior no país, muitas vezes esquecida ou mesmo silenciada em função de ideologizações que procuram responsabilizar o ensino público pela situação de injustiça social criada por aquela própria expansão – os alunos que podem pagar estão na escola pública e os que não podem, na escola particular. Enfim, tudo se apresenta como se essa deformação não tivesse sido provocada pelo tipo de expansão adotada. Na realidade, essas interpretações, em geral originadas dentro do aparelho do Estado e do próprio setor privado, ainda não totalmente satisfeitos com o espaço ocupado pela escola privada, visam a reforçar exatamente a concepção da privatização também da escola pública.

A análise de Carlos Benedito Martins privilegia um aspecto importante da expansão privatizante, que é a sua relação com a reprodução da ideologia dominante. Para ele, “destacar nesta privatização apenas o seu caráter mercantil, deixando de indagar as funções ideológicas desempenhadas por esta rede privada – por exemplo, a forma pela qual ela organiza a transmissão do saber, que tipo de saber é divulgado no seu interior, como estas instituições relacionam-se com um novo modelo educacional adotado pelo Estado pós-64 – é deixar de colocar questões pertinentes sobre o ensino superior privado” (p. 38).

Partindo da suposição de que “dentro do campo pedagógico as diferentes instituições públicas ou privadas que concorreram para a ampliação deste campo possuem propriedades específicas derivadas do recrutamento social e escolar do público a que se destinam, da pedagogia que praticam, do prestígio dos seus docentes no campo acadêmico, das carreiras a que estas instituições dão acesso, etc.” (p. 38), o autor opta por focalizar o estudo em uma das instituições particulares, as Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), criadas em 1976, por vários fatores: pelo crescimento dessa instituição, pela composição de seu público discente, pelas formas de controle exercido sobre o trabalho do professor, pelas relações que estabelecem com a “revolução” de 64.

Na construção do referencial teórico ele se embasa em análises que tratam da formação da consciência e da produção de uma cultura de massa, trabalhando mais especificamente com os conceitos de produção erudita e de indústria cultural, na forma como foram confrontados por Bourdieu, ao estudar a produção dos bens simbólicos.

A produção erudita, nesse escopo, opera segundo regras e procedimentos propriamente culturais. Destina seus produtos culturais a um público potencialmente produtor destes bens, em oposição ao campo da indústria cultural, cujos bens são lançados a um grande público de consumidores, vale dizer, de não-produtores. Ao contrário da indústria cultural, que procura a conquista do maior mercado possível, o campo da produção erudita tende a produzir, ele mesmo, suas normas de funcionamento e os critérios de avaliação de seus produtos. A indústria cultural, por fim, constitui um sistema de produção de bens simbólicos, dominado pela procura de rentabilidade dos investimentos e, por conseqüência, estrutura-se na busca de extensão máxima de público.

Martins se baseia nesses conceitos no exame da expansão do ensino superior no país, que criou duas redes distintas de ensino, a pública e a privada. Tais redes corresponderiam na produção do mercado de bens simbólicos aos

dois tipos de produção cultural: a cultura erudita e a indústria cultural. A instituição de ensino superior privada, criada no final da década de sessenta, se caracterizaria por ser uma indústria cultural, não produtora mas reprodutora do conhecimento, enquanto a universidade pública continuaria a se pautar pela produção erudita.

Em um outro momento da investigação, para explicar a ordem e a disciplina existentes nesse tipo de instituição privada, o autor recorre à análise feita por Foucault sobre o poder disciplinar da escola. O produto final das FMU é uma inteligência disciplinada, um aluno aplicado às tarefas escolares, porém despolitizado e um professor desmobilizado.

Fundamentando as propostas, uma vastíssima pesquisa de campo é realizada na instituição. Além da aplicação de questionário aos professores, alunos, diretores de faculdade e chefes de departamento, são realizadas numerosas entrevistas com esses mesmos agentes e colhidos depoimentos de funcionários. O autor consulta ainda documentos e resoluções da escola, pareceres do Conselho Federal de Educação, depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Ensino Superior e jornais. As diversas fontes retratam em detalhes o momento político de criação da instituição, seus objetivos e o seu desenvolvimento como grande empresa de ensino.

Através dessas fontes, o livro mostra que instituição é a FMU, que tipo de clientela possui e que conhecimento reproduz. Para ilustrar, e mais do que isso incentivar e sugerir sua leitura, passo a destacar alguns depoimentos que revelam as teses centrais do autor sobre a instituição privada como reprodutora de capital econômico, de capital cultural e da ideologia repressiva dominante.

Embora tenham sido regulamentadas como "instituições sem fins lucrativos", as escolas de ensino superior privadas burlam a lei e se organizam como empresas capitalistas. Um docente que acompanhou a fundação das FMU diz o seguinte: "Como a instituição não pode ter fins lucrativos, tem-se que encontrar uma fórmula de ganhar dinheiro. Fizemos um sistema que hoje é adotado por quase todas as instituições de cursos superiores particulares. Forma-se uma outra associação que administra a faculdade. Esta sim, pode ter fins lucrativos". (p. 106)

O caráter financeiro da escola é confirmado em outros depoimentos de professores, como o de um que avalia o ensino da instituição: "O ensino superior deveria formar um profissional crítico de sua própria profissão e consequentemente da realidade brasileira na qual ele atuará. No entanto, não é este o objetivo da faculdade, uma vez que esta organização visa a obter lucro através de uma empresa educacional. Isto não permite condições para o professor realizar pesquisa, atender mais individualmente os alunos" (p. 165).

Alguns alunos estabelecem de forma explícita o nexo entre a qualidade do ensino e sua mercantilização, exprimindo de forma clara as condições objetivas às quais estão submetidos, conforme se pode perceber nesta afirmação: "Minha aprendizagem está longe da expectativa que eu tinha. Está provado que a escola no Brasil não consegue concatenar as duas coisas, isto é, lucro e alto nível de ensino. Infelizmente, a nossa escola só pensa no primeiro caso" (p. 143).

Como indústria cultural, a instituição reprodutora de conhecimento deve

atingir a um público consumidor o mais amplo. As salas de aulas das FMU comportam de 80 a 100 alunos, as aulas são expositivas e o ensino é voltado para as necessidades do mercado. A passagem desta entrevista com um professor revela o tipo de ensino ministrado: "As FMU devem estar nitidamente voltadas para as necessidades do mercado de trabalho. As universidades públicas devem ficar com a responsabilidade de preparar os estudiosos e pesquisadores para o desenvolvimento tanto de áreas específicas como para suprir a necessidade das demais instituições de ensino superior" (p. 138).

Esse caráter pragmático e dirigido do ensino é confirmado por um outro depoimento de professor: "O aluno daqui quer que a gente dê receitas, todas as dicas, assuma o papel de autoridade. Espera que o professor tenha a varinha de condão que vá fazê-lo aprender o conhecimento, joga toda responsabilidade para o professor" (p. 133).

Algumas disciplinas que poderiam divulgar um conhecimento mais crítico e indagador da realidade não cumprem esse papel. Um aluno de economia comentando o ensino de sociologia que recebeu na instituição afirma: "O estudo era feito sobre a sociedade norte-americana. A gente ficava um pouco embananado. A princípio estava meio confuso. Nós tínhamos um texto base, do Ely Chynoy, que era por nós chamado de 'o tijolão'. A gente tinha que ler aquilo e enquadrar a sociedade brasileira dentro da americana, mas no final foi tudo muito proveitoso" (p. 137).

O poder disciplinador da escola manifesta-se em todos os seus atos e intenções. São as afinidades ideológicas que prevalecem como critério de seleção e recrutamento de professores. Um docente que ocupou cargo de direção nesta instituição, na época de sua fundação, depõe: "Quem não estivesse dentro da nossa linha não tinha lugar aqui, pois esta era um instituição dentro do regime atual. Não atraíamos professores contestatórios. Nós dizíamos que aqui não era o lugar deles. Quem não estivesse de acordo com essa linha não nos servia" (p. 101).

Os critérios para a escolha de professores eram estendidos aos alunos, como transparece na fala de um dos diretores: "Todo aluno que não estiver satisfeito ou que não vestir a camisa da escola pode pedir transferência para outro estabelecimento. A direção tem o direito estatutário de só aceitar o aluno que quiser, reafirmando que os descontentes devem deixar a instituição" (p. 145).

Os funcionários, ao que tudo indica, contribuem para o clima de repressão existente na escola. Uma secretária de uma das faculdades diz: "Eu quando vejo um cartaz que não é autorizado pela escola eu tiro. Quando vejo que é um aviso de interesse dos alunos, anunciando estágio, shows, eu deixo. Cartazes que levam à agitação dos alunos eu arranco. A direção da escola nunca pediu para fazer isto, mas eu faço porque odeio agitações" (p. 143).

O controle sobre o conhecimento reproduzido na escola é realizado pelos alunos representantes de turma, que mantêm reuniões secretas com a direção da escola, pelos bedéis que registram os horários de entrada e saída dos professores e por outros mecanismos de vigilância, declarados ou não, como a suspeita dos professores quanto à gravação de suas aulas. Um professor afirma sobre isso: "Existe uma aparelhagem de som na faculdade em que leciono, com capacidade de emissão e recepção. Correm muitas lendas, alguns falam

que as aulas são gravadas, outros acham que não o são... O que existe é uma grande dúvida" (p. 166).

Localizada a importância do livro de Carlos Benedito Martins na historiografia do ensino superior brasileiro, teria dois destaques a fazer, que não mereceram maior atenção do autor e que julgo fundamentais na análise sobre a privatização da nossa educação. O primeiro deles, já sugerido na introdução e salientado no prefácio de Florestan Fernandes, é que faltou ao autor incorporar à sua análise a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em fins de 1961, que foi o ponto de partida da privatização nos anos seguintes. A expansão do ensino superior pode até ter sido conjuntural, ocorrendo em função dos problemas imediatos, mas a forma que ela assumiu, obedecendo a uma tendência consignada na LDB, de privatização da educação, não pode ser assim analisada. Essa tendência favoreceu duas concepções de ensino que se opunham à expansão do ensino público, a concepção pedagógica antirepublicana e contralaicista da igreja católica e a concepção do ensino lucrativo, na qual a escola se vê convertida em empresa, fonte de lucro. São essas concepções que encontram abrigo no aparelho do Estado autoritário e são favorecidas com a expansão.

O segundo destaque refere-se ao tratamento dado aos conceitos de escola pública e privada, sem problematizar a discussão que existe em torno do tema. O autor adota a distinção feita por Lufs Pereira, que define como instituição privada apenas aquela que se organiza como empresa capitalista e se rege pela lógica do capital. As FMU seriam um caso típico dessas empresas. As instituições de ensino católicas ou confessionais, por não se organizarem de acordo com a lógica capitalista e aplicarem suas receitas somente na manutenção e reprodução do ensino, seriam consideradas instituições públicas.

Por certo, sabemos que as questões envolvidas numa conceituação de escola pública ou privada não se acomodam naturalmente nessa classificação. As categorias público e privado têm uma dimensão social mais ampla, que não se esgota na questão educacional ou nem em suas particularidades. De acordo com essa dimensão, o público se opõe ao privado não somente por uma função econômica mas principalmente por não pertencer nem poder ser apropriado por nenhum indivíduo ou grupo particular. Não se pode perder de vista, por conseguinte, ao se abordar a questão na área de educação, o fator histórico de que, no conflito ensino público-ensino privado, as escolas confessionais, que pertencem a grupos religiosos específicos, tenham sempre se organizado em torno dos interesses da escola privada, mesmo quando o seu discurso se diferencia destas. E foi assim na Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

Concluo reforçando a atualidade das questões enfocadas por Carlos B. Martins. As discussões no momento evoluem, afastando-se muitas vezes de um referencial empírico. Quando isso ocorre, ainda bem que podemos contar com livros como este "Ensino Pago: um Retrato..."; documenta um período significativo da nossa história da educação e foi à raiz do problema, reconstituindo os parâmetros de realidade que informam as reflexões produtivas.

Maria Francisca Sales Pinheiro
Departamento de Sociologia/UnB

DUARTE, Elizabeth Machado – Reforma Agrária: Entraves Políticos e administrativos

Embora versando sobre conteúdo já tratado por outros especialistas, este trabalho traz contribuições inovadoras. Tem o mérito de:

a) – proceder a uma síntese dos fatos históricos recentes mostrando como a reforma agrária de objeto prioritário da política governamental da Nova República, em sua fase inicial, se transformou em seu problema nº 1 para, finalmente, se constituir, no período atual, em matéria desprovida de importância política no âmbito governamental, "solucionada" pelo próprio esvaziamento político de seu conteúdo, num claro favorecimento dos interesses contrários à sua efetivação. "Do ponto de vista das elites agrárias, a existência de um Ministério responsável pela realização da reforma agrária é inócuo enquanto ameaça ao exercício do seu poder, na medida em que mantenham o controle do seu (não) funcionamento, através das ligações estabelecidas em seu interior", como afirma Elizabeth Duarte em sua análise.

b) – desenvolver um estudo analítico e crítico dos obstáculos que se interpuseram à concretização da reforma agrária do governo Sarney. Ao detectar a natureza política e administrativa destes obstáculos a autora ressalta, ao mesmo tempo, que embora haja uma determinação recíproca entre os níveis político e administrativo, é sobretudo no nível político que deve ser buscada a origem dos entraves administrativos.

O desenvolvimento da argumentação, e portanto a explicação sociológica a que o estudo se propõe, evidencia que é precisamente no jogo de forças sócio-políticas existentes na sociedade, no período considerado, que se encontram as razões centrais para a compreensão dos rumos sombrios tomados pela política de reforma agrária. A partir daí a análise identifica os grandes blocos que se colocam respectivamente pró e contra a concretização da reforma agrária. Assinala, no interior de cada um destes grandes grupos, as classes e frações de classe que participam do jogo político, mostrando seu potencial maior ou menor de organização, seus canais institucionais de mobilização e os movimentos que surgiram paralelamente à organização formal, tanto dos grupos dominantes (que buscam e têm conseguido inviabilizar a reforma agrária) quanto da classe trabalhadora rural.

Sob esse aspecto, merece destaque a reflexão desenvolvida sobre as formas de organização das classes dominantes e da classe trabalhadora rural.

No tocante às primeiras o estudo identifica as principais posições existentes no interior dos grupos dominantes em relação à questão agrária em geral, e à reforma agrária em particular, a partir da análise das entidades de classe patronais e dos grupos que estes representam: Confederação Nacional da Agricultura – CNA; Sociedade Rural Brasileira – SRB; e Sociedade Nacional da Agricultura – SNA; e a União Democrática Ruralista – UDR, esta última criada paralelamente ao sindicalismo patronal existente e refletindo, de uma certa forma, a crise de legitimidade deste sindicalismo. A análise ressalta também as articulações entre estas diferentes entidades no sentido de minimizar suas diferenças internas e apresentar-se como um grupo coeso, sempre que se trate da definição de questões prioritárias e da defesa dos interesses gerais desses di-

versos grupos, quais sejam os referentes à preservação da estrutura fundiária vigente.

Exemplos desta unidade e coesão são as posições assumidas quando da apresentação da "Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária" pelo Mirad, e as estratégias de atuação que caracterizam estes grupos em todo o período de vigência da Assembléia Nacional Constituinte. Tanto em um como em outro momento, a agilidade na organização e a coesão em torno da questão central da "intocabilidade da estrutura fundiária" foram fundamentais para garantir a vitória destes grupos conservadores face às posições progressistas.

Em contrapartida, a análise das posições da classe trabalhadora e ou dos grupos organicamente vinculados a ela, mostrou como, por um lado, a impossibilidade de remeter para o futuro a resolução ou superação das divisões e diferenças de natureza ideológica, e por outro, a efetiva heterogeneidade da classe trabalhadora rural, reproduzida no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, traduziram-se, na prática, em fatores dificultadores da atuação dos trabalhadores rurais, naqueles momentos cruciais em que esteve em jogo a possibilidade de uma transformação efetiva da estrutura fundiária predominante no país. Por exemplo: o significado e alcance do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais "deveria ser capaz de exercer pressões concretas sobre as ações de um governo que tenha pretensões de ser democrático. No entanto, a atuação do M.S.T.R. não foi suficiente para reverter a tendência verificada dentro do bloco no poder da chamada Nova República, que encaminhou as questões relativas à reforma agrária de forma contrária aos interesses dos trabalhadores rurais", conforme assinala com propriedade a autora: É ainda no contexto das dificuldades de unidade do M.S.T.R. que é caracterizado e analisado o M.S.T. considerado como uma dissidência política e ideológica do primeiro e como uma estrutura paralela a do movimento sindical, apesar de tentativas feitas no sentido de reverter esta situação. São analisadas tanto as divergências quanto os pontos de contato entre as duas entidades, no tocante aos objetivos mesmos dos movimentos e às suas estratégias de ação.

Sintetizando, é através da análise cuidadosa e fundamentada que a autora enfatiza como as classes e frações de classe interessadas na manutenção da atual estrutura fundiária têm conseguido, através de mecanismos vários (que vão do **lobby** à organização de milícias para-militares, entre outros) obter sucesso no seu objetivo de definir e controlar a formulação da política agrária, impedindo ao mesmo tempo a participação das classes ou frações de classes dominadas, no processo de tomada de decisão.

Para chegar à explicação de como os entraves de natureza administrativa sofrem determinações políticas, o estudo faz uma descrição da criação, desenvolvimento, transformação, fusão, extinção etc. dos principais órgãos públicos responsáveis pela formulação, implementação ou execução da reforma agrária, centrando a análise sobretudo no Mirad e no INCRA, bem como nos dispositivos legais que deram (ou deveriam dar) respaldo legal à atuação destes órgãos. Fica evidenciado como o jogo de forças predominante no nível mais geral da sociedade reproduz-se no interior mesmo destes organismos, mostrando como também aí a balança se desequilibra em favor das forças contrárias à reforma agrária, convertendo, inúmeras vezes, os próprios órgãos do aparelho

estatal encarregados da implementação da reforma, nos responsáveis pela sua obstaculização.

O tema desenvolvido neste estudo é duplamente atual. Em primeiro lugar pelo fato mesmo de que o objeto da análise, a reforma agrária, não foi ainda equacionado. Se a relação de forças predominante se mostrou, ainda desta vez, desfavorável à implantação de reforma, isto pode apenas ser sintoma de que novamente foram derrotadas as forças políticas que lutaram pela sua concretização. De modo algum é sinônimo de sua superação como questão política ou como alternativa econômica. E as duas ordens de problema estão, na verdade, estreitamente vinculadas: Tratar a questão da reforma agrária como de natureza estritamente política pode ser sinônimo de transformá-la em mero item de política social de cunho assistencialista, que consideraria "atingidos" seus objetivos se chegasse a constituir um setor de subsistência que, embora não contribuindo produtivamente para a economia, viabilizaria estratégias de neutralização dos conflitos e tensões do campo.

Por outro lado, considerá-la, como questão tipicamente ou prioritamente econômica é correr o risco do economicismo que vincularia, simplesmente, os objetivos da reforma agrária aos interesses do capitalismo como um todo. Considero que a viabilidade econômica da reforma agrária é algo que não precisa mais ser demonstrado; entretanto sua concretização tem necessariamente que passar por uma democratização do uso da terra que não só constitua o trabalhador rural em produtor senão que o constitua igualmente em cidadão.

No sentido de contribuir para o esclarecimento e a análise dos problemas rurais no Brasil de hoje e para a compreensão tanto da lógica de funcionamento dos organismos governamentais que atuam na área rural, como de seus processos de tomada de decisão (af abrangendo as formas e possibilidades de inclusão e/ou exclusão de camadas, classes ou frações de classe nestes processos), o presente estudo é não só atual como de grande utilidade.

O 2º aspecto que testemunha a atualidade da análise desenvolvida, diz respeito ao destino atual do Mirad, principal organismo responsável pela implementação da reforma agrária. O processo de extinção que envolveu este ministério torna o estudo de Elizabeth Duarte um documento histórico de importância considerável, por ser um registro sistemático, documentado e analisado do processo de esvaziamento do Mirad, decorrente, sobretudo, de determinadas relações orgânicas estabelecidas entre as classes dominantes e o Estado, e de determinadas formas de dominação destas classes, mediadas pelo controle do aparelho de Estado, como fica evidenciado na argumentação desenvolvida pela autora.

Se, em termos cronológicos, o estudo tem abrangência relativamente pequena — concentra-se no período de 85 a 88 — em termos históricos este é um período crucial para os que se interessam pela compreensão e análise do significado da reforma agrária na Nova República e dos grupos direta ou indiretamente envolvidos no debate e no processo mesmo de viabilização/inviabilização da reforma agrária, processo este que num certo sentido, poderia corresponder ao nascimento/morte do Mirad.

Neste sentido o estudo, além do interesse imediato que deverá despertar nos estudiosos da questão agrária (por exemplo alunos, professores e pesqui-

sadores da área de Sociologia Rural) deverá igualmente despertar o interesse de um público mais abrangente, como o de estudiosos das áreas de sociologia política, políticas públicas ou das questões relativas às relações Estado/Sociedade.

Maria Stela Grossi Porto
Departamento de Sociologia/UnB

TEIXEIRA, João Gabriel – Os Metalúrgicos de Salvador – Um Estudo de Ideologia Operária. Ed. UnB, Brasília, 1989.

Este trabalho de João Gabriel L. C. Teixeira constitui uma nova versão, em português, da tese defendida pelo autor na Universidade de Sussex, Inglaterra (junho/84) com vistas à obtenção do grau de doutor. Ainda nesta versão foram suprimidas algumas tabelas e notas explicativas com a intenção de facilitar a leitura do texto procurando, assim, atingir um público mais amplo do que apenas aquele circunscrito ao âmbito da academia.

A questão levantada pelo autor, no início do trabalho, foi influenciada pela realidade no local da pesquisa. Ou seja, dado o fenômeno recente da industrialização em área reconhecidamente pobre na Bahia, tratava-se de investigar, especificamente, a questão da aparente conformação da mão-de-obra operária, naquela região, às exigências do setor industrial. O estudo foi realizado a partir de dois casos concretos, duas indústrias multinacionais do setor metalúrgico do Centro Industrial de Aratu – Região Metropolitana de Salvador, (BA).

O fenômeno da industrialização do estado da Bahia, por ser recente do ponto de vista histórico, não tinha ainda suscitado trabalhos empíricos detalhados sobre a realidade da região. Os trabalhos de síntese histórica não são minimizados no seu valor, porém, aqueles são inatingíveis sem o paciente e metuculoso estudo dos casos concretos, a exemplo deste trabalho, que, por sua vez, não perde de vista o processo histórico mais geral.

O estudo de caso de tipo exploratório, tal como é realizado aqui, permite a visualização do problema (ideologia operária) de uma variedade de ângulos. Desse modo, interessa não só a ideologia que permeia os discursos dos operários como também as formas de resistência aos mecanismos ideológicos (internos e externos à fábrica) e, por fim, mas talvez a mais importante contribuição do trabalho, as expressões concretas de consciência de classe apresentadas pelos operários – e suas conseqüências políticas possíveis.

Não houve a preocupação de dar uma configuração teórica rígida, segundo o próprio autor nos informa, antes do trabalho de campo. Os conceitos e categorias foram emergindo ao longo da pesquisa e depois de a coleta de dados ter sido completada. O trabalho ainda dialoga durante seu percurso especialmente com outros dois trabalhos, também realizados na Inglaterra, sobre a classe operária brasileira de onde são tiradas sugestões e caminhos para o estudo desta tendo em vista suas peculiaridades de formação. Um deles é o de J. Humphrey sobre o desenvolvimento do sindicalismo entre operários da indústria automobilística da grande São Paulo e o outro é o de B. Sorj sobre o processo

de formação ideológica dos operários de uma usina siderúrgica de Minas Gerais.

O esquema teórico utilizado no trabalho se nutre de algumas idéias de W. Reich sobre consciência de classe publicadas num ensaio polêmico de 1934. A contribuição principal de Reich reside na operacionalização do conceito de consciência de classe possibilitando a identificação de elementos concretos desta no cotidiano dos trabalhadores facilitando, desse modo, a pesquisa empírica. Por outro lado, há – ainda segundo Reich – dois tipos de consciência de classe: a da liderança e aquela da massa. O papel da liderança é identificar os elementos “tradicionais” (ideológicos) na consciência da massa e levar a “harmonizar” sua própria consciência com aquela e vice-versa.

Assim, conseqüentemente, no presente estudo, o papel da liderança de tipo sindical é muito valorizado. Isso não quer dizer que a massa trabalhadora não possui consciência – e isso os resultados do trabalho, como veremos, demonstram que não é de todo verdade –; existe, isto sim, misturada a expressões de conformismo, um forte desejo de participação em ações coletivas visando seus próprios interesses de classe.

A pluralidade de ângulos buscada pelo autor pode ser percebida pela diversidade das questões colocadas. O objetivo mais geral do trabalho é tentar montar, ao final, um “quadro composto” da ideologia dos trabalhadores das duas fábricas. A obtenção do quadro justifica-se pela coleta e cruzamento de informações que se completam e/ou verificam-se mutuamente.

Ao todo são enfocados seis aspectos – tendo em vista seis “questões substantivas”:

1. Com relação ao “background” foi constatado na pesquisa que os operários tinham, de maneira geral, grandes responsabilidades no que dizia respeito à manutenção de suas famílias, aquisição da casa própria (que parece como uma de suas principais preocupações), educação para os filhos, etc.

O “background” demonstrou exercer uma forte influência sobre as disposições ideológicas dos operários. Dada a situação objetiva de muitos deles no papel de arrimo de família e, portanto, com grande carga de responsabilidades, tudo isso, certamente, facilitava o desenvolvimento de atitudes servis e conformistas. O emprego, observado por este aspecto, passa a ser encarado como um importante fator de estabilidade e segurança sendo, assim, muito valorizado pelos trabalhadores.

2. Através do exame dos sistemas de emprego em ambas as fábricas (condições reais de emprego) – práticas de recrutamento, oportunidades de promoção, escalas salariais, perspectivas de estabilidade – foi notada a existência de eficiente mecanismo de controle ideológico interno e externo às fábricas. Seu funcionamento se inicia já antes da entrada na fábrica, na seleção dos candidatos – que é geralmente realizada através de indicações de amigos ou parentes –, e ainda, nas perspectivas de estabilidade oferecidas – já empregados – se tomarmos como referência o contexto das fábricas onde os operários estudados ocupam um lugar “privilegiado” com relação a trabalhadores de outras fábricas da mesma região. Em geral tudo isso atua, de um modo ou de outro, como “freio” ideológico para os interesses de classe dos trabalhadores.

3. No tocante às aspirações dos operários (a médio e longo prazos) hou-

ve poucas demonstrações de conformação à situação em que eles se encontravam, contrariando as aparentes disposições de ajustamento apresentadas anteriormente. Aqui, quando perguntados sobre seus planos futuros, raramente incluíam, entre estes, uma perspectiva de continuidade no trabalho fabril. Novamente suas preocupações principais estavam relacionadas à aquisição de casa própria e uma educação melhor, seja para eles próprios ou para seus filhos. Poucos demonstraram o desejo de que seus filhos prosseguissem na mesma carreira que eles, preferindo as profissões consideradas mais "nobres". A questão da segurança foi colocada pelos operários num plano especial de importância da qual outros aspectos são vistos como mera conseqüência lógica. Suas avaliações, de modo geral, eram realistas; especialmente aquelas relativas às reais possibilidades de fazer carreira na fábrica (aqui a referência é basicamente para os não-qualificados), avaliações que, de certo modo, evidenciam a presença de elementos concretos de consciência de classe.

4. A partir deste tópico, que trata das opiniões operárias sobre o sindicato e sindicalismo em geral, inicia-se a discussão do nível de consciência de classe dos operários das duas fábricas. O autor reconstrói, de modo sumário, a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador (SMS) focalizando, principalmente, seu papel colaboracionista durante o período da ditadura militar. Paralelamente, ele analisa a atuação e o papel fundamental jogados pela Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) no período. As posturas adotadas pelos operários com relação ao papel que o sindicato deveria representar foram classificadas em quatro tipos: "obreirista", "radical", "assistencialista", "conciliador". Poucos viam, na época da pesquisa, o papel do sindicato como sendo um instrumento de luta dos trabalhadores que tem por objetivo a expressão de seus interesses classistas. De maneira geral as opiniões variaram entre uma postura "assistencialista" e uma "obreirista". Apenas aqueles mais politizados (que eram compostos na sua maioria por operários qualificados e militantes da OSM) tinham consciência de que podiam influir nos rumos tomados pelo sindicato.

As opiniões dos operários acerca do sindicalismo em geral e de seu sindicato eram marcadas por um alto grau de ambigüidade e ceticismo. Isso aparece, segundo os resultados do trabalho, em função da história pregressa do sindicato que tinha uma postura, ao longo de sua trajetória, explicitamente conciliatória e assistencialista. Os operários semi-qualificados foram os que apresentaram o mais alto grau de ambigüidade nas suas respostas, fato que pode ser explicado, entre outras razões, por sua posição "intermediária" com um grau menor de instrução e pouca ou nenhuma experiência política anterior.

5. Aqui, neste aspecto, é investigada a disponibilidade apresentada pelos operários no sentido de participarem em ações coletivas. Para isso foram utilizadas perguntas sobre uma participação hipotética em greves, tendo em vista, especialmente, as que ocorreram em São Paulo (na época da pesquisa) em 1979. Um forte sentimento de solidariedade com as lutas dos trabalhadores paulistas emergiu das respostas misturado, contraditoriamente, com uma expressão de medo perante os colegas da própria fábrica, ou seja, um sentimento disseminado de desconfiança entre os operários com diferentes graus de qualificação.

6. O último aspecto que completa o "quadro composto" da ideologia dos

trabalhadores é relacionado às suas preferências eleitorais. As respostas dos operários revelaram uma desconfiança generalizada com relação aos políticos em geral. Apesar disso – e essa era uma das questões que o autor procurava responder – foi massiva a votação na capital (Salvador), onde grande parte do eleitorado é formado pelo operariado, no partido de oposição ao governo (MDB). Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores (PT), que se encontrava em formação na época da pesquisa na segunda fábrica, não era muito conhecido pelos operários, que não demonstraram possuir clareza acerca de seus objetivos enquanto partido operário. A utilização consciente do voto na oposição é considerado outro elemento de consciência de classe, ainda que incipiente.

Aparecem, então, a partir dos resultados obtidos, os dois pólos de consciência de classe mencionados por Reich. Os “peões” (não-qualificados) e os operadores (semi-qualificados) estão no pólo “tradicional”; por outro lado, no outro pólo – que é constituído quase que exclusivamente de operários qualificados – os operários demonstraram em seus discursos mais elementos concretos de consciência de classe. As diferenças de graduações entre os operários têm como consequência a segmentação das suas reivindicações e reflete-se negativamente nas possibilidades de desenvolvimento da consciência de classe.

Para concluir o autor faz uma pequena discussão de possibilidades futuras para os operários com relação à sua capacidade de organização autônoma a nível político. Para tal é levado em consideração o processo histórico em curso e o papel desempenhado pelas lideranças sindicais – papel que é visto como fundamental – na formação ideológica dos trabalhadores daquela região. Além disso, chama a atenção aos limites dos resultados do trabalho que só podem ser generalizados ou comparados em circunstâncias semelhantes.

O trabalho de João Gabriel L. C. Teixeira oferece, portanto, um eficiente e bem elaborado modelo de pesquisa empírica que pode ser utilizado por outros pesquisadores em situações análogas, além de sugerir outras pesquisas futuras a partir de seus resultados. Por fim, o trabalho ao apresentar uma linguagem acessível aos “não-iniciados”, aproxima o exercício acadêmico da vida real podendo ser aproveitado por liderança sindicais e trabalhadores, que poderão tirar proveito de seus resultados para a prática política cotidiana.

Carlos Artur Campos
Departamento de Sociologia/UnB

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I - Tipo de Colaboração aceita pela revista

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipóteses para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela comissão editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.
2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessários deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.
3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais

1. Os originais deverão ser encaminhados em três vias, datilografados em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.
2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).
3. As notas de pé-de-página devem ser de natureza substantiva (não-bibliográficas) e reduzidas ao mínimo necessário. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data) ou (autor, data, página).
4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais.

- IV. O autor principal de cada artigo receberá três exemplares da revista na qual seu artigo foi publicado.

